

Rogeli Lúcia Marmitt

**Articulação corporativa e política do empresariado catarinense:
Um estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de
Florianópolis- ACIF**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Curso de Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção do Grau de bacharel em
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ary Cesar Minella

Florianópolis
2013

Rogeli Lúcia Marmitt

**Articulação corporativa e política do empresariado catarinense:
Um estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de
Florianópolis- ACIF**

Este trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel”, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2013.

Prof. Tiago Bahia Losso
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Ary Cesar Minella
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Itamar Aguiar
Universidade Federal de Santa Catarina

Maria Soledad Etcheverry Orchard
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

Nesse momento de conclusão de trabalho e de curso, é também um momento de reflexão e de agradecimentos a todos a todas que fizeram parte da minha formação enquanto cientista social e principalmente enquanto pessoa.

Quero agradecer inicialmente à minha família, aos meus pais Beno e Anísia, por acreditarem e por me darem força para continuar, mesmo diante das dificuldades. As minhas irmãs, Rosane e Roseli, pela parceria e confiança em mim depositadas. Aos meus sobrinhos, Meri, Jean, Giovanni, Eduarda, João e o mais novo integrante dessa família Tiago, por serem fonte da minha motivação e inspiração de continuar, de querer buscar um mundo melhor.

Agradeço enormemente ao meu orientador Ary Minella, pela sua paciência e dedicação para ensinar e me fazer compreender algo tão complexo como é o Sistema Financeiro. Esses quase três anos de trabalho e pesquisa conjuntas foram fundamentais para minha formação. Posso afirmar que o que sou como pesquisadora, aprendi com ele. Quero agradecer também aos integrantes do Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro (NESFI), pela recepção nesse laboratório e pelas discussões e reuniões que foram muito enriquecedoras, agradeço especialmente a Juliana que passou mais tempo convivendo comigo nesse espaço, compartilhando sonhos e angústias.

Agradeço aos meus amigos e amigas, colegas, que conheci aqui e se tornaram parte da minha vida, alguns como se fossem minha família, me amparando e me ajudando, parcerias para ir nas festinhas da UFSC mas também naqueles dias em que fico de “cara fechada”. Amigos não necessitam necessariamente de muito tempo para se tornarem importantes para você. Obrigada a Thaís, Fernanda, Laura, Paula, Andressa, Gabi, Ana, Vinicius e principalmente a Carol e Larissa, que me incentivaram, deram força para terminar esse trabalho, mesmo quando não tinha mais ânimo para isso. Agradeço também a Fabiano pelo carinho e incentivo para concluir esse trabalho.

Agradeço a todos os meus colegas de faculdade, pelas conversas informais, nos cafés no intervalo ou no bar após a aula. É por essa convivência de pessoas com visões, opiniões e experiências diferentes que traz toda a riqueza desse curso, toda a diversidade de idéias que são importantes para minha formação e fez desses longos cinco anos não parecerem tão penosos, foram sim divertidos. Obrigada a Alexandre,

Diego, Maurício, Lucas, Rochele, Franco, Janine, Jaques, Andréia, Dani, Carol Arruda, Fabiano, Aline, Marcelo, João, Antônio, Cintia, Ygor.

Lembrando também das minhas amigas não acadêmicas, mas que ocupam um lugar especial no meu coração, Dalva e Márcia.

Agradeço a essa banca por aceitar o convite e trazer contribuições ao trabalho.

Agradeço enfim, a UFSC, por se tornar muitas vezes minha segunda casa e por proporcionar a convivência com essas pessoas maravilhosas que conheci aqui.

Resumo

O trabalho analisa o empresariado de Florianópolis a partir de estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF, entidade com mais de 3000 associadas, em sua maioria micro empresas. Tomou-se como referência o período entre inícios dos anos 1990 até 2011. Leva-se em consideração o contexto social, econômico e político regional e nacional, e de forma específica a estrutura da entidade, a composição da diretoria no período, a natureza das empresas associadas, as principais demandas e formas de atuação e os vínculos políticos. Além da pesquisa bibliográfica e documental, os procedimentos metodológicos incluíram a realização de entrevistas com membros da diretoria. Embora existam diferenças entre as diversas gestões analisadas, constatou-se que atuação da ACIF se realiza de forma diversificada, e abrange a elaboração de projetos e definição de demandas defendidas junto aos poderes executivo e legislativo municipal e federal, a mobilização de políticos que os representam nessas instâncias, e pela própria filiação partidária de vários membros que compõem o comando da entidade; a participação em diversos conselhos municipais, estaduais e federais, representando instâncias de organização civil de debate com o poder público e um forte relacionamento com a mídia, que se torna parceira importante na divulgação e apoio às bandeiras e demandas da Associação. Assim, a ACIF constitui-se como um importante espaço do empresariado regional para articular ações políticas e pressionar a adoção de políticas governamentais de acordo com seus interesses e diretivas.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ramos empresariais de Florianópolis pelo número de unidades locais e de pessoal ocupado, ano 2010	22
Tabela 2 – Florianópolis - Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades, faixas de pessoal ocupado. Ano 2010.	23
Tabela 3 - ACIF- Número de associados conforme o ramo econômico de 2009 e 2011	36
Tabela 4 - ACIF- tamanho das empresas associadas de 2009 e 2011	37
Tabela 5 - ACIF- tamanho das empresas associadas quanto ao número de funcionários em 2011	38
Tabela 6 - ACIF- Tempo de associação das empresas - 2011	38
Tabela 7 - ACIF- Ramos de atividades das empresas dos membros da diretoria - de 2005 a 2013	48

Lista de Quadros

Quadro 1 - Pontos de inflexão na trajetória do desenvolvimento brasileiro até 2002.....	15
Quadro 2 - Associações Empresariais em Florianópolis	28
Quadro 3 - ACIF- Presidentes de 1915 a 2013	29
Quadro 4 - ACIF- mudanças na estrutura organizacional. Período 2005- 2013.....	40
Quadro 5 - ACIF- Presidentes e as suas empresas. Período 1991- 2013.....	43
Quadro 6 - ACIF- Composição da diretoria. Período 2005 a 2013	44
Quadro 7 - ACIF- Núcleos e Câmaras.....	50
Quadro 8 - ACIF - Ganhadoras do Prêmio Mulheres que Fazem a Diferença – 2010 e 2011	53
Quadro 9 - ACIF. Projetos e/ou propostas selecionadas. Período 2008-2010	64
Quadro 10 - ACIF - Relações com políticos. Período 2009-2010	74
Quadro 11 - ACIF- Representação em Conselhos e Colegiados. Período 2009 - 2011	80
Quadro 12 - ACIF- Filiação partidária da diretoria. Gestão 2011/2013.....	86
Quadro 13 - ACIF- Filiação partidária do Conselho Fiscal. Gestão 2011/2013.....	87
Quadro 14 - ACIF- Filiação partidária do Conselho Superior. Gestão 2011/2013.....	88
Quadro 15 - ACIF- Vencedores do Prêmio ACIF de Jornalismo.....	99
Quadro 16 - ACIF- Composição e empresas da Diretoria e dos Conselhos. Gestão 2011/2013	111
Quadro 17 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2005- 2007	115
Quadro 18 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2007- 2009.....	116

Quadro 19 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2009- 2011	118
Quadro 20 - ACIF- Cursos realizados de janeiro a junho de 2011	119
Quadro 21 - ACIF- Principais discussões, propostas e demandas – 2009-2012 - Revista Líder Capital	120
Quadro 22 – Conselhos da cidade de Florianópolis	122

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - População total de Florianópolis no período 1980/2009.....	20
Gráfico 2 - Número de empresas e empregos formais em Florianópolis, segundo o porte- 2008.....	24
Gráfico 3 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Florianópolis- 2006	24
Gráfico 4 - ACIF - Empresas associadas. Período 2008-2010.....	35
Gráfico 5 - ACIF- evolução do número de nucleados- 2008, 2009, 2010.....	51
Gráfico 6 - ACIF- números de núcleos setoriais- 2008, 2009, 2010.....	52
Gráfico 7 - ACIF- Número de associados conforme as Regionais.Período 2008 a 2010.....	54
Gráfico 8 - ACIF- Tamanho das empresas associadas nas regionais	55
Gráfico 9 - ACIF- Tempo de associação das empresas nas regionais	56
Gráfico 10 - ACIF- Inserções na mídia. Período agosto de 2009 a setembro de 2010	99

Lista de Sociogramas

Sociograma 1 - ACIF- Relações e centralidade dos conselhos ocupados pela ACIF- gestão 2009/2011.....	83
Sociograma 2 - Relações dos presidentes da ACIF de 1991 a 2012.....	96

Sumário

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Lista de Tabelas.....	vii
Lista de Quadros.....	ix
Lista de Gráficos	xi
Lista de Sociogramas	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 - Empresariado e sua organização na década de 1990 a 2010.....	5
1.1 Associação empresarial, uma forma de poder	5
1.2. Empresariado na década de 90 a 2010, principais mudanças e organizações a nível nacional.....	10
1.3. Florianópolis: Ramos Empresariais e Industriais	19
1.3.1. Transformações da cidade e desenvolvimento da economia local	19
1.3.2. Constituição atual do empresariado de Florianópolis.....	21
Capítulo 2 - Estudo de caso: ACIF.....	26
2.1. Histórico	28
2.2. Perfil dos associados	35
2.3. Estrutura organizativa.....	39
2.3.1. Mudanças que ocorrem na estrutura e gestão da associação	39
2.3.2. Direção e empresas no período considerado	42
2.3.3. Câmaras e núcleos	49
2.3.4. Regionais	54
2.4. Serviços	58
Capítulo 3 - Dimensão social e política da Associação.....	63

3.1. Relação com os poderes políticos, executivo e legislativo local, estadual e nacional	63
3.1.1. Propostas e demandas	63
3.1.2. Diretoria de Relações Governamentais	71
3.1.3. Participação em conselhos e colegiados.....	78
3.1.4. Relações político- partidárias	84
3.2. Rede de Relações dos Presidentes ACIF.....	92
3.3. Relações com a mídia	97
Conclusões	103
Referências Bibliográficas	107
Anexos	111
Siglas das instituições e organizações mencionadas nas relações dos presidentes da ACIF. Período 1991-2013.....	126

Introdução

A articulação do setor privado no âmbito público não é algo novo e nem localizado. A articulação da classe empresarial como ator político, provém desde o começo do desenvolvimento industrial do país. Os empresários apoiam governos e regimes políticos dos mais diversos, desde que atendam as suas necessidades. As associações de representação de classe ganham maior importância na medida em que os interesses privados são ameaçados. Historicamente, as organizações empresariais surgem com a intensificação da luta de classes, de um lado os trabalhadores que buscam seus direitos e por outros da classe capitalista que não abre mão de seus lucros.

Este trabalho versa sobre a articulação corporativa e política do empresariado catarinense, fazendo um estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF). Buscamos compreender como tal empresariado se organiza em torno da associação, para se tornar um ator político na cidade de Florianópolis. Na análise, levantamos várias questões, como por exemplo, sobre a forma de articulação entre o empresariado e o Estado por meio da ACIF, sobre os meios e métodos utilizados para a mobilização do empresariado florianopolitano, as formas de organização interna e articulação externa mais ampla, sobre os dirigentes mais atuantes e especialmente sobre as principais demandas, para quem são direcionadas e quais são os resultados alcançados.

Foram por meio dessas inquietações que se foi a campo, coletando dados a partir de diversas fontes. A recepção da ACIF foi muito boa, inclusive seu presidente se mostrou interessado pelo tema e disposto a colaborar com a pesquisa. Infelizmente não foi possível acessar arquivos históricos da associação, tais como relatórios e atas de reuniões que pudessem fornecer mais informações sobre a década de 1990, no entanto, tentamos contornar tal situação nos atendo a dados mais recentes disponibilizados pela associação além de diversificar as fontes de pesquisa e metodologia utilizada. Explorou-se dados mais atuais fornecidos pela Associação, tais como o Balanço de Gestão 2009-2011 (também disponível pela internet) e o mapa estratégico da mesma gestão. Obtivemos acesso a uma lista dos integrantes da Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho Superior com suas respectivas empresas.

Outra lista desse tipo, da gestão 2005-2007, foi encontrada na internet. Esses dados foram fundamentais para fazer um levantamento das empresas representadas na diretoria no período de 2005- 2013 e cruzando com dados do site da associação, conseguimos formar uma tabela com os ramos mais presentes da diretoria desse período. O site da associação se tornou uma das principais fontes desse trabalho, onde consegui acesso ao Estatuto, a projetos defendidos pela associação e entregues a políticos, tais como Projeto de Reforma Política, Projeto de Reforma Tributária e PMF- 2012. Pelo site acessei a Revista Líder Capital, que se encontra online desde o ano de 2009, sendo por meio deste que conseguimos verificar quais as principais discussões, demandas e bandeiras defendidas, sendo tal jornal de circulação interna e de seus associados, uma plataforma de comunicação com os empresários associados. Fizemos uma breve busca em jornais locais sobre notícias da associação ou sobre os membros da diretoria, muitos dessas informações foram utilizadas para a criação de uma rede de relações dos presidentes desde 1991.

Verificando que alguns integrantes de diretoria possuem filiação política (por meio de notícias em jornais), recorremos ao site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e cruzamos os dados fornecidos pela ACIF dos integrantes da gestão 2011-2013, constatando que vários integrantes da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Superior são filiados a diversos partidos políticos, tendo a predominância do Democratas. Sentindo a necessidade de mais informações, e estando os integrantes abertos a darem entrevistas, realizou-se duas, uma com o Presidente e outra o Diretor de Relações Governamentais. A entrevista com o presidente nos trouxe mais dados sobre a associação, e sua forma de organização. A entrevista com o Diretor de Relações Governamentais, focou mais os meios e métodos utilizados pela associação no seu relacionamento com o poder público. Indo além da associação, e buscando saber um pouco mais sobre o contexto da região e o empresariado local, consultou-se fontes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também relatórios do Sebrae. Adotamos assim diversos procedimentos metodologias e fontes de pesquisa, apresentando-se esse trabalho, constituído em três capítulos e as conclusões.

No primeiro capítulo fazemos um levantamento bibliográfico sobre o empresariado e sua necessidade de associação para tornar-se um ator político, de influência no Estado e em políticas sociais e econômicas. Posteriormente, descrevemos brevemente a trajetória do

empresariado nacional, desde a industrialização do país, em 1930, mas com foco maior da década de 90 a 2010, constituindo os dois governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva, onde segundo Eli Diniz (2010), há um momento de inflexão das políticas e da atuação empresarial de um presidente para outro. Na outra parte do capítulo, buscamos nos ater ao empresariado local, verificando quais ramos são mais importantes economicamente, e qual o perfil do empresariado de Florianópolis.

No segundo capítulo, analisamos a ACIF, seu histórico, verificando sua participação na cidade e as demandas do setor. Verificamos sua estrutura interna, as modificações ocorridas no período de 2005- 2013, de acordo com as necessidades da associação e os objetivos desta, como também as empresas representadas pela diretoria nesse tempo. Buscamos traçar um perfil dos associados quanto aos setores produtivos, ao tamanho das empresas e do tempo de associação. Além disso, analisamos a constituição das câmaras e núcleos setoriais, espaços de articulação dos empresários de acordo com os ramos de atividade ou segundo um determinado objetivo. E estrutura física da associação é bastante descentralizada, onde além da matriz há cinco regionais: Canasvieiras, Ingleses, Continente, Sul e Lagoa, buscamos traçar um perfil de cada uma por meio das empresas associadas em cada uma destas. Os diversos serviços oferecidos pela ACIF constitui mais um incentivo para a associação de empresas, com destaque para o plano de saúde, defendido por um dos membros da diretoria, ser o principal motivo de associação.

No terceiro capítulo, analisamos a associação na sua dimensão social e política, verificada por meio de suas demandas e projetos defendidos por essa e entregues a políticos do legislativo municipal e federal. A Diretoria de Relações Governamentais torna-se o centro de articulação do empresariado para influenciar o poder público, é tal instância que se responsabiliza pelo contato com políticos, trazendo-os até a ACIF ou então indo até estes, utilizando diversos canais para isso, com destaque para as relações sociais. As filiações partidárias de diversos integrantes da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Superior se constitui como outro espaço de articulação política, facilitando o acesso aos políticos, por meios das relações sociais construídas nesse espaço. Devido à importância que as relações sociais atingem como forma de organização e articulação com o Estado, construímos uma rede de relações dos presidentes da associação desde 1991-2013. A representatividade da associação se dá por meio de outros espaços, tais

como conselhos da cidade, utilizados como meios de diálogo da sociedade civil com o poder público. A articulação com a mídia proporciona um meio de divulgação de suas demandas e bandeiras, é também um meio de trazer maior legitimidade para a associação e a valorização de seus interesses, colocados nesse âmbito midiático como os melhores para o progresso da cidade, ganhando a simpatia da comunidade e do poder público.

Capítulo 1 - Empresariado e sua organização na década de 1990 a 2010

A temática do empresariado brasileiro traz muitas discussões, e há estudos bastante variados do empresariado como ator político no Brasil. Segundo Mancuso (2007), a principal divergência é sobre a “força” política que o empresariado possui. Diniz (2010) critica a teoria de passividade dos empresários industriais, afirma que estes assumem diferenciadas formas de articulação, numa estrutura multipolar que se consolida ao longo do tempo.

É indispensável destacar alguns estudos clássicos sobre a temática, como Karl Marx e Max Weber, que são autores clássicos dentro das Ciências Sociais, não apenas pelo seu pioneirismo, mas também pela dimensão de seus estudos e influência em sua época e em gerações posteriores. Estes autores, embora de forma diferenciada, mas analisam a constituição do capitalismo através das classes sociais, e no caso de Marx, da luta de classes devido a forma de produção burguesa. Já Weber faz este estudo com foco na burocracia verificando a situação do empresariado em articulação com os burocratas, e sua influência no Estado.

Entre os autores que analisaram o empresariado podemos citar Gramsci, Polantz, Lindblom, Offe/Wiesenthal e René Dreifuss, com destaque para temas como sua relação com o Estado e as políticas públicas. Entre os autores brasileiros, com a temática de Empresariado e suas formas de organização podemos citar, entre outros, Eli Diniz, Renato Boschi, Wagner Mancuso, Ary Minella, Antonieta Leopoldi, Álvaro Bianchi, Armando Boito Jr., Luiz Carlos Bresser Pereira, Sebastião Cruz.

1.1 Associação empresarial, uma forma de poder

Partimos do pressuposto da importância do empresariado como ator político e sua atuação junto ao Estado. Adotamos aqui uma interpretação marxista de Estado, não sendo visto como um campo de

poder neutro, mas sim um campo de poder ocupado por sujeitos pertencentes à sociedade e a uma classe social. Sujeitos que são eleitos para alcançar uma legitimidade democrática, e para isso, recebem apoio e fazem parcerias intraclasses¹ e interclasses². “Concebemos o conjunto do empresariado- banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes- como integrantes da classe capitalista e o Estado brasileiro como uma entidade moldada pelas suas instituições e pelo pessoal que as ocupa, para servir aos interesses fundamentais dessa classe social.” (BOITO Jr. 2007. p.58)

A organização do empresariado para uma articulação política com o Estado se dá de diversas formas, dentre elas estão as Organizações Empresariais (as associações de representação de classe). Buscando compreender melhor este processo de articulação e mobilização empresarial por meio de associações, recorreremos ao autor Álvaro Bianchi (2007), segundo ele, os empresários possuem um alto grau de organização de seus interesses, estão fragmentados em uma série de setores, divididos em pequenas frações, mas capazes de se organizar voluntariamente, a fim de terem seu próprio *lobby*, influenciando fortemente os governos.

Offe e Wiesenthal (1984, *apud* Bianchi 2007), afirmam que a empresa possui uma posição privilegiada em relação aos trabalhadores, pois tem o poder de controlar os investimentos, tornando o Estado dependente de suas decisões. Portanto, de acordo com essa particularidade do capital, e consequentemente do empresariado por ter controle sobre este, é de que o relacionamento entre Estado e o empresariado não estaria centralizado na atividade política das associações, mas sim na capacidade de o capital recusar-se a investir e no vigor do processo de acumulação. Portanto, segundo estes autores, o Estado³ mantém uma dependência com o capital e os capitalistas (empresários), criando uma assimetria estrutural, que não é criada pelas associações, mas é explorada por elas.

Compreendemos a complexidade da questão, pois se os empresários mantêm um determinado controle sobre o Estado, devido a sua dependência econômica, qual então o sentido de associação do

¹ Intraclasse se refere a parcerias dentro da própria classe.

² Interclasses é nesse sentido relações entre classes diferentes.

³ Segundo este autor: “O Estado não atende os interesses particulares de uma classe, mas sim os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classes” (OFFE, Clauss, 1984.p.123)

empresariado? Podemos pensar que seria uma forma de maximizar os resultados minimizando os custos, mas não é apenas isso, Bianchi (2007) afirma que só é possível compreender os interesses do capital de forma que é determinado historicamente por uma relação de forças sociais. Precisamos compreender este fenômeno não de forma isolada, mas em relação com os acontecimentos históricos e principalmente com a relação de conflitos sociais, pois: “as determinações estruturais que constituem a essência dos sujeitos são atualizadas nos conflitos sociais. Por isso mesmo, tais sujeitos só fazem sentido como expressão nas relações e condições nas quais estão reciprocamente situados” (MARX, 1987 *apud* BIANCHI, 2007, p.122). Portanto somos sujeitos que nos constituímos em nossas relações recíprocas e nos conflitos inerentes nessa relação. É a partir da ação coletiva que é construído o ator coletivo.

É nesse contexto que inserimos a noção de classe social que ganha importância científica em Marx, com seus estudos sobre o capitalismo no século XVIII e XIX na Inglaterra. Marx analisa o surgimento das classes sociais no capitalismo e da relação de luta inerente a elas, de acordo com a divisão do trabalho nessa nova concepção burguesa.

O caráter antagônico das classes sociais no capitalismo se origina de relações de produção subordinadas ao processo de valorização do capital. Visando garantir o direito à propriedade e valorizar seus capitais, os proprietários dos meios de produção compram capacidade de trabalho (força de trabalho) dos trabalhadores assalariados em condições históricas que determinam que um excedente econômico produzido pelos trabalhadores assalariados (mais-valia) possa ser apropriado pelos capitalistas. Dessa posição no processo de produção, portanto, resultam interesses que são inconciliáveis, antagônicos, pois a valorização do capital requer uma lógica de organização social do trabalho que implica, necessariamente, a subordinação (formal e real) dos trabalhadores assalariados. (CADONÁ, 2009. p.139)

Essa forma social de produção traz consigo a formação de classes revolucionárias, pois a burguesia possui um papel extremamente

revolucionário, só podendo existir se revolucionar continuamente os instrumentos de produção e as relações de produção. Ao mesmo tempo, com a multiplicação de trabalhadores assalariados, que foram se transformando em massas subordinadas ao capital pelos lucros dos capitalistas, essas contradições se tornaram mais claras e evidentes na medida em que foram se aprofundando. As massas de assalariados, nas lutas sociais passaram a defender e perceber seus interesses, desenvolvendo situações de percepção de semelhanças nas suas condições de existência, com relações estabelecidas entre si e com outras classes. Sendo que nessa luta do proletariado em busca de seus interesses, vai se transformando numa classe em si para uma classe para si; os proletários deixam de serem apenas indivíduos que ocupam o mesmo lugar, para passar a possuir uma consciência de suas relações sociais de produção e dos interesses que daí surgia, uma consciência de classe, que com uma mobilização e organização passam a ser interesses de classe. (CADONÁ, 2009)

Segundo o historiador Edward Thompson “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (...), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus...” (THOMPSON, 1987, p.10). Percebemos que nesse sentido, a concepção de classe social de Thompson traz um elemento a mais da concepção marxista, a experiência. Pois, segundo ele, a experiência implica pensamento, na medida em que somos seres racionais que refletem sobre a realidade em que estamos inseridos a partir de nossas experiências, construindo assim conceitos, expectativas, modificando nossas práticas e concepções de mundo. Essas experiências exercem pressões sobre a consciência social. Portanto, para Thompson, o conceito de classe vem a partir das suas experiências e a tomada de consciência de tal. Sendo que os conceitos de classe e consciência de classe não podem ser vistas como duas categorias separadas, precisam ser pensadas conjuntamente, como experiência de determinação e o tratamento desta de maneiras conscientes (CADONÁ, 2009).

Nessa relação de produção capitalista, da divisão do trabalho, formam-se duas classes com interesses opostos, vivenciando uma situação de conflitos e, portanto uma necessidade de associação na defesa de seus interesses. Em conformidade com esta idéia, Offe e Wiesenthal (1984, *apud* Bianchi 2007) afirmam que a mobilização política dos trabalhadores e a criação de sindicatos levam os empresários a organizarem e coordenarem suas ações como resposta às tentativas dos

trabalhadores de defender seus interesses por meio da ação coletiva. Mas podemos afirmar também que há um maior número de associações patronais do que de sindicatos, indicando a persistência de divisões no interior do empresariado.

A luta de classes está presente na sociedade em diferentes momentos históricos, e estes estão interligados, se mantêm para modificar ou manter determinada realidade social. Este processo de experiências, segundo Thompson, que faz com que uma classe se constitua e se organize em defesa de seus direitos, pode assumir algumas etapas neste processo, como classifica Cadoná (2009) quando se remete a situação da classe empresarial no momento de inserção das políticas neoliberais; sendo que o primeiro se dá no âmbito econômico e vincula-se ao processo de inserção ou adaptação das empresas e grupos econômicos aos elementos constituintes do processo de reestruturação produtiva que o capital exerceu nas últimas décadas do século XX. O segundo ocorre no âmbito político e vincula-se com o Estado, por um lado visando transformar as estruturas estatais e por outro, buscando influenciar nas políticas estatais. O terceiro ocorre no âmbito ideológico, se relacionando com os processos de afirmação de concepções político-ideológicas no interior da classe, e fundamentalmente junto à sociedade. Percebemos a dimensão que estas lutas de classes adquirem, não interferindo apenas na situação da própria classe, mas há todo um processo que o acompanha, como a busca de apoio junto ao Estado e junto à sociedade, como forma de legitimação de tais interesses e suas conseqüentes ações. Para estes fins, percebemos que uma associação de representação de classe assume um papel fundamental, para articulação e organização desta classe.

Para a classe se manter no poder, é preciso que ela tenha bases de articulação fortes, como expõe René Dreifuss (1986), poder significa a “capacidade de exercer essa ação política de forma ininterrupta ou com descontinuidades menores” (p22). Para isso, o poder de uma classe se expressa no preparo para a ação, pela potencialização de seus atores. São atores que se destacam dentro de uma classe, são certos agentes coletivos que conseguem viabilizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis. Conseguem intervir no interior da classe, buscando uma articulação e uma mobilização dos atores envolvidos, conseguindo uma melhor articulação hegemônica, de forma a superar as divergências e viabilizar uma inserção política e ideológica da classe, esses atores são denominados “elites orgânicas”: “agentes coletivos político ideológicos especializados no planejamento estratégico e na

implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (DREIFUSS, 1986. p. 24)

Este debate teórico e conceitos expostos acima, nos trazem material para compreensão e análise de uma associação de representação de classe no contexto de importantes mudanças históricas do período de 1994 a 2010.

1.2. Empresariado na década de 90 a 2010, principais mudanças e organizações a nível nacional

Há diversos estudos sobre o empresariado e sua atuação política desde os anos 30 e análises mais recentes, dos anos 90, o que nos interessa mais neste trabalho. Os autores chegam a diferentes conclusões a respeito do significado e da amplitude da atuação política do empresariado. Para compreender melhor isso, observando que o empresariado não possui uma posição e atuação uniforme, incorporamos aqui a noção de “frações de classe” e “bloco no poder”, de Nicos Poulantzas: “pensar a classe burguesa como unidade (classe social) do diverso (frações de classe) nas suas relações com o Estado e com o restante da sociedade.” (cf. POULANTZAS, 1971, v.II, parte III, cap.4; parte IV, cap. 4 apud BOITO Jr. 2007, p.58)

Segundo Poulantzas (1971), teríamos uma classe social burguesa que se subdividiria em frações, tais como banqueiros, industriais, fazendeiros, comerciantes. A partir daí, podemos pensar na noção de “bloco no poder”:

O emprego do conceito de bloco no poder exige, em primeiro lugar, que o pesquisador detecte as frações da classe dominante que agem como força social distinta em uma dada conjuntura, isto é, os interesses econômicos setoriais burgueses que ensejam, diante da política de Estado, a formação de grupos diferenciados que perseguem, no processo político, objetivos próprios. (BOITO Jr. 2007. p. 58)

Isso nos leva a perceber uma diversidade de interesses de acordo com cada fração de classe que busca integrar o “bloco no poder”, por isso é difícil perceber uma ação integrada e única da classe burguesa,

abarcando todas as frações de classe. Vamos descrever rapidamente como essas frações de classe, e em especial, a industrial e empresarial se articulam aqui no Brasil a partir de 1930, e em particular nos anos 1990 a 2010.

Em 1930 ocorre a transição da economia agroexportadora para a sociedade urbana industrial. Com apoio do empresariado industrial ao governo de Getúlio Vargas, vai se desenvolvendo no país uma indústria em articulação com um Estado forte e protecionista, com alta capacidade de intervenção da economia. O empresariado industrial recebe apoio da burguesia burocrática, buscando um desenvolvimento econômico e industrial pautado no modelo nacional desenvolvimentista, de substituição das importações (DINIZ, 2010).

Entre 1933- 1939, o setor industrial cresceu 11,2% ao ano, superando o ritmo do crescimento agrícola. Em 1945- 1961 consolida-se o chamado modelo nacional- desenvolvimentista, com forte respaldo das teorizações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) para o conjunto de países latino- americanos. Taxa de crescimento nesse período de cerca de 7% ao ano. O auge deste processo se deu sob o governo Juscelino Kubitschek (1956- 1960) com execução do Plano de Metas e o desenvolvimentismo da indústria automobilística (DINIZ, 2010. p. 104)

No final do governo Kubitschek, no contexto internacional de Guerra Fria, impacto de uma conjuntura econômica adversa, seguida internamente de forte instabilidade política, rompe-se a coalização nacional desenvolvimentista, e é nesse contexto que as diversas frações burguesas se juntam mais tarde para o golpe de 1964: “Num clima de polarização de forças de esquerda e de direita, os empresários industriais aliam-se às demais frações dominantes da burguesia agroexportadora e financeira, integrando-se à coalização golpista que destruiu o governo João Goulart.” (DINIZ, 2010.p.104)

Os empresários industriais integram-se ao pacto autoritário que sustentou os governos militares, que buscam retomar (interrompida no governo Goulart) a estratégia nacional desenvolvimentista, sob novas diretrizes, sustentado agora pelo tripé: empresa nacional, com base na doutrina da Escola Superior de Guerra, criada em 1949, e na sua ideologia do Brasil Grande Potência. Entre 1930 a 1980 há a construção de um parque industrial complexo e altamente diversificado no país. O auge do crescimento industrial no período militar se deu no governo Médici, sob a estratégia do chamado ‘Milagre econômico’ (1968- 1973),

onde o país cresceu a uma taxa anual de 10,1% e a indústria teve a taxa de 12,2% ao ano (DINIZ, 2010. p. 104)

Este plano desenvolvimentista perdurou até meados de 1980, quando dá sinais de esgotamento e começa a ser questionado.

Foi no final dos anos 70, após as duas crises do petróleo e do colapso do modelo de Bretton Woods, que este pacto começa a desestruturar-se. Nesse período, os empresários desencadeiam a campanha contra a estatização da economia, questionando o Estado empresário e o poder discricionário da cúpula burocrática. Entre suas principais demandas, figuravam a retirada do Estado da economia, além da redução do centralismo-autoritário, este percebido como responsável pelo fechamento crescente do processo decisório, alijando a classe empresarial do acesso aos principais centros de poder. Levando à prática tais princípios, integraram-se à coalizão anti-estatista que contribuiu para o enfraquecimento e a queda do regime autoritário. Desta forma, os empresários integraram-se ao processo de liberalização política e da instauração da nova ordem democrática, entre 1975-1985. (DINIZ, 2010. p.105)

As políticas liberalizantes ganham espaço no Brasil a partir do final dos anos 80 e começo da década de 90 “associadas a um movimento global de reestruturação econômica com base em idéias neoliberais ortodoxas críticas à Teoria Keynesiana que ficaram conhecidas como o ‘Consenso de Washington’.” (WILLIAMSON, 2000 *apud* MOREIRA & MANCUSO, 2010).

Para a análise interna é importante considerar o Plano Real de 1994, durante o governo Itamar Franco, com Fernando Henrique Cardoso no comando do Ministério da Fazenda e que conseguiu estancar o processo inflacionário galopante. Neste mesmo ano FHC elege-se presidente do Brasil, e adota medidas neoliberais, ampliando a desregulamentação da economia e o processo de privatização, rompendo com o antigo regime (desenvolvimentista) (DINIZ, 2010.p.106). O país amplia a abertura ao capital estrangeiro, implicando em maior desnacionalização e internacionalização, num processo de desregulamentação da economia e da concentração do capital. Nessa

nova ordem política, o empresariado financeiro é beneficiado em detrimento do empresariado industrial, que vê-se obrigado a ajustar-se às novas regras internacionais de produção e competitividade. Surgem então vários blocos e conglomerados estrangeiros (BOITO Jr, 2007). Nessa nova ordem nacional com diretrizes pró-mercado, o capital financeiro e a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais detêm o comando da nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional, marcada por fortes assimetrias econômicas e políticas (DINIZ, 2010. p. 116). Uma parcela do empresariado nacional se beneficia com essas novas mudanças por meio das oportunidades de privatização, enquanto que a maioria perde mercado devido a concorrência internacional ou busca manter-se por meio das fusões e aquisições. “Observou-se, pois, um agudo processo de mudança do setor empresarial, induzido pela ação do Estado, que redefiniu a atividade econômica, lançou os fundamentos de uma nova estratégia, além de repassar ao setor privado parte do patrimônio construído ao longo da vigência do antigo modelo.” (DINIZ, 2010. p. 109)

Nesse contexto, a representação dos interesses dos empresários e sua articulação é bastante complexa e abre margem a diferentes abordagens teóricas, enquanto alguns autores afirmam que este período seja de fragmentação dessa classe⁴ outros como Wagner Mancuso (2007) afirma que o empresariado possui uma unidade de ação bastante significativa em torno da chamada “redução custo Brasil”.

No plano interno, o desafio da concorrência erigiu a competitividade ao patamar de objetivo prioritário a ser perseguido pelas empresas. Assim, a redução do custo Brasil tornou-se a bandeira sob a qual o empresariado congregou-se. Custo Brasil é a expressão que passou a assumir o conjunto de fatores que prejudicam a competitividade das empresas situadas em outros países. No plano externo, o empresariado criou a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), entidade multisetorial formada para participar de processos de negociação internacional em curso. (...) O

⁴ Ben Schneider, Sylvia Maxfield, Kurt Weyland, Peter Kingstone, Timothy Power e Marukh Doctor, segundo Diniz (2010).

processo econômico pode ser tomado como uma causa necessária, mas não suficiente, para referirmos a mudança de postura do empresariado. É preciso destacar também a ação política intencional, que permitiu os avanços em termos de organização e mobilização. (MANCUSO, 2007. p. 37)

Podemos destacar que a reação do empresariado não foi uniforme nem linear. “Teve um caráter cíclico, alternando fases de apoio e de questionamento, manifestando-se com maior ou menor intensidade em função de cada conjuntura brasileira.” (DINIZ, 2010. p.107). Esta autora também destaca uma nova forma de articulação do empresariado, que é a difusão e profissionalização da prática do *lobby*, assunto também abordado por Mancuso (2007)

Em contraposição, no decorrer dos anos 1990, a ação empresarial no Congresso viria a assumir importância crescente ao longo do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, período de auge das reformas neoliberais. Em contraste com a fase da industrialização substitutiva de importações, em que o Executivo constituía o espaço privilegiado de intercâmbio com os grupos privados, a partir de meados dos anos 1980, observou-se um expressivo deslocamento da ação dos interesses organizados do Executivo para o Legislativo. Tal mudança se deu mediante a difusão e a profissionalização da prática do *lobby*, que já vinha ganhando relevância desde o período de elaboração da Constituição de 1988. No decorrer da década de 1990, reforça-se a tendência à valorização do Legislativo como espaço de interlocução e como locus legítimo para o exercício da influência e do poder de negociação dos grupos empresariais. A centralidade alcançada pela arena congressual revela-se através de inúmeras iniciativas do empresariado no sentido de modernizar e adaptar sua estrutura de representação de interesses às mudanças do perfil institucional do país. Movimentos importantes como a Ação Empresarial, diversas

entidades de classe como a CNI, a FIESP, a ABDIB, entre outras, voltaram suas atividades para o Congresso, com o qual passaram a manter permanente intercâmbio, acompanhando a tramitação dos projetos de interesse para o setor empresarial (DINIZ & BOSCHI, 2004 *apud* DINIZ, 2010. p.111).

O que percebemos então não é uma falta de atuação do empresário como ator político, e sim uma diferente abordagem e organização do mesmo.

Em 1998 ocorre a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Porém neste novo mandato é caracterizado pela perda de popularidade da agenda liberal, como resposta do governo às críticas crescentes do empresariado que vinha se mobilizando, cria medidas de cunho industrial, como a criação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); criação dos Fóruns de Competitividade; dos Fundos Setoriais para o financiamento de projetos de pesquisa e inovação no país; incentivos fiscais à indústria para incentivar a exportação (DINIZ e BOSCHI, 2007). O período de implementação das políticas neoliberais fecha seu ciclo no final da década de 90, tornando-se muito frágil na América Latina, e abre espaço para um novo momento de transformações, de eleição de presidentes de tendências de esquerda ou centro-esquerda com início na Venezuela, seguido pelo Brasil e após a Argentina.

Segue abaixo um quadro que elucida um pouco melhor este processo de desenvolvimento brasileiro de 1990 até 2002:

Quadro 1 - Pontos de inflexão na trajetória do desenvolvimento brasileiro até 2002

1	<ul style="list-style-type: none"> • A ruptura com o passado autoritário através da transição democrática; • O fim do nacional-desenvolvimentismo, principalmente em virtude do esgotamento do modelo de substituição de importações;
2	<ul style="list-style-type: none"> • A busca de um novo modelo econômico através da implantação de reformas liberalizantes; • O êxito do Plano Real no controle da estabilidade econômica; • O impacto das reformas orientadas para o mercado,

	<p>sendo as principais: a abertura econômica e o processo de privatização;</p> <ul style="list-style-type: none"> • O fim das arenas participativas no âmbito federal
3	<ul style="list-style-type: none"> • O surgimento de um núcleo empresarial politicamente forte e articulado para criticar o governo; • A erosão da coalização de apoio governo FHC que fragilizou o consenso em torno da estabilidade econômica e do ajuste fiscal como prioridades da agenda pública; • Transformações no pensamento da esquerda em geral, mas, principalmente, no PT com a eleição da chapa Lula/ Dirceu para a direção do partido

Fonte: MOREIRA e MANCUSO (2010, p.6)

É nesse contexto de rearticulação da esquerda que se elege o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após uma nova abordagem política, diferente de seu discurso radical de alguns anos atrás, o candidato busca apoio do empresariado montando uma chapa com um empresário mineiro como seu vice, José Alencar. Lula adota uma postura moderada, de transição para um novo modelo, sem rupturas bruscas, na busca de confiabilidade internacional e de conquista do setor privado interno (BOITO Jr, 2007). Devido a isso, o primeiro mandato de Lula teve forte tensão entre a continuidade e a mudança, sendo a principal mudança vista na política externa, que ganha novos patamares. Porém faz esforços em criar condições para uma política industrial afirmativa, dando mais espaço ao empresariado industrial no campo político. Nesse sentido, cria o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), para institucionalizar um espaço de negociação entre Estado e sociedade civil, convidando um grande número de empresários para integrar o Conselho, que teve a seguinte composição: o Presidente da República, que o preside, o Ministro Tarso Genro, seu secretário executivo, e mais 11 ministros, e 90 representantes da sociedade civil, entre os quais, 41 empresários, 13 sindicatos de trabalhadores, 11 movimentos sociais, 10 personalidades, 3 entidades de classe, 2 representantes da cultura, 2 religiosos e 7 representantes das regiões Norte e Nordeste (DINIZ, 2010). Nessa mesma linha, foi criado, em fins de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), órgão de caráter consultivo para formular as diretrizes da política de desenvolvimento industrial, vinculado à Presidência da

República e presidido pelo Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e no mesmo período, foi criada a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) (DINIZ, 2010. p. 122).

Além disso, observa-se um alargamento das políticas sociais, que tiveram começo no último mandato de FHC e a criação de novas políticas, para maior abrangência da população. Mas apesar dessas mudanças, mesmo moderadas, há um setor que ainda representa a continuidade, o da política macroeconômica, bastante vinculado a economia internacional (DINIZ, 2010.p. 119).Esse vínculo com os interesses do grande capital financeiro se mantêm por meio do Ministério da Fazenda e o Banco Central, que “se constituem nos locais privilegiados nesse esquema de concentração do poder na definição da política econômica” (BOITO Jr, 2007. p.68).

As mudanças do governo Lula referentes ao empresariado nacional, não são apenas econômicos, mas também estruturais.

A partir da posse do presidente Lula, em 2003, o governo federal brasileiro implementou diversas iniciativas de Política Industrial para estimular a produção e aumentar a participação brasileira no comércio internacional. O governo também promoveu a participação empresarial e da sociedade civil em arenas institucionais criadas para debate e deliberação (CDES, CNDI, Fóruns, etc.). A possibilidade de retornar à arena do executivo federal e de participar do processo de formulação de políticas reorganizou a estratégia de atuação empresarial e ampliou sua relação com o governo, dando origem a uma nova articulação entre Estado e Sociedade. (MOREIRA e MANCUSO, 2010. p.1)

No entanto há autores que são menos positivos quanto ao “sucesso” dos empresários no primeiro governo Lula, como Armando Boito Jr. (2007), afirmando que as prioridades do governo ainda são para a burguesia financeira, que seria a fração hegemônica no poder, formando assim uma pirâmide de três camadas.

Ficamos assim com três posições: a fração hegemônica, cujos interesses têm sido priorizados pela

política econômica tanto na década de 90 quanto na década de 2000; a fração intermediária, que iniciou uma trajetória política ascendente sob o governo Lula e cuja conversão em fração hegemônica é uma possibilidade real – como já indicamos, a ‘globalização’ não absorveu a totalidade da burguesia brasileira - e por último, a fração marginalizada pela política do Estado, as pequenas e médias empresas do setor produtivo voltadas ao mercado interno de bens populares. (BOITO Jr., 2007. p. 71)

Lula reelege-se em 2006, e dois anos seguintes estoura a grande crise financeira que se origina nos Estados Unidos, demonstrando as fragilidades do neoliberalismo. A repercussão dessa crise no Brasil, ao contrário do proposto pelas políticas neoliberais, leva a uma importante atuação do Estado na economia, de incentivo ao consumo e apoio aos setores atingidos.

Há ainda pouca literatura que faça uma análise sobre o segundo mandato de Lula, mas há uma aposta na construção de uma agenda desenvolvimentista assumindo o primeiro plano (DINIZ, 2010). Há também outros atores que apostam num novo modelo de desenvolvimento, chamado ‘neodesenvolvimentismo’, que “combina intervenção estatal com austeridade fiscal e estabilidade monetária, reconhecendo a necessidade das economias em desenvolvimento buscarem maior autonomia no sistema internacional combinando elementos do nacional-desenvolvimentismo com o atual contexto de integração econômica global” (BOSCHI e GAITÁN, 2010 *apud* MOREIRA & MANCUSO, 2010.p.10)

Percebemos então formas de articulação da burguesia, que mesmo dividida em frações de classe, há momentos políticos e históricos em que se unem objetivando seus interesses, apoiando e criticando diversos governos e formas de governos. Não há uma atuação do empresariado única e integrada, visando a sua diversidade de interesses, há momentos em que chega a ficar confusa, mas em tempos em que há uma ameaça ao capital e seus lucros, a ação integrada acontece, na constante luta de classes.

1.3. Florianópolis: Ramos Empresariais e Industriais

1.3.1. Transformações da cidade e desenvolvimento da economia local

Florianópolis cresce até meados dos anos 60 como um centro administrativo e cultural do Estado (CARREIRÃO, 1990 *apud* PROCHNOV, 1996), caracterizando-se pela inexistência de uma atividade industrial relevante que gerasse empregos e propiciasse um desenvolvimento autônomo da cidade.

A partir dos anos 60, com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Eletrosul em Florianópolis a cidade começa um novo processo de desenvolvimento, o comércio ganha novos consumidores, funcionários públicos bem pagos (PROCHNOV, 1996. p.29).

Com o desenvolvimento da cidade, outro ramo começa a ganhar destaque: o turismo, a partir dos anos 80 com a ‘descoberta’ dos turistas dessa ilha composta por 42 praias e muitas belezas naturais. Os freqüentadores da cidade eram em sua grande maioria argentinos, que se encontrava em momento de câmbio favorável. (PROCHNOV, 1996. p.30).

Florianópolis deixa de ser uma cidade eminentemente administrativa e o setor público de ser dominante, e passa a ser chamada de pólo turístico. Devido a esse desenvolvimento do setor turístico (hotéis e restaurantes, principalmente), outros setores também acompanham este processo como o comercial e o imobiliário. (PROCHNOV, 1996)

Todo esse crescimento da cidade traz enormes mudanças na distribuição e ocupação dos espaços.

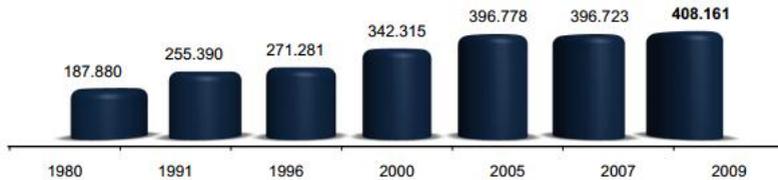
A referência à construção de imóveis com propósitos rentistas enseja um comentário sobre a ocupação intensiva e desordenada da orla marítima. Nos últimos 20 anos, e particularmente na década de 90, Florianópolis assistiu a uma vertiginosa expansão do espaço edificado, tanto nas proximidades da área central quanto nas praias, sobretudo nas costas norte e leste, incorporadas à força no turbilhão turístico. Localidades antes desertas transformaram-se,

gradualmente, em aglomerados de residências secundárias, abrigando empreendimentos turísticos de grande porte (a exemplo de Jurerê Internacional e Praia Brava); vilarejos de pescadores adquiriram contornos de bairros ou quase isso, alguns dotados de infra-estrutura de serviços que lhes outorgam considerável independência em relação ao centro da cidade (como na Lagoa da Conceição e em Ingleses). (LINS et all. 2002. p. 237)

Em suma, o desenvolvimento do turismo contribuiu para a intensificação do processo de urbanização descontrolada, com o surgimento de espaços diferenciados e a transformação progressiva e irreversível dos traços culturais e dos padrões de comportamento de populações tradicionais. Além disso, destacam-se também as consequências ambientais deste processo, pelo desmatamento, ocupação das encostas e de áreas de dunas, o comprometimento de mananciais de água e a poluição de praias e lagoas dos atributos turísticos, mas também com a degradação progressiva da qualidade de vida do conjunto dos habitantes. (LINS et all. 2002. p. 237)

Segue abaixo o gráfico 1 que representa o crescimento populacional de Florianópolis desde a década de 80, 90, 2000 e maior destaque de 2005, 2007 e 2009, com uma crescimento mais acentuado.

Gráfico 1 - População total de Florianópolis no período 1980/2009



Fonte: Sebrae. Santa Catarina em números: Florianópolis. p.13. 2010.

Essas transformações da cidade desde os anos 60 e principalmente 80 com o fomento do turismo fazem com que surjam novos empreendimentos empresariais, com uma maior diversidade para atender às demandas de uma das principais cidades turísticas do país, além de ser um centro administrativo do estado de Santa Catarina, e

também um pólo universitário, tendo duas universidades públicas, uma federal e outra estadual.

1.3.2. Constituição atual do empresariado de Florianópolis

Conhecer um pouco do empresariado de Florianópolis é importante para situar o objeto de estudo e compreender a sua significância dentro da cidade.

Temos uma noção geral da cidade, por ser uma capital do Estado de Santa Catarina, ter uma importância turística e ser um centro administrativo do Estado. No entanto, é interessante perceber como esse quadro se retrata economicamente pelos atores empresariais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, se contabiliza em 2010 26.137 unidades empresariais, sendo que estes possuem 283.287 pessoas ocupadas. Na tabela 1 verificamos que se destacam alguns ramos de atividades, primeiramente o de Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, pela quantidade de unidades (8.424) e pelo número de pessoas ocupadas (P.O.) (45.581), o ramo de Atividades administrativas e serviços complementares (3.764 unidades e 36.964 P.O.), e ainda o de Alimentos e serviços (2.497 unidades e 18.610 P.O.), sendo estes 3 ramos os mais representativos em quantidade de unidades. Por outro lado, devemos destacar um setor que não possui muita representatividade devido ao número de unidades, mas pela quantidade de pessoas ocupadas, Administração pública, defesa e seguridade social (85 unidades e 60.464 P.O.). A administração pública é o ramo mais empregatício da cidade, o que se explica por todo o aparato administrativo do Estado que se concentra na cidade, além de duas universidades públicas e ainda mais algumas empresas públicas, a importância do turismo e os setores que este fomenta, pode ser retratado pela importância do comércio e de alojamento e alimentação.

Tabela 1 - Ramos empresariais de Florianópolis pelo número de unidades locais e de pessoal ocupado, ano 2010

	Ramos empresariais	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado total (Pessoas)
G	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.424	45.581
N	Atividades administrativas e serviços complementares	3.764	36.964
I	Alojamento e alimentação	2.497	18.610
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	2.260	10.485
S	Outras atividades de serviços	2.206	10.845
J	Informação e comunicação	1.097	9.124
F	Construção	1.034	9.767
C	Indústrias de transformação	984	5.867
Q	Saúde humana e serviços sociais	808	9.079
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	645	6.461
P	Educação	614	39.171
L	Atividades imobiliárias	605	1.758
R	Artes, cultura, esporte e recreação	489	2.177
H	Transporte, armazenagem e correio	447	8.910
D	Eletricidade e gás	94	5.044
O	Administração pública, defesa e seguridade social	85	60.646
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	42	149
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	37	2.556
B	Indústrias extrativas	3	X
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	2	X
	Total	26.137	283.287

Fonte: IBGE, Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), 2010.

Há outro fator a ser considerado mais especificamente quando se trata de apresentar as empresas de Florianópolis, que é o tamanho de tais unidades, podendo essas serem muitas, porém pequenas, ou então serem poucas unidades e de grande porte. Segundo a tabela 2 percebemos que o perfil das empresas são de poucos funcionários, sendo 3.433 unidades com 5 a 9 funcionários, ou seja, em sua maioria, empresas de pequeno porte.

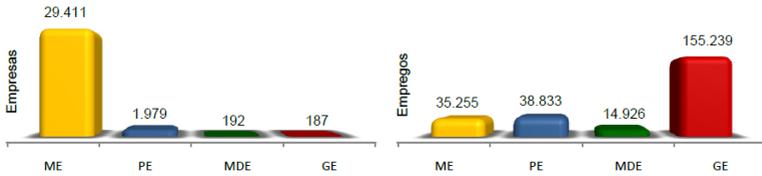
Tabela 2 – Florianópolis - Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades, faixas de pessoal ocupado. Ano 2010.

Nº de funcionários	Nº de unidades
5 a 9	3.433
10 a 19	1.716
20 a 29	454
30 a 49	314
50 a 99	160
100 a 249	79
250 a 499	26
500 ou mais	56
Total	23.684

Fonte: IBGE, Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), 2010.

Em estudos feitos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, no ano de 2008, faz-se um comparativo do tamanho das empresas e dos empregos gerados, no gráfico 2 percebemos que apesar da maioria serem microempresas, quem mais gera emprego são as grandes empresas, mesmo tendo um número ínfimo de unidades comparadas com as outras, tendo assim sua importância econômica e social mesmo estando em minoria absoluta em quantidade.

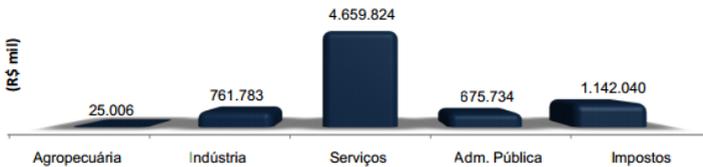
Gráfico 2 - Número de empresas e empregos formais em Florianópolis, segundo o porte- 2008



Fonte: SEBRAE, Florianópolis em números, 2010. p.46

Ainda desse mesmo estudo, temos a importância econômica dos ramos de acordo com o Valor Adicionado Bruto (VAB) do ano de 2006. No gráfico 3 observamos a importância do ramo de serviços, sendo este o mais rentável.

Gráfico 3 - Composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) de Florianópolis-2006



Fonte: Sebrae. Santa Catarina em números: Florianópolis, p.13, 2010.

Obtemos assim um panorama geral da economia e dos atores empresariais de Florianópolis, tendo 26.137 unidades empresariais em 2010, sendo o ramo de comércio o mais representativo em unidades, no entanto o de serviços públicos o maior em número de pessoas ocupadas, demonstrando a importância do serviço público em termos empregatícios, já em termos econômicos, no sentido de rentabilidade ao município, há a importância do ramo de serviços. Quanto ao porte das empresas, a sua maioria é de microempresas. Percebe-se pouca expressividade do ramo industrial e a importância do turismo para a cidade desde a década de 80 que abre espaço para novos empreendimentos. A partir disso temos uma ideia da importância econômica e conseqüentemente política, social e cultural que o empresariado possui florianopolitana possui.

Verificamos também nesse capítulo as formas de organização e articulação do empresariado nacional, os motivos que os levam a se organizar em associações de representação de classe, e a trajetória destes desde 1930, com o desenvolvimento das indústrias no país, passando pela ditadura militar e posteriormente no processo de redemocratização, focando os anos de 1994 a 2010, período dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Esse panorama político, histórico e econômico nacional e local, nos permite ter uma base para compreender a atuação do empresariado de Florianópolis por meio do estudo de caso da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF.

Capítulo 2

Estudo de caso: ACIF

A ACIF é uma associação de representação de classe. Segundo SEBRAE o conceito de associação é: “Associações são pessoas jurídicas formadas pela união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econômicas, ou seja, sem finalidades lucrativas. Nessas entidades, o fator preponderante são as pessoas que as compõem. São entidades de direito privado e não público.” (SEBRAE. Associação, 2009. p.11⁵). Há diferenças entre as associações desse tipo civil e organizações sindicais: “No Brasil, as organizações sindicais, tanto patronais, como dos trabalhadores, estão formalmente sujeitas a um controle e mesmo intervenção estatal. No entanto, as associações de classe, de caráter civil, gozam de ampla liberdade para determinar sua própria estrutura dinâmica.” (MINELLA, 1988. p.13)

As associações de representação empresarial serve então para articular interesses da classe que representa, no caso da ACIF, os comerciantes e industriais de Florianópolis. Para isso, vão assumindo diversas funções:

Acho que basicamente as associações empresariais elas tem duas funções, primeiro gerar competitividade das empresas, que elas tenham mais força, seja por comprar mais barato, ter acesso a informação mais relevante, por criar *networking* entre elas, aí tem várias ferramentas que dão força. Então a primeira é competitividade e a segunda é ambiente que é essa questão mais externa, que se voltar para o lugar que elas fazem negócio, ou seja, de um jeito você dá sobrevivência pela competitividade e pelo outro jeito você dá sobrevivência pela melhora do entorno. (CARAMORI Jr., Doreni. Entrevista à Autora. Florianópolis, 19/06/2012)

Dessa forma, a associação se organiza de acordo com algumas finalidades específicas, como podemos ver em seu Estatuto, no Art.2º:

I. Congregar e orientar as classes que representa;

⁵ Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf).

II. Representar e defender os associados, sempre que ameaçados os interesses coletivos, direitos difusos judicialmente e/ou extrajudicialmente;

III. Incentivar o espírito de solidariedade e o intercâmbio entre as Entidades congêneres e afins, orientando e promovendo a legítima representação das classes para defesa de seus direitos e interesses, **colaborando com o poder público** e com a iniciativa privada no estudo e na solução dos problemas econômicos, financeiros e comunitários;

IV. Manter órgãos de orientação, divulgação e departamentos que permitam oferecer aos associados informações de caráter administrativo, econômico, jurídico, fiscal, entre outros.

V. Firmar convênios assistenciais, notadamente, de caráter médico- hospitalar, treinamentos e outros, que atendam aos interesses dos associados e da própria Entidade;

VI. Criar, manter e patrocinar, por si ou mediante convênios e parcerias, apoiar, incentivar, estimular e criar projetos em prol da cultura, meio ambiente, educação, atividades de natureza cultural, social, científica e filantrópica, que atendam aos interesses dos associados e da própria Entidade;

VII. Promover a educação profissional de empresários e trabalhadores.

(ACIF. Estatuto Social, abril de 2012. p.2. Grifo meu.)

A ACIF defende os interesses dos empresários locais, de Florianópolis, pois: “Os sindicatos e associações representam, formalmente, os interesses de classe dentro de certos limites geográficos, mas a nível nacional se formam as federações e até as confederações.” (MINELLA, 1988. p. 13). A partir desse princípio, a associação faz parte da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina- FACISC e também está ligada a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil- CACB.

A ACIF também está num sistema que é federalizado. Então nós temos a CACB que é a Confederação das Associações Comerciais, a FACISC, que é a

Federação das Associações Comerciais, e a ACIF que é a Associação de Florianópolis. E respeitando o sistema, a gente opera muito em causas locais do que estaduais e nacionais, mas como a gente é uma associação diferente, mais moderna, a gente lidera outras aqui no Estado, a gente é muito forte nas causas estaduais e discute causas federais, mesmo que não seja no âmbito da nossa associação. Mas por quê? Porque a gente acha que alguns problemas só se resolverão lá em cima quando a base tiver conteúdo, quando o empresário souber que há alternativa na legislação trabalhista, na legislação eleitoral, na legislação tributária. Então a gente estimula o debate, daí vai fazer o tema subir, mesmo que a gente não vai ser o interlocutor desse tema, estimula o debate e a questão propositiva, que também é uma outra marca da ACIF.(Entrevista com Doreni Caramori Jr., 19/06/2012)

Além da ACIF, há outras organizações empresariais em Florianópolis (quadro 2), no entanto nos ateremos ao estudo de caso da ACIF.

Quadro 2 - Associações Empresariais em Florianópolis

ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
CDL	Câmara Dirigente de Lojistas de Florianópolis
AMPE Florianópolis	Associação das Micro e pequenas Empresas da região Metropolitana de Florianópolis

Fonte: Sebrae, Santa Catarina em números: Florianópolis. p.74, 2010.

2.1. Histórico

A Associação Comercial de Florianópolis – ACF⁶, surgiu em 21 de abril de 1915, por meio de uma comissão composta por comerciantes

⁶Sua primeira nomenclatura não inclui a indústria.

como André Wendhasen, Francisco Pereira Oliveira Filho e Lauro M. Linhares, mas a sua base de representação do empresariado na cidade, foi a Associação Comercial da Cidade de Desterro de 1890, no início da República, quando a cidade ainda se chamava Desterro⁷.

Em 13 de maio forma-se a primeira diretoria provisória da ACF, sendo o presidente Celso Emílio Blum; vice- presidente- Francisco Pereira de Oliveira Filho; 1º secretário- Lauro M. Linhares; 1º tesoureiro- Antonio Linhares.

A lista de presidentes da ACIF desde sua fundação em 1915 é relativamente extensa, contendo 27 nomes diferentes em seus quase 100 anos de história, sendo dois presidentes com duas gestões em momentos diferentes, Ody Varella (1971- 1975 e 1985- 1987) e Alaor Francisco Tissot (1987- 1991 e 2001- 2005).

Quadro 3 - ACIF- Presidentes de 1915 a 2013

Período	Nomes
1915-1917	Celso Emílio Blum
1917- 1919	Carlos Victor Wendhausen
1919-1923	João Pedro de Carvalho
1923-1925	José O'Donnell
1925- 1926	Joaquim Garcia Neto
1926- 1927	Heitor Blum
1927- 1931	Florêncio Thiago da Costa
1931- 1933	Lauro Marques Linhares
1933- 1935	Theodoreto Ávila
1935- 1936	Carlos Leisner
1936- 1938	José Filomeno
1938- 1940	Helmuts Sassen Fett
1940- 1942	Américo Ribeiro de Campos Souto
1942- 1946	Severo Simões
1947- 1959	Charles Edgar Moritz

⁷Fonte: Lider Capital, n°27, p.8.

1959- 1963	Nelson Amin
1963- 1971	Dietrich Von Wangenheim
1971- 1975	Ody Varella
1975- 1979	Osvaldo Goeldner Moritz
1979- 1981	Lédio João Martins
1981- 1985	Vitor F. Moritz
1985- 1987	Ody Varella
1987- 1991	Alaor Francisco Tissot
1991- 1995	Fernando César Demetri
1995- 1997	Armando Luiz Gonzaga
1997- 2001	Vinicius Lummertz Silva
2001- 2005	Alaor Francisco Tissot
2005- 2009	Dilvo Vicente Tirloni
2009-2013	Doreni Caramori Júnior

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital, nº27, 2010. p.8

Passamos agora a enumerar alguns fatos históricos da ACF no período de sua formação, em 1915 até o ano de 1965, de acordo com um documento da própria associação elaborado no momento de seus 75 anos de instituição buscando demonstrar sua força política nesse período.

No ano de 1921, com apoio de associações de Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro, saiu vitoriosa a campanha em prol de alterações a serem feitas no Regulamento do Imposto de Renda.

Em 1922, conforme consta nos anais, todo o setor agrícola catarinense era assistido pela Associação Comercial que mantinha ligação permanente com o Ministério da Agricultura.

No ano de 1923, a Associação Comercial de Lages solicita a interferência da Associação no sentido de ser instalada naquela cidade, uma agência do Banco do Brasil S/A, pedido que foi atendido.

Em 1926, outubro, o presidente Heitor Blum pede licença do cargo para assumir a Prefeitura de Florianópolis, em dezembro pede exoneração do cargo de presidente por ter sido nomeado pelo governador do Estado, secretário do Interior e Justiça.

Em 1931 o Interventor Federal de Santa Catarina general Ptolomeu de Assis Brasil, convida dois diretores da Associação Comercial para participarem do Conselho Consultivo do Governo Provisório da Revolução de 1930, são indicados os diretores Florêncio Costa e Eduardo Horn.

Em 1951, é eleito Presidente da Câmara Federal Nereu Ramos, ex- advogado da ACF.

Em 27 de julho de 1951, a associação propõe ao Ministério da Agricultura que o porto de São Francisco seja o escoadouro do café produzido em Santa Catarina para o exterior.

Em julho de 1953 a associação encaminha ofício a Cia Rádio Internacional do Brasil para que faça a ligação entre Florianópolis e Rio de Janeiro. Já em 16 de outubro a referida Cia adquire as torres para instalação em Florianópolis. Em maio de 1954 é instalada a radio.

Em agosto de 1954 a associação sugere e recomenda através de ofício e inclusão no plano de urbanização da prefeitura, de um traçado de estrada da Base aérea. Em setembro o Senador Ivo de Aquino comunica a Associação a aprovação dos projetos das usinas Termoeletricas e Siderurgica da Bacia Carbonifera do Sul do Estado, velha aspiração da associação. Também nesse ano, mudança dos estatutos sociais da associação.

Em dezembro de 1955 a associação indica os nomes dos diretores Charles E. Moritz, Ademar Gonzaga e Severo Simões para representar a entidade junto a comissão do Plano de Obras e Equipamentos criada pelo Governo do Estado através da Lei 645.

Em março de 1956 a Câmara de Comércio Argentina propõe que a Associação Comercial seja seu correspondente em Santa Catarina e em troca ela seria sua correspondente em Buenos Aires, proposta aceita.

Em junho de 1957 o diretor Severo Simões representa a Associação Comercial na reunião plenária do Conselho Interamericano de Comércio na cidade de Buenos Aires, Argentina. Em novembro de 1957 a associação “empenha-se a fundo” na construção do porto de Florianópolis e solicita liberação de crédito ao DNER para a estrada Lages- Florianópolis.

Em 1959 a associação reivindica junto ao Governador a nomeação do diretor José Augusto de Faria para Presidente da Junta Comercial do Estado. A indicação é aceita e o diretor nomeado.

Em junho de 1960 o Charles E. Moritz, Presidente da Confederação Nacional do Comércio comunica o plenário que a prefeitura de Florianópolis doou um terreno para a Associação

Comercial no Largo 13 de Maio. Era prefeito da capital o Osvaldo Machado.

Em julho de 1961 é enviado à Assembléia Estadual o projeto de lei criando o Plano de Metas do Governo- PLAMEG- as classes produtoras do estado se rebelam contra o conteúdo do Plano, entendendo ser ele oneroso e muito prejudicial a classe empresarial (por que?). Após longos debates, chega-se a um denominador comum em que o Governo cede parte e o empresariado aceita parte do plano.

Em 1963 a associação apóia o projeto de lei do vereador Waldemar Filho, criando o Pronto Socorro de Florianópolis. Em agosto do mesmo ano a diretoria debate com a comissão fundadora da televisão na capital, a instalação de torres repetidoras que permitem ao público da capital assistir televisão. Em setembro, o diretor Vitor F. Moritz apresentou algumas sugestões sobre assuntos trabalhistas a serem encaminhados ao Ministro do Trabalho, aceito pela diretoria. Ainda em 1963, Vitor E. Moritz incentiva a instalação de indústrias na capital, sugere a vinda de um representante da Câmara de Comércio Japonesa em São Paulo para debater o assunto.

Em 1964 aprova-se o novo estatuto da associação.

Em 1965 o diretor Vitor F. Moritz apresenta uma proposta a Universidade Federal de Santa Catarina com a finalidade de promover um circuito de conferências em homenagem aos 50 anos da associação. Recebe homenagem pela faculdade de economia da UFSC.

Esses são alguns destaques da associação neste período, observamos que seus projetos e ações não se limitam á cidade de Florianópolis, mas atingem outras cidades do Estado, como também outros setores da economia, abrangendo até o setor agrícola. A seguir, com base em entrevistas de ex-presidentes da associação prestadas à publicação Revista Lider Capital, resgato alguns dados históricos da ACIF de um período mais recente, e o que mais marcou algumas gestões da associação desde 1975.

Osvaldo Goeldner Moritz (1975- 1979)- difundiu em sua gestão duas frentes, a primeira focava na parte interna, no processo administrativo da entidade; a segunda buscou levar o nome da ACIF para além do empresariado em Florianópolis com uma integração maior com a FACISC e a Confederação Nacional. Presidente da associação durante a ditadura afirma que foi preciso enfrentar a falta de expressividade da classe política local. “A ACIF era um meio de comunicação dos políticos e a comunidade”

Ody Varella (1971- 1975) (1985- 1987)- em sua primeira gestão participa do processo de inauguração da primeira sede da ACIF. Na segunda gestão “reorganiza a entidade, aumentando seu quadro associativo e participando da vida da cidade, especialmente, junto à Prefeitura”.

Fernando César Demetri (1991-1995)- lança a campanha “A favor de Florianópolis”, onde questionava a falta de critérios rigorosos para a liberação de construções na capital catarinense. Também promoveu campanha para conquistas de novos sócios, sendo que em sua gestão o número de associados passou de 300 para 700.

Vinicius Lummertz Silva (1997- 2001)- foi concluída a sede atual da ACIF. Deu incentivo aos Núcleos Setoriais, e buscou um contato mais próximo com a Câmara Municipal.

Alaor Francisco Tissot (1987- 1991) (2001- 2005)- em dois momentos diferentes, soma oito anos a frente da associação. Entre as ações realizadas, teve a redução da taxa de iluminação pública para os associados, o que contribui para aumentar o quadro de associados, mas para ter direito ao desconto era necessário ser associado por algum tempo, o que mantinha a fidelidade de novos integrantes. Desde 2009 é presidente da FACISC.

Dilvo Vicente Tirloni (2005- 2009)- avalia que ‘sua gestão se caracteriza pela transição de um modelo tradicional para um modelo mais dinâmico e moderno’⁸. Com revitalização das regionais de Canasvieiras, Ingleses e Lagoa da Conceição, como também implantadas novas regionais como a do Continente e do Sul da Ilha. No Meio Ambiente,

Estamos com o projeto Reóleo, são 40 mil litros por mês, logo estaremos em 200 mil que são recolhidos e encaminhados para fazer sabão, biodiesel, etc. Ajudamos a construir a Lei do Saneamento Básico que regulamenta o Lixo, esgoto, água e drenagens, o novo modelo de Águas e Esgoto, a Lei do Gerenciamento Costeiro, que é o Plano Diretor do Mar; estamos trabalhando na área da cultura, com convênios com a Fundação Franklim Cascaes e Fundação Catarinense de Cultura. Temos projetos no sistema de transportes, no novo terminal do aeroporto, no Sistema tributário,

8 Lider Capital, nº27. p. 14.

na segurança empresarial e assim por diante. (TIRLONI, Dilvo, Entrevista publicada no Jornal do Felipe. Disponível em: <http://www.jornaldafelipe.net>, pesquisado em 8 de junho de 2011)

Destaca também a proposta de um novo Sistema Tributário e do livro ‘PMF 2012- Refundação orgânica para uma cidade feliz’, uma proposta para revisão da gestão da Prefeitura de Florianópolis, envolvendo as secretarias no Executivo Municipal Foi revitalizado o Jornal Capital que em março de 2008, transformou-se em Revista Lider Capital. Criando um Portal na Internet, e reformulação dos Estatutos Sociais implantando novas Diretorias⁹.

Doreni Caramori Júnior (2009-)- Os trabalhos possuem duas frentes: 1) interna- questões de gestão dos recursos e produção de conteúdo e conhecimento para os empresários. 2) externa- exercício de uma influência positiva para a comunidade, com temas direta ou indiretamente ligados ao meio empresarial.

É que houve muitas mudanças. Acho que a principal mudança que teve foi a associação começar a olhar mais pra fora dela, porque antes a associação olhava muito pro seu umbigo. Deixou de olhar mais pras questões internas, e começou a olhar mais pra cidade, mais para a comunidade, para o desenvolvimento da cidade, muito mais para o ambiente de trabalho, ambiente onde as empresas estão inseridas. A questão da renovação, a associação ficou mais próxima do associado. Renovação com mulheres e as regionais que ganharam força. E com isso tudo a gente ganhou mais legitimidade para tratar dos assuntos dos empresários, e passou a representar mais os empresários. (CARAMORI Jr., Doreni. Entrevista à Autora. Florianópolis, 19/06/2012)

O discurso dos dois últimos presidentes bastante parecidos, pois Doreni Caramori Jr. era o vice-presidente da gestão de Dilvo Tirloni, sendo então que o que consideram a grande mudança e ‘revitalização’

⁹ Fonte: ENTREVISTA: LUIZ ARI SOUZA FONTOURA. Disponível em: <http://www.jornaldafelipe.net>, pesquisado em 8 de junho de 2011)

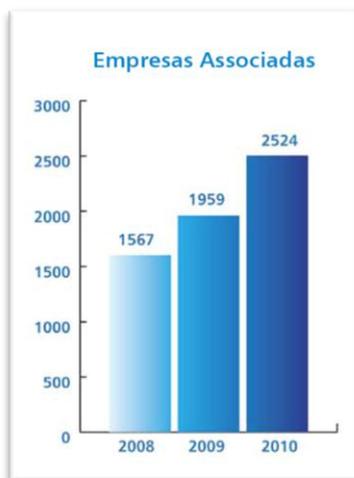
da ACIF começa na gestão de Dilvo Tirloni e continua na gestão atual, bastante defendida na fala do atual presidente.

2.2. Perfil dos associados

Conhecer o perfil das empresas associadas da ACIF é muito importante para a pesquisa, nos permite observar quem a associação representa, quais os tipos de empresas e ramos de atividades são mais presentes. Tais dados podem nos dar uma pista da atuação política que tal instituição se propõe a fazer, beneficiando determinados ramos produtivos da cidade de Florianópolis.

O número de empresas associadas aumentou consideravelmente nos últimos anos, no Gráfico 4 verificamos esse dado em números a partir do ano de 2008 a 2010. No ano de 2012 contabilizou-se mais de 3000 associados, tendo então desde 2008, onde se tinha 1567 empresas, um crescimento em torno de 100% nos últimos quatro anos.

Gráfico 4 - ACIF - Empresas associadas. Período 2008-2010



Fonte: ACIF, Balanço de Gestão 2011/2013, p.25

As empresas associadas da ACIF são classificadas em diversos ramos de atividades, tais como: alimentos e bebidas; automóveis, motos

e Cia; casa, decoração e escritório; comércio em geral; educação e cultura; esporte; indústria; festas e eventos; informática; lazer; moda e beleza; pessoa física; saúde e higiene; serviços e Cia; serviço público privado; turismo. Na tabela 3¹⁰ verificamos um comparativo dos anos de 2009 e 2011 desses ramos de atividades, percebemos que o mais significativo nos dois anos é o de Serviços e Cia e Alimentos e Bebidas, onde o primeiro possui 24,4% do total de associados em 2009, tendo um crescimento de aproximadamente 4% até 2011 (28,3%), e Alimentos e Bebidas representa 16,7% do total de associados em 2009, tendo esse um decréscimo de 1,1% até 2011 (15,6%), ainda assim fica evidente a sua importância, sendo que esses dois ramos somam 43,9% do total, ou seja, quase a metade das empresas associadas são do ramo de Serviços e Cia e Alimentos e bebidas.

Tabela 3 - ACIF- Número de associados conforme o ramo econômico de 2009 e 2011

Ramos de atividades	2009	%	2011	%
Alimentos e Bebidas	338	16,7	419	15,6
Automóveis, motos e Cia	90	4,4	109	4,1
Casa, decoração, escritório	102	5,0	120	4,5
Comércio em geral	102	5,0	156	5,8
Educação e cultura	82	4,1	99	3,7
Esporte	25	1,2	31	1,2
Fábricas e Indústrias	101	5,0	162	6,0
Festas e eventos	40	2,0	70	2,6
Informática	109	5,4	143	5,3
Lazer	34	1,7	32	1,2
Moda e beleza	147	7,3	155	5,8
Pessoa física	46	2,3	15	0,6
Saúde e Higiene	162	8,0	212	7,9

¹⁰ Os dados de 2011 do gráfico 4 e das tabelas 3; 4; e 5 foram retirados da mesma fonte (Balanço de Gestão 2011/2013, p.25), e os dados de 2009 das mesmas tabelas 3 e 4 foram retirados da Revista Líder Capital, n° 17, 2009. No entanto há uma diferença de 64 empresas de uma fonte para outra.

Serviços e Cia.	494	24,4	759	28,3
Serviços públicos/privados	42	2,1	62	2,3
Turismo	109	5,4	135	5,0
Total	2023	100,0	2679	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis na Revista Lider Capital, nº17 e do Balanço de Gestão 2009/2011

O tamanho das empresas também é importante para se obter um perfil dos associados, na tabela 4 fazemos um comparativo dos anos de 2009 e 2011. De acordo com o quadro há uma maioria de 86% de micro empresas em 2009 e em 2011 esse número aumenta para 90%, constituindo uma diminuição relativa das empresas de porte pequena, média e grandes, além da diminuição também de pessoa física e condomínios, que entram na classificação dessa tabela no ano de 2011, segundo a fonte da ACIF.

Tabela 4 - ACIF- tamanho das empresas associadas de 2009 e 2011

Tamanho	2009	%	2011	%
Micro Empresas	1783	86,4	2412	90,1
Pequenas Empresas	157	7,6	152	5,7
Médias Empresas	44	2,1	50	1,9
Grandes Empresas	34	1,6	34	1,3
Pessoa Física e Condomínio	46	2,2	29	1,1
Total	2064	100	2677	100

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital, nº17, e do Balanço de Gestão 2009/2011

Ainda quanto ao tamanho das empresas, mas agora de acordo com o número de funcionários no ano de 2011, há a representação na tabela 5. Há uma maioria de 78,8% de até 9 funcionários e 14,5% de 10 a 29. Esse quadro vem para reafirmar as informações acima, de que a grande maioria dos associados ACIF se constitui de micro empresas, com poucos funcionários.

Tabela 5 - ACIF- tamanho das empresas associadas quanto ao número de funcionários em 2011

Nº funcionários	Empresas	%
até 9	2110	78,8
10 a 29	389	14,5
30 a 49	78	2,9
50 a 99	35	1,3
mais de 100	65	2,4
Total	2677	100,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no Balanço de Gestão 2009/2011

Ainda outra informação importante sobre os associados é de seu tempo de associação na ACIF, esses dados são visualizados na tabela 6. Verificamos que cerca de 72,8% das empresas são associadas a menos de 4 anos, sendo destes 18% de até um ano em 2011, e ainda 95,7% das empresas são associadas a menos de 14 anos, ou seja, nesses últimos 14 anos, em específico os últimos quatro anos a associação teve um enorme crescimento quanto ao número de associados. Por outro lado, há poucas empresas associadas a mais tempo, sendo apenas 2 a mais de 50 anos e 30 empresas entre 25 a 49 anos.

Tabela 6 - ACIF- Tempo de associação das empresas - 2011

Tempo associação em anos	Número de empresas	%
até 1	484	18,1
1 a 4	1463	54,7
5 a 14	614	22,9
15 a 20	84	3,1
25 a 49	30	1,1
mais de 50	2	0,1
Total	2677	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Balanço de Gestão 2009/2011.

Talvez podemos relacionar este aumento expressivo de associados com as mudanças ocorridas na associação nos últimos anos conforme já descrito acima, mudanças que começam na gestão de Dilvo Tirloni em 2005 e segue com a atual gestão de Doreni Caramori Jr.. Esses dados podem ser interpretados como um reflexo positivo para a associação de todas as reformas e mudanças nesse período.

No entanto, podemos também pensar em mais fatores que possam ter auxiliado o aumento desse número de associados, pois segundo Bernardo Meyer, Diretor de Assuntos Governamentais, as empresas não se associam em sua maioria pelo associativismo em si, mas sim em vista dos benefícios que a ACIF oferece, como por exemplo, plano de saúde.

Mas independente dos motivos que levam as empresas a se associarem, o fato é que este número aumentou muito nos últimos quatro anos, e isso implica em maior legitimidade da ACIF como ator político de representação dos interesses empresariais e industriais de Florianópolis, especialmente das micro empresas, que são a sua quase totalidade de associados. Visualizamos dessa forma um perfil das empresas associadas, mas podemos nos perguntar em que medida as pretensões desses associados são realmente representados pela diretoria que extrapola o nível da associação?

Para buscar responder essa pergunta, vamos nos ater agora da estrutura organizativa, da diretoria dos últimos anos, de quem a compõe e de quais empresas e ramos são representados ali.

2.3. Estrutura organizativa

Visualizar e compreender a estrutura organizativa da associação é importante para perceber a hierarquia interna e a forma de organização e articulação da ACIF para sua atuação, além do mais nos permite verificar os personagens que atuam nesse âmbito e os que estão mais presentes e ativos.

2.3.1. Mudanças que ocorrem na estrutura e gestão da associação

Desde a sua formação em 1915 até os dias atuais, a ACIF passou por diversas mudanças na sua estrutura organizacional, surgindo mais cargos e diretorias a partir do momento que se sentia tal necessidade. A

estrutura inicial se compunha com um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, a estrutura atual é muito mais complexa, como verificamos no quadro 4.

Quadro 4 - ACIF- mudanças na estrutura organizacional. Período 2005- 2013.

Cargos	2005/ 2007	2007/ 2009	2009/ 2011	2011/ 2013
Presidente	Sim	Sim	Sim	Sim
1° Vice-presidente	Sim	Sim	Sim	Sim
2° Vice presidente		Sim	Sim	Sim
Dir. administrativo e secretário	Sim	Sim	Sim	Sim
1° Dir. Financeiro	Sim	Sim	Sim	Sim
2° Dir. Financeiro	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Patrimônio	Sim		Sim	Sim
Dir. de Assuntos Mercadológicos	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de Assuntos Organizacionais	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Jurídico	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de Comunicação	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de Eventos Promocionais	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de Treinamento Empresarial	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Geral Regional Lagoa da Conceição	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Geral Regional Canasvieiras	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Geral Regional Ingleses	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Geral Regional Continental	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. Geral Regional Sul	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de marketing e Soluções			Sim	Sim
Coordenadora Câmara da Mulher	Sim	Sim	Sim	Sim
Coordenador da ACIF Jovem	Sim	Sim	Sim	Sim

Coordenador do Conselho de Núcleos	Sim	Sim	Sim	Sim
Dir. de Relações Governamentais			Sim	Sim
Dir. de Assuntos Tributários			Sim	Sim
Dir. do Meio Ambiente			Sim	Sim
Dir. de Relações com os Empresários				Sim
Dir. de Integração				Sim
Coordenação do Programa ReÓleo			Sim	Sim
Coordenação do Programa Reciclatec				Sim
Dir. de Assuntos Econômicos				Sim
Dir. de Tecnologia e Inovação				Sim
Dir. de Assuntos Legislativos				Sim
Dir. de Assuntos Sociais				Sim
Dir. de Intercâmbio Empresarial			Sim	Sim
Dir. de Turismo			Sim	Sim
Dir. de Desenvolvimento Empreendedor			Sim	
Dir. de Projetos Especiais			Sim	

Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ACIF.

Podemos observar que as gestões de 2005-2007 e 2007-2009 permanece praticamente a mesma, no entanto há uma mudança significativa na gestão de 2009- 2011, com a criação de seis diretorias: Assuntos Tributários, Meio Ambiente, Intercâmbio Empresarial, Turismo, Desenvolvimento Empreendedor e Projetos Especiais. Implanta-se também uma Coordenação do Programa ReÓleo e além disso, o cargo de 2º vice- presidente.

Já na gestão 2011/2013 há mais mudanças, apesar de ser o mesmo presidente. Incorpora-se seis novas direções: Relações com Empresários; Integração; Assuntos Econômicos; Tecnologia e Inovação; Assuntos Legislativos; e Assuntos Sociais. Há formação da

Coordenação do Programa Reciclatec, e extingue-se duas diretorias: de Desenvolvimento Empreendedor e de Projetos Especiais.

Na entrevista feita com Bernardo Meyer, Diretor de Assuntos Governamentais, ele nos explica como surgem às necessidades de mudanças na estrutura de organização da associação e a incorporação de novos cargos, contando o seu caso:

É, na verdade não existia uma diretoria de relações governamentais, mas como era uma intenção nossa, desde que a gente assumiu essa gestão, de interagir mais com o governo, e de levar as nossas exigências, as nossas reivindicações ao governo, isso gera a necessidade, nós vimos a necessidade de criar essa diretoria e foi então que o Doreni na primeira semana já propôs a existência da diretoria, e eu claro que assumi. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora. Florianópolis. 19/06/2012)

A associação diz ter uma estrutura descentralizada, sendo este seu diferencial, com diferentes representantes para cada área de atuação, pois além de sua matriz, possui mais cinco regionais espalhadas pela cidade: Regional Canasvieiras, Regional Ingleses, Regional Lagoa da Conceição, Regional Sul da Ilha e Regional Continental, regionais “que atuam com autonomia focadas nos interesses locais”¹¹.

2.3.2. Direção e empresas no período considerado

Por meio das informações de composição da diretoria da ACIF, podemos observar quais são os sujeitos que estão a frente dessa associação durante o período estudado e também as empresas que fazem parte deste período, no sentido de observar se há um certo padrão ou mudança deste na direção da associação.

As informações levantadas não contemplam toda a diretoria do período de 1994 até 2010, devido a dificuldades de acesso a tais informações, estando disponíveis apenas os presidentes do período estudado. Sendo eles:

¹¹ Revista Lider Capital, N° 18 Agosto de 2009, p. 32.

Quadro 5 - ACIF- Presidentes e as suas empresas. Período 1991- 2013

Presidentes	Gestão	Empresa	Cargo/vínculo na empresa
Fernando César Demetri	1991-1993 1993-1995	Formaplas	Diretor
Armando Luiz Gonzaga	1995-1997	Ilhatur	Sócio
Vinícius Lummertz Silva	1997-1999 1999- 2001	Empresário da área de entretenimento	
Alaor Francisco Tissot	2001- 2003 2003- 2005	Imperatriz Participações e Eventos	Presidente
Dilvo Vicente Tirloni	2005-2007 2007-2009	San Mathias Auto Center Ltda	
Doreni Caramiri Júnior	2009-2011 e 2011-2013	Alliance Eventos/ Locus/Blue Ticket	Sócio

Fonte: Elaboração própria a partir de dados pesquisados na internet

A partir disso temos uma idéia da diversidade de empresas que fazem parte da direção da ACIF nesse período e também o período de gestão de cada presidente, sendo de dois anos cada, a maioria com reeleição totalizando quatro anos, com exceção de Armando Luiz Gonzaga, que fica apenas dois anos a frente da associação. Mas ainda há um presidente nessa relação que assumiu a frente da ACIF antes deste período, Alaor Francisco Tissot, de 1987 a 1991, totalizando oito anos no cargo.

Sobre a eleição à presidência, temos um dado interessante relatado pelo atual presidente Doreni Caramori Júnior, de que a sua eleição marcou uma situação histórica na associação, sendo uma “eleição marcada pelo consenso”, como este mesmo afirma:

foi a primeira vez que não teve disputa de chapas, foi a primeira vez não que teve chapa única, já teve outras vezes, mas a primeira vez que não teve briga por espaço, não teve oposição. Foi uma chapa única e mostrou que a gente está preparado para defender os interesses dos associados e não abriu espaço para especulações, então isso foi a cara da minha eleição. E também da reeleição depois, que também não teve

nenhum tipo de dificuldade.(CARAMORI Jr., Doreni. Entrevista à Autora. Florianópolis. 19/06/2012)

Um jornalista da Rede Independência de Comunicação (RIC) reforça essa informação: “primeira vez nos últimos anos da entidade, não houve disputa ou composição entre grupos, e os principais ex-presidentes da instituição assinaram requerimento propondo chapa única: Alair Tissot, Dilvo Tirloni, Fernando Demetri, Vinicius Lummertz, Armando Gonzaga e Oswaldo Moritz”¹². Essa informação demonstra a coesão interna do empresariado da associação, em que pelos menos nas duas últimas eleições não há uma disputa de chapas para a presidência da associação.

Com relação à composição da diretoria como um todo, observamos o quadro abaixo com dados das gestões de 2005-2007, 2007-2009, 2009- 2011 e 2011-2013, dando destaque para as funções desenvolvidas por cada empresário de acordo com cada gestão, e o número de gestões da qual participa da diretoria.

Quadro 6 - ACIF- Composição da diretoria. Período 2005 a 2013

Nomes	2005/ 2007	2007/ 2009¹³	2009/ 2011	2011/ 2013	Total de gestões
Dilvo Vicente Tirloni	1	1			2
Doreni Caramori Jr.	2	2	1	1	4
Juliano Richter Pires	4	4	4	2	4
Luiz Carlos Sempre Bom	5	5	7		3
Davi Hasse	6	6			2
Pedro Rodrigues Rita	7				1
Giovanni Guerra Gobbi	8	8	6		3
Rogério Bravo	9	9			2
Fernando Roberto Telini Franco de Paula	10	10			2
Juliana Pamplona	11	11	11	11	4
João Batista Rodrigues	12	12			1

¹²Tolentino (2009), disponível em: <http://marcelotolentino.blogspot.com.br/2009/04/doreni-caramori-junior-e-o-novo.html>.

¹³Não há informações disponíveis além do presidente e vice-presidente.

Maria Carolina Jorge de Linhares	13	13	3		3
Juan Alberto Navarrette Garcia	14	14			2
Otávio Ferrari Filho	15	15			2
Luciano Moura Pereira e Oliveira	16	16			2
Jaime Luiz Ziliotto	17	17	5	5	4
Julio César Trindade Ferreira	18	18		18	2
Lindamar Rocha Couver	20				1
Sandro Yuri Pinheiro	21	21	37		3
Rodrigo Ronsoni	22	22			1
Neiva Suzete Dreger Kieling		20			1
Sílvia Hoepcke da Silva			2	3	2
Davi Correa de Souza			8		1
Rodrigo Éstrázulas Rossoni			9	26	2
Rodrigo Duarte da Silva			10	4	2
Sanderlúcio Fabiano de Mira			12	12	2
Luciano Rossi Pinheiro			13	8	2
Eduardo Lucio Campos			14		1
Sílvio Rogério de Souza			15		1
Marcelo Guaraldi Bohrer			16	9	2
José Luiz da Silva			17	6	2
João Batista Argenta			18		1
Daniel de Oliveira Silva			19		1
Maria Cecília A. M. Gondran			20	27	2
Thiago Rocha Pereira			21		1
Gerson Apple			22		1
Bernardo Meyer			23	23	2
Klaus da Silva Raupp			24	24	2
Jane Pilotto			25	25	2
Luiz Marca			28		1
Clotildes Fernandes Campregher			34	34	2
Ernesto de Oliveira São Thiago Neto			35	35	2

Neiva Dreger Kielin			36		1
Cristiane Martins Reitz				7	1
Rodrigo Berthier da Silva				10	1
Adriana Maria Loch				13	1
Gabriel Mazzolli Damiani				14	1
Milton Weber Filho				15	1
Thiago Francisco Lewis				16	1
Maurício Justino				17	1
Alexandre Bastos Moreira Lima				19	1
Fátima Adriano Caponi				20	1
Liandra Nazário				21	1
Marcelo Bohrer de Almeida				22	1
Luiz Antonio Falcão de Moura				28	1
Thiago Freitas				29	1
Felipe Marcondes de Mattos				30	1
Guido Ademar Garcia Dellagnelo				31	1
André Porto Prade				32	1
Patrícia Moschen				33	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela ACIF14

(*) **Código dos cargos ocupados:** **1)**Presidente; **2)** 1° vice-presidente; **3)**2°vice- presidente; **4)** dir. administrativo e secretário; **5)** 1° dir. financeiro; **6)** 2° diretor financeiro; **7)** dir. patrimônio; **8)** dir. de assuntos mercadológicos; **9)** dir. de assuntos organizacionais; **10)** dir. jurídico; **11)**dir. de comunicação; **12)** dir. de eventos promocionais; **13)**dir. de treinamento empresarial; **14)** dir. geral regional Lagoa da Conceição; **15)** dir. geral regional Canasvieiras; **16)** dir. geral regional Ingleses; **17)** dir. geral regional continental; **18)** dir. geral regional sul; **19)** dir. de marketing e soluções; **20)** coordenação câmara da mulher; **21)** coordenação da ACIF jovem; **22)** coordenação do conselho de núcleos; **23)** dir. de relações governamentais; **24)** dir. de assuntos tributários; **25)** dir. do meio ambiente; **26)** dir. de relações com os

¹⁴ Os dados originais disponibilizados pela ACIF encontram-se em anexo, apresentando também o Conselho Fiscal e Conselho Superior.

empresários; **27)** dir. de integração; **28)** coordenação do programa ReÓleo; **29)** dir. de assuntos econômicos; **31)** dir. de tecnologia e inovação; **32)** dir. de assuntos legislativos; **33)** dir. de assuntos sociais; **34)** dir. de intercâmbio empresarial; **35)** dir. de turismo; **36)** dir. de desenvolvimento empreendedor; **37)** dir. de projetos especiais.

A partir do quadro 6, podemos observar que nesses oito anos, totalizando quatro gestões com dois presidentes diferentes, há algumas repetições de nomes, participando das 4 gestões analisadas temos: Doreni Caramori Jr. sendo que nas duas primeiras ele tem o cargo de vice- presidente e nas duas últimas é presidente de associação; Juliano Richter Pires, que de 2005-2011 ocupa o cargo de Diretoria Administrativa e secretário, e na gestão 2011- 2013, torna-se o 1º vice-presidente; Juliana Pamplona, sendo a Diretora de Comunicação das quatro gestões; Jaime Luiz Ziliotto, que era Diretor da Regional Continental na gestão de 2005- 2009, e nas duas últimas gestões é o 1º Diretor Financeiro. Participando de 3 gestões: Luiz Carlos Sempre Bom como 1º Diretor financeiro de 2005-2009 e 2009/2011 Diretor de patrimônio; Giovanni Guerra Gobbi que de 2005-2009 foi Diretor de Assuntos Mercadológicos e 2009-2011 2º Diretor Financeiro; Maria Carolina Jorge de Linhares com a Diretoria de treinamento empresarial e 2009-2011 é 2º Vice-presidente; Sandro Yiuri Pinheiro fica a frente da Coordenação da ACIF Jovem e 2009-2011 da Diretoria de integração. Podemos destacar também o presidente das gestões de 2005- 2007 e 2007-2009, Dilvo Vicente Tirloni, que não participa da diretoria nas duas últimas gestões mas faz parte do Conselho Fiscal. Participando em duas gestões temos 21 empresários e 35 que participam em apenas uma gestão. Há uma troca considerável nos cargos da diretoria. No quadro 16 (em anexo) encontra-se uma tabela com a relação de toda a diretoria, conselho fiscal e conselho superior da gestão 2011- 2013.

Quanto às empresas representadas pela diretoria nos anos de 2005 a 2013, temos a tabela 7 que especifica quais os ramos de atividades que estão representados em cada gestão, primeiramente em números absolutos, depois em porcentagem e por último comparando com a porcentagem dos associados totais da associação, (Os quadros completos com todas as empresas de acordo com cada gestão segue em anexo- quadros 16, 17, 18 e 19). Podemos fazer algumas observações a partir do quadro: o ramo mais representado desde 2005 a 2013 é o de Serviços e cia, variando de 33 a 47%, o ramo de turismo tinha um

representatividade de 15% em 2005/2007, tendo uma diminuição significativa, e em 2009/2011 não encontra representantes na diretoria dessa gestão, se limitando a 2,9% em 2011/2013. Moda e beleza também representa uma diminuição considerável, tendo 10% em 2005/2007 e na atual gestão não possui empresas deste ramo. No sentido inverso, alimentos e bebidas aumentam sua representatividade, não possuindo empresas nas gestões de 2005- 2007 e 2007-2009 passam a ficar em torno de 10% nas duas últimas gestões, e em 2011/2013 são o 2º maior ramo representado, se igualando a festas e eventos.

Tabela 7 - ACIF- Ramos de atividades das empresas dos membros da diretoria - de 2005 a 2013

Ramos	05 a 07	%	07 a 09	%	09 a 11	%	11 a 13	%	Total ACIF 2011 %
Festas e eventos	2	10	2	10,5	3	10,0	4	11,8	2,6
Informática	2	10	2	10,5	2	6,7	3	8,8	5,3
Fábricas e indústrias	1	5	0	0,0	1	3,3	3	8,8	6
Serviços e Cia	8	40	9	47,4	10	33,3	15	44,1	28,3
Casa, decoração e escritório	1	5	1	5,3	1	3,3	1	2,9	4,5
Turismo	3	15	2	10,5	0	0,0	1	2,9	5
Alimentos e bebidas	0	0	0	0,0	3	10,0	4	11,8	15,6
Pessoa física	0	0	0	0,0	1	3,3	2	5,9	0,6
Moda e beleza	2	10	1	5,3	1	3,3	0	0,0	5,8
Saúde e higiene	0	0	1	5,3	2	6,7	0	0,0	7,9
Automóveis, motos e cia	1	5	1	5,3	0	0,0	0	0,0	4,1
Sem informação	0	0	0	0,0	6	20,0	1	2,9	----
Total	20	100	19	100	30	100	34	100	----

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ACIF

Quando passamos a comparar essa representatividade dos ramos nas diretorias com a totalidade das empresas associadas, verificamos que

alguns ramos estão super representados, tal como ocorre com Serviços e Cia, que apesar de ainda ser o ramo com mais associados 28,3% em 2011, da diretoria sua representatividade chega a 47%. O mesmo acontece com Festas e Eventos, que em 2011 representa 11,8% das empresas, mas no mesmo ano, o total de associados são de apenas 2,6%, podemos ainda destacar o Turismo nas gestões de 2005-2007 e 2007-2009, onde ficam com representatividade de 15 e 10%, sendo que o total de associados é de apenas 5% deste ramo.

Verificamos que há algumas mudanças na estrutura organizativa da associação, com incorporação e exclusão de alguns cargos diretivos, como também nos seus ocupantes, no entanto há alguns poucos nomes que se repetem nas gestões. As empresas que são representadas pela diretoria por meio de seus ocupantes também apresentam algumas mudanças, mas há a permanência de um ramo, Serviços e Cia que é super representado em todas as gestões. Esses dados nos remontam a pergunta anterior, será que as empresas associadas são realmente igualmente representadas pela ACIF? Pois já verificamos que na diretoria há uma valorização de alguns ramos em detrimento de outros, mudando conforme a gestão.

2.3.3. Câmaras e núcleos

As Câmaras e Núcleos Setoriais talvez sejam a parte da associação onde os empresários possuem uma maior participação, os locais onde podem defender seus interesses específicos, pois são criados para unir empresários de um mesmo segmento ou com objetivos comuns. Têm o objetivo de “promover o espírito associativista e fortalecer a entidade através do desenvolvimento dos associados. A idéia é permitir que os empreendedores unam forças, facilitando a identificação, discussão e busca de soluções para problemas comuns.” (Revista Líder Capital, nº 47. p. 30)

De acordo com o Consultor Administrativo dos Núcleos Setoriais da ACIF, a diferença entre câmaras e núcleos setoriais se dá pela concentração das empresas reunidas nesses grupos. Nos núcleos, as empresas são do mesmo segmento de mercado e nas câmaras, compõe de diferentes segmentos de mercado, mas com um objetivo em comum. Há apenas a exceção da Câmara Setorial de Oficinas Mecânicas e Automotivas – CASOM, que por ser um dos primeiros grupos, se manteve com a mesma nomenclatura após ser implementado o método

de classificação desses grupos. Segue abaixo o quadro 7 listando os núcleos e câmaras da associação.

Quadro 7 - ACIF- Núcleos e Câmaras

Núcleos	Câmaras
Núcleo de Turismo Náutico	Câmara da Mulher Empresária- ACIF Mulher
Setorial de Soluções Empresariais- NUSE	Câmara de Lojistas da Rua Vidal Ramos
Núcleo de Lojistas do Aeroporto Hercílio Luz	Câmara Setorial de Oficinas Mecânicas e Automotivas- Casom
Núcleo Setorial de Empresas de Mídia Exterior	Câmara do Jovem Empresário- ACIF Jovem
Núcleo Setorial de Móveis e Decoração do Estreito	Câmara de Lojistas das Ruas Conselheiro Mafra e Francisco Tolentino
Núcleo Setorial da Via Gastronômica de Coqueiros	Câmara de Lojistas de Canasvieiras
Núcleo Setorial de Imobiliárias	
Núcleo Setorial de Corretores de Seguros	
Núcleo Setorial de Paisagismo	
Núcleo Setorial de Jornais de Bairro e Mídias alternativas	
Núcleo Setorial da Via Gastronômica da Praia dos Ingleses	
Núcleo Setorial de Farmácias Magistrais- ACIF Magistral	
Núcleo Territorial da Avenida Pequeno Príncipe	

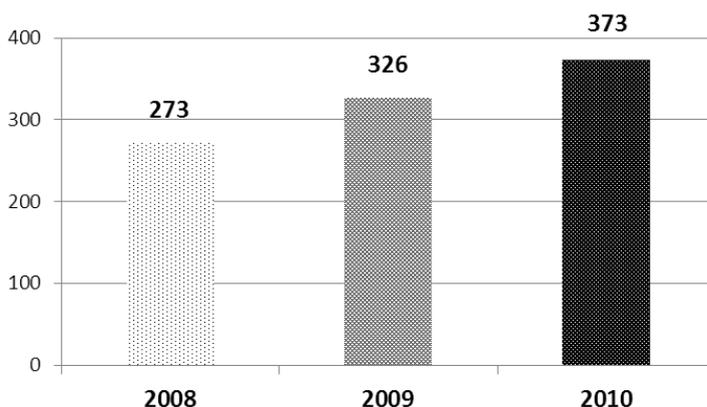
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site www.acif.org.br

Esse quadro é montado a partir de informações encontradas no site, tendo essa classificação, sendo dados atuais do ano de 2012. No entanto, em outras fontes, como o Balanço de Gestão 2009/2011, os núcleos setoriais e câmaras são postados na mesma tabela, não havendo essa diferenciação. No mesmo documento encontramos três núcleos setoriais que não são citados no site, e que aparentemente não existem mais, como o Gastronomia de Florianópolis, Iguatemi e Panificação,

que aparecem no ano de 2010 sem número de nucleados, ou seja, associados que participam deste.

A partir do gráfico 5 podemos ter uma idéia da evolução do número de nucleados nos anos de 2008, 2009 e 2010, tendo um aumento expressivo a cada ano, mas especialmente em 2010.

Gráfico 5 - ACIF- evolução do número de nucleados- 2008, 2009, 2010



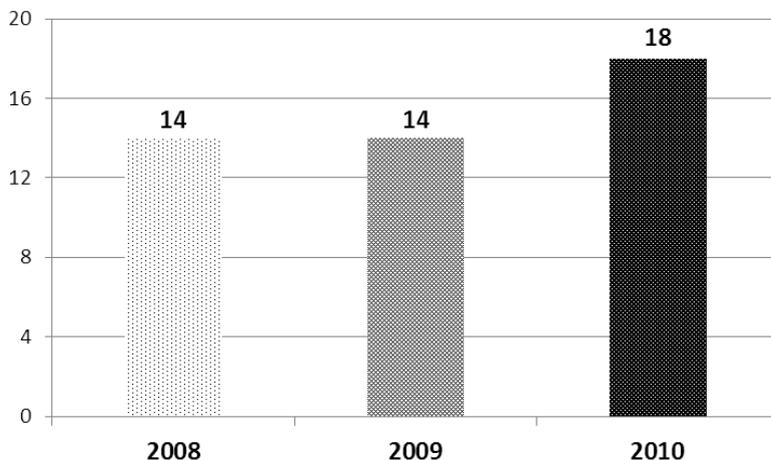
Fonte: Balanço de Gestão 2009/2011, p.50

No gráfico 6 percebemos o número de núcleos dos anos 2008, 2009 e 2010, sendo que os anos de 2008 e 2009 permanece a mesma quantidade, e um aumento expressivo no ano de 2010 com o aumento de quatro núcleos nesse ano. Podemos pensar que esse aumento seja interessante por ser um ano de eleições na associação, onde o então presidente se reelege, sendo que o aumento desses núcleos possa ser contado como um fator positivo para a sua gestão. De acordo com os dados de 2012 há apenas um grupo a mais, contando com 19 no total. Segundo a associação, a perspectiva para 2013 é aumentar este número para 30 núcleos setoriais, pois “com o fortalecimento das Câmaras e Núcleos, todos os setores econômicos das empresas associadas serão beneficiados. Além disso, melhora o contato do associado com a ACIF e fomenta a participação de novas empresas na Associação¹⁵”. Esses

¹⁵ Revista Líder Capital, n°47. 2012. p.30.

dados também podem ser relativizados no sentido que os núcleos setoriais se formam e podem ser desfeitos, como visto acima, onde os números podem parecer os mesmos, mas os grupos nem sempre o são.

Gráfico 6 - ACIF- números de núcleos setoriais- 2008, 2009, 2010



Fonte: Balanço de Gestão 2009/2011, p.50

Dentre as câmaras citadas acima, há duas que merecem destaque pelo apoio que recebem da associação e pelo trabalho e divulgação que possuem nos meios midiáticos e do próprio site da ACIF. Estas são a Câmara do Jovem Empresário e a Câmara da Mulher Empresária, atuação na ACIF também percebida pelo quadro da diretoria da associação, composta por um número considerável de empresários mais jovens e também algumas mulheres. Este movimento de incentivo ao jovem e a mulher empreendedora é percebido de maneira mais recente, como também afirma o presidente da associação.

É, a gente liderou o movimento né, a gente trouxe os jovens e praticamente rompeu as barreiras, e aí quando a gente rompeu as barreiras com os jovens, a gente rompeu as barreiras pra mulheres, núcleos, regionais. Começou a fazer uma associação mais participativa, mais presente. Isso é realmente uma das grandes

mudanças estruturais que a gente teve. (CARAMORI Jr., Doreni. Entrevista à Autora. Florianópolis. 19/06/2012)

A ACIF Jovem surgiu em 1998, e desenvolve diversas atividades, como por exemplo as desempenhadas na gestão de 2009/2011: Feirão do Imposto, uma forma de protesto, onde o público pode se informar sobre os tributos pagos por cada produto; auxilia na organização do 16º Congresso Nacional de Jovens Líderes Empresariais, da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje); realiza o ‘Bate- Papo’ com alguns ‘Grandes Empresários’ para contar sua história e suas dificuldades; Missões Empresariais, com visitas técnicas com foco de processos, metodologias e estrutura das empresas da região¹⁶.

A Câmara da Mulher Empresária também surge em 1998, “com espaço para troca de idéias e construção de representatividade, objetivos que nos últimos anos têm sido buscados por meio de diversos projetos”¹⁷. Dentre as ações de destaque dessa câmara está o Prêmio Mulheres que Fazem Diferença, dividido em três setores: terceiro setor, negócios e poder público. Este prêmio aconteceu pela primeira vez em 2010, e teve até agora somente duas edições, no quadro 8 estão as ganhadoras dos dois anos.

Quadro 8 - ACIF - Ganhadoras do Prêmio Mulheres que Fazem a Diferença – 2010 e 2011

Categoria	2010	2011
Terceiro Setor	Joseli de Almeida Ulhôa Cintra	Bebhinn Hamsay
Negócios	Thaise Costa Guzzatti	Vanessa Tobias
Poder público	Silvana Bernardes Rosa	Angela Albino

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital

Há assim algumas câmaras e núcleos mais ativos do que outros, mas são organizações dos empresários dentro da associação que parece ter um grande incentivo e também ser um atrativo a mais para manter os

¹⁶ ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 44.

¹⁷ Idem, p.46.

associados e buscar por novos, pois são grupos formados exclusivamente para priorizar seus interesses.

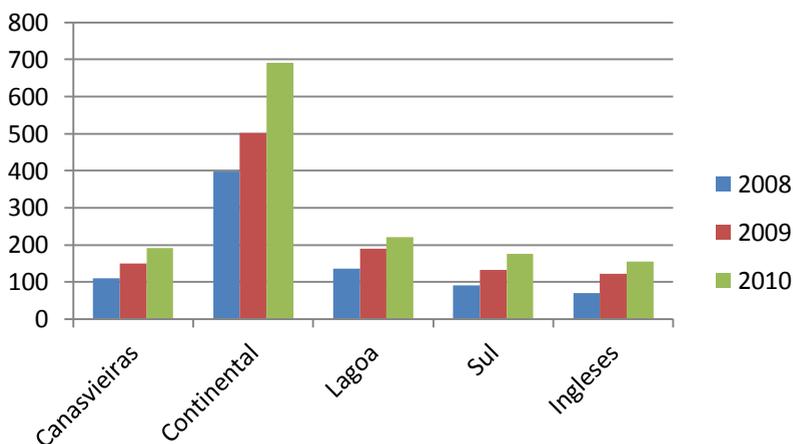
2.3.4. Regionais

A ACIF possui cinco regionais, quatro delas localizadas na ilha estão: Regional de Canasvieiras, Regional dos Ingleses, Regional Sul da Ilha, Regional Lagoa da Conceição e a Regional Continental.

Essas regionais são consideradas “portas de entrada para a participação mais efetiva dos empresários junto a ACIF”¹⁸. Além dos projetos próprios, definidos a partir de demandas identificadas em cada localidade, as Diretorias regionais promovem cursos e outras ações de aperfeiçoamento e oferecem aos associados infraestrutura de apoio para reuniões, acesso a internet, entre outras.

Evidentemente que cada regional possui uma especificidade, de acordo com a região em que está situada e pelos empresários que fazem parte da mesma. Pautado nisso, podemos ter uma idéia das diferenças e semelhanças das regionais pelos gráficos. No 7, demonstramos o número de associados por regionais de 2008 a 2010.

Gráfico 7 - ACIF- Número de associados conforme as Regionais 2008 a 2010



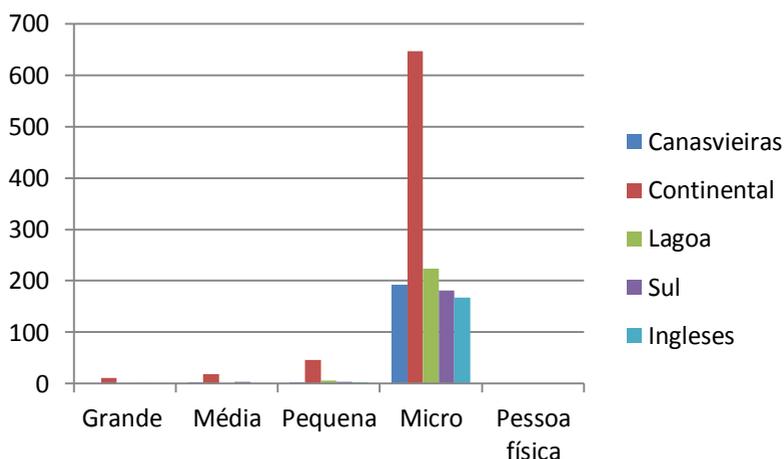
¹⁸ ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 96.

Fonte: Elaboração própria a partir do Balanço de Gestão 2009/2011

De acordo com o gráfico, a regional continental é a que mais possui associados desde 2008, tendo um crescimento considerável nesse período, passando de 400 para quase 700 associados em apenas dois anos. A regional de Canasvieiras apresenta uma crescimento de quase 100%, passando de em torno de 100 associados em 2008 para quase 200 em 2010. Há um crescimento parecido, embora um pouco menor, nas regionais da Lagoa e Sul. A regional Ingleses se apresenta a menos expressiva em números de associados e crescimento dos mesmos nesse período.

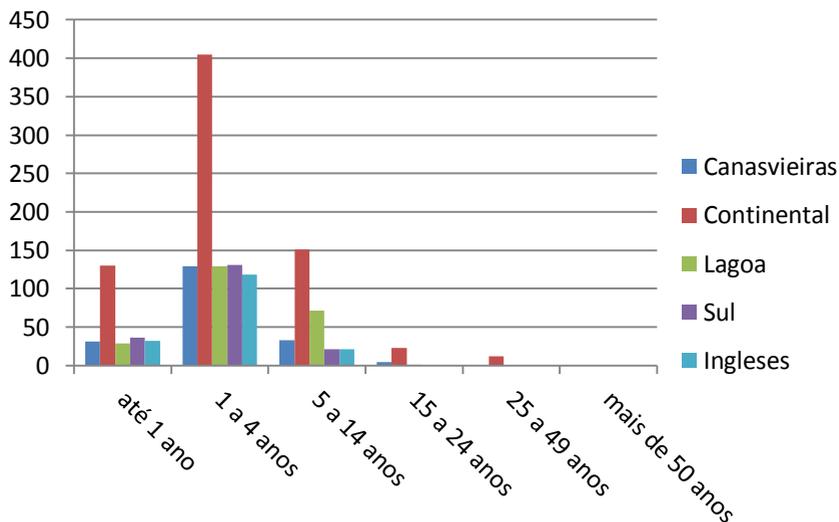
Abaixo podemos observar o perfil das empresas associadas.

Gráfico 8 - ACIF- Tamanho das empresas associadas nas regionais



Fonte: Elaboração própria a partir do Balanço de Gestão 2009/2011

De acordo com o tamanho das empresas, a regional que possui uma maior diversidade, incluindo além das micro empresas também empresas de médio e grande porte é a Regional Continental, variedade que não é vista nas outras regionais.

Gráfico 9 - ACIF- Tempo de associação das empresas nas regionais

Fonte: Elaboração própria a partir do Balanço de Gestão 2009/2011

Pelos dados do tempo de associação das empresas o que mais chama atenção no gráfico é o aumento intenso em todas as regionais nos últimos 4 anos. Novamente o destaque da Regional Continental, pela sua variedade tendo empresas associadas a mais tempo, como de 25 a 49 anos, algo não observado pelas outras regionais, que ficam praticamente no mesmo patamar. Destaque também para a Regional da Lagoa com associados de 5 a 14 anos e a Regional Canasvieiras com associados, apesar de poucos, de 15 a 24 anos.

Agora vamos observar mais atentamente os setores de associados e as demandas de cada uma. Regional Canasvieiras tem associados com destaque para os ramos de alimentos e bebidas; serviços e Cia; e turismo. Dentre as suas bandeiras, destaca-se o combate às causas da sazonalidade, buscando infraestrutura com atrativos também para o inverno. Nesse sentido, solicitou ao Governo a construção de um Centro de Cultura e Eventos na região; desenvolveu projetos para alargamento e revitalização da faixa de areia da Baía de Canasvieiras; fiscalização de ambulantes; desassoreamento de rios da região; limpeza de bueiros¹⁹.

¹⁹ ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 98.

Regional Continental tem como associados de destaque para os ramos de serviços e cia; alimentos e bebidas; e fábricas e indústrias. Participação ativa em eventos, sendo que em dois anos de gestão (2009/2011) participou de seis eventos. Além disso, articulou a criação de uma comissão para atuar junto aos órgãos municipais e buscar a revitalização da Fúlvio Aducci e da Beira Mar Continental. Realizou também encontros com políticos, autoridades, associações de moradores e Consegs para encaminhamento de reivindicações da sociedade²⁰.

Regional Lagoa destaca-se associados dos ramos de alimentos e bebidas; e serviços e cia. Dentro das principais bandeiras da regional está a segurança pública, sendo instaladas nove câmeras de monitoramento em novembro de 2010. A região tem como atrativo também uma rede gastronômica, promovendo atividades específicas para o setor²¹.

Regional Sul, uma das mais recentes regionais, com associados de destaque nos ramos de alimentos e bebidas; e serviços e cia. A principal bandeira dessa regional é a mobilidade urbana, nesse sentido recebeu alguns políticos na Semana do Empresário realizada pela regional, e também foi feita uma audiência pública com vereadores de Florianópolis²².

E finalmente a Regional Ingleses, com destaque de associados dos ramos de serviços e cia; alimentos e bebidas; e turismo. Uma das principais bandeiras da regional é o turismo, sendo por responsabilidade desta o projeto de atendimento ao turista CAT- Centro de Atendimento ao Turista. Além disso, possui uma população fixa e um comércio diversificado, e a regional atua “oferecendo suporte ao empresariado local e participando da discussão de temas importantes para a comunidade”²³.

Entre as regionais da ACIF a Regional Continental parece ser a mais participativa e a que mais apresenta demandas, também devido ao seu tamanho, diferenciando- a das demais. Canasvieiras, Ingleses, Lagoa e Sul, com suas particularidades e demandas diferenciadas, mas apresentam um perfil mais comum, de associados, ramo de atividades e tempo de associação.

²⁰ ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 101.

²¹ Idem. p. 103.

²² Idem. p. 105.

²³ Idem. p.107.

2.4. Serviços

A ACIF oferece uma série de serviços a seus associados, uma forma de estimular a participação e a associação das empresas. Dentre destas, podemos destacar 20 produtos e serviços oferecidos, divididos em nove frentes²⁴:

Negócios: a) Banco de Currículos e Vagas - disponível no site da associação para o associado oferecer vagas de empregos ou pesquisar currículos cadastrados no Banco de Talentos; b) Serasa - serviço de acesso a informações cadastrais e de cheques de pessoas físicas e jurídicas; c) Certificado digital - desconto para o Certificado Digital exigido pela receita Federal para transações na web.

Benefícios: a) Util Card - cartão de gestão de benefícios, que debita valores em folha de pagamento, o associado e seus funcionários participam de uma rede de descontos em produtos e serviços; b) Cartão alimentação/ refeição - com a utilização do útil card, pode usar o cartão alimentação/refeição sem taxas administrativas.

Educação: a) Cursos e treinamentos - cursos e eventos oferecidos para os empresários e seus colaboradores (quadro 20 em anexo); b) Salas - auditórios para apresentações, reuniões e palestras com salas equipadas, na matriz e regionais.

Saúde: a) Plano médico - planos de saúde Unimed, disponíveis para os associados com planos e preços diferenciados; b) Plano odontológico - planos com preços diferenciados, por meio de parceiras qualificadas.

Comunicação: a) Portal ACIF - traz ferramentas de interação e espaços para anunciar produtos e empresas; b) Revista Líder Capital - revista mensal distribuída gratuitamente para os empresários entidades; c) Mala Direta Sócios - contatos com os associados.

Meio ambiente: a) ReÓleo - programa de reciclagem que retira óleo de cozinha utilizado por restaurantes e também condomínios residenciais da cidade; b) Reciclatec - projeto de parceria com a ONG Comitê para Democratização da Informática -CDI, com objetivo de contribuir para destinação correta do resíduo eletrônico, reaproveitando equipamentos e retirando de circulação componentes que iriam para aterros sanitários.

²⁴ Classificação de acordo do Balanço de Gestão 2009/2011 e também no site da associação: <http://www.acif.org.br/>.

Relacionamento: a) Eventos - uma forma de networking, negócios e confraternização, eventos que já são tradicionais na entidade - ACIFeijão, festa de final de ano, aniversário da entidade, além de encontros, missões empresariais, feiras e programações especiais; b) Núcleos e Câmaras – “oportunidade para os empresários unirem-se em núcleos setoriais ou câmaras multisetoriais a fim de encontrar soluções para o segmento em que atuam. Forte canal de relacionamento empresarial”; c) Bússola empresarial - especialistas tiram dúvidas em várias áreas como: administração, marketing, RH, logística, qualidade comercial, contábil, finanças, automação comercial, tecnologia da informação, hospitalar, entre outras. Serviço prestado por meio do Núcleo de Soluções Empresariais (NUSE).

Jurídico: a) Declaração de exclusividade - emitidas pela ACIF após exame por parte do Departamento Jurídico da entidade a documentos autênticos. O atestado pode ser usado para pleitear a dispensa de licitação perante órgãos públicos; b) PACE - Posto Avançado de Conciliação Extraprocessual é uma solução rápida e simplificada de conflitos jurídicos, sem custos e aberto a toda a comunidade.

Missões empresariais: possibilita a participação dos associados a ‘eventos de grande porte’. Em 2009 houve quatro missões empresariais: Fispal- Feira Internacional de Produtos e Serviços para Alimentação Fora do Lar (São Paulo); FIPAN- Feira Internacional de Panificação, Confeitaria e do Varejo Independente de Alimentos (São Paulo); Equipotel- 47ª Feira Internacional de Equipamentos, Produtos, Serviços e Bebidas para Hotéis, Flats, Motéis, Restaurantes, Fast- Foods, Bares, Cozinhas Industriais e similares (São Paulo), ABF Franching- A maior feira de franquias da América Latina. Em 2010, teve dez participações de associados em feiras, como: SIGN- 20ª Feira Internacional Serigrafia, Comunicação Visual, Impressão Digital, Sinalização e Marketing Promocional (São Paulo); Equipotel; FCE Pharma- Exposição Internacional de Tecnologia para a Indústria Farmacêutica; Corupá- SC- Pólo de produtos de belos jardins com boa qualidade estética de plantas e arbustos; FCE Cosmetique- Exposição Internacional de Tecnologia para Indústria Cosmética; ABF Franching; CACB Federasul- Congresso das Confederações das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil; Fispal Tecnologia- Congresso das Confederações das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.

Todos esses serviços oferecidos pela ACIF tem como propósito oferecer facilidades aos associados, tendo função de garantir a competitividade.

Se tu pegar as áreas da associação, tu vai ver que temos cuidados com a competitividade, por exemplo, treinamento, ações que geram competitividade, rede, relacionamento, as demais soluções, isso dá competitividade para as empresas. E depois ações ligadas ao ambiente, que é comunidade, representação, projetos de leis que a gente trabalha, reforma trabalhista, reforma tributária, isso dá ambiente, melhora o lugar onde as empresas fazem negócio. (CARAMORI Jr., Doreni. Entrevista à Autora. Florianópolis. 19/06/2012)

O quadro 20 (anexo) apresenta alguns cursos oferecidos aos associados ACIF no ano de 2011 e algumas parcerias que são concretizadas nesses eventos, com destaque para o Sebrae.

As parcerias da ACIF ultrapassam barreiras federais e buscam articulação com câmaras de comércio no exterior. Sabemos que este fato não é totalmente novo, já que em 1956 a ACIF realizou acordos (ou acordo) com a Câmara de Comércio da Argentina, embora não tenhamos informação sobre quanto tempo perdurou e qual foi se conteúdo efetivo. Atualmente, os interesses da associação são com outro país, os Estados Unidos, onde pretende desenvolver projetos de aproximação com entidades associativas deste país, com a finalidade de abrir mercado para as empresas locais. A ACIF mantém contatos com a *Brazilian-American Chamber of Commerce of Florida*. Segundo a ACIF, a intenção é analisar os caminhos da exportação de produtos via Florida embora também esteja em “andamento ações de aproximação com entidade representativa do setor produtivo da cidade de Nova York”²⁵. Em 9 de janeiro de 2013, a ACIF passa a integrar a Câmara de Comércio norte- americana *Brazil Cham*, de Nova Iorque²⁶. Percebe-se

²⁵ <http://www.acif.org.br/novidades/acif-busca-aproximacao-com-mercado-norte-americano>.

²⁶ Fonte: <http://acif.org.br/novidades/acif-passa-a-integrar-cmara-de-comrcio-norte-americana>.

um esforço de aproximação da ACIF do mercado internacional dos Estados Unidos.

Todos esses dados nos permitem construir um breve perfil da ACIF e de seus associados, sendo uma associação bastante representativa do empresariado de Florianópolis, desempenhando diversas ações a níveis municipais, estaduais e federais. Seus associados são constituídos basicamente de micro empresários (90%), com destaque para o ramo de Serviços e Cia e Alimentos e bebidas (juntos somam 43,9%), nos últimos quatro anos a associação cresce muito em número de associados, praticamente dobrando de 2008 a 2012. A sua estrutura organizativa sofre diversas mudanças principalmente nas duas últimas gestões (2009-2011 e 2011-2013), incorporando novos cargos e variando seus representantes. Verificamos uma superepresentação de alguns ramos de atividades na diretoria, com destaque para serviços e Cia e para festas e eventos. A ACIF oferece diversas formas de organização do empresariado para maior articulação, como as câmaras e núcleos setoriais, no mesmo sentido, possui uma estrutura capilarizada, com cinco regionais espalhadas pela ilha e continente, sendo a mais representativa e com maior número de associados a Regional Continental. Além disso, há ainda alguns serviços oferecidos pela associação, como meio de formação e informação do empresariado, como forma de articulação de seus interesses na sociedade e junto ao poder público.

Capítulo 3

Dimensão social e política da Associação

3.1. Relação com os poderes políticos, executivo e legislativo local, estadual e nacional

Para a defesa dos interesses do empresariado, o qual a ACIF representa, ela adquire uma dimensão de atuação social e política. “A percepção da ingerência estatal na economia como ameaça aos interesses empresariais pode, assim, ser um importante fator de coesão e organização empresarial. Mas o Estado pode não ser uma ameaça e sim um indutor da ação coletiva empresarial.” (BIANCHI, 2007. p. 123)

Pensando o Estado como indutor da ação coletiva e como um campo de disputa pelo poder, percebemos a organização empresarial a fim de propor e interferir em políticas públicas que lhes sejam apropriadas e atenda a seus interesses. Para isso, a associação se utiliza de diversos meios.

3.1.1. Propostas e demandas

Pelo histórico da associação e também pelas demandas (quadro 21 em anexo) que dela surgem, podemos ver a atuação política da ACIF e as variedades de projetos e demandas que são defendidos por ela. Algumas são atendidas e outras não, mas mesmo as que não são atendidas, demonstram as atividades da associação e os interesses que esta defende. Dentre algumas demandas atendidas, destacadas no próprio site da instituição: participação na primeira ligação ilha-continente (Ponte Hercílio Luz); da construção da BR- 282 e BR-101; na construção do Terminal do Aeroporto, Sapiens Park e o novo Jardim Botânico²⁷. São demandas que sem dúvidas causam impactos na cidade e favoráveis ao desenvolvimento empresarial.

No entanto, as discussões da ACIF vão muito além de Florianópolis, e possuem âmbitos bastante variados. Como demonstração disso, escolhemos aqui cinco demandas e bandeiras da

²⁷ Fonte: *site* da associação, www.acif.org.br.

ACIF, devido a importância da temática dada pela instituição, por meio de publicações em diversos meios de comunicação²⁸, e também por serem alguns assuntos discutidos em âmbito federal, como projetos de lei defendidos no Congresso Nacional, ou então projetos que visam mudanças bastante significativas na cidade. No quadro abaixo segue a seleção feita das propostas da ACIF em anos mais recentes.

Quadro 9 - ACIF. Projetos e/ou propostas selecionadas. Período 2008-2010

Projetos/ propostas	Conteúdo	Data
Reforma Tributária	Proposta de um novo sistema tributário: eliminação dos encargos sociais de empresas de pequeno, médio e grande porte; mudar a lógica de financiamento da Seguridade Social, entre outras.	2008
PMF- 2012	Proposta de nova organização e estruturação da prefeitura, como também propostas para alguns problemas da cidade, como saneamento básico; transporte urbano; segurança.	2008
Transformação/ Privatização da Casan²⁹	Críticas dirigidas a Casan pela sua “ineficiência” e propõe “soluções” como: parceria com os municípios; parcerias público-privada; uso da Empresa de Economia mista- onde os capitais privados pudessem prevalecer sobre a participação pública.	2009 ³⁰
Plano Diretor	Alguns pontos para elaboração do novo Plano Diretor: maior autonomia ao IPUF; crítica a inserção da Câmara de Vereadores no Sistema de Gestão; necessidade de novos parâmetros da paisagem urbana, limites geográficos dos mapas e os aspectos construtivos.	2010
Reforma	Fidelidade partidária; extinção dos suplentes;	2011

²⁸ Site da associação, Revista Lider Capital, e outros meios midiáticos diversos, como o Clic RBS, Jornal do Felipe, entre outros.

²⁹ Não propriamente um projeto escrito e defendido pela ACIF como os outros quatro apresentados no quadro, mas é uma bandeira da associação bastante presente.

³⁰ Não se tem uma data definida de quando essas propostas para a Casan surgem, no entanto estipula-se essa data devido a notícias a críticas dirigidas a empresa pública na Revista Lider Capital, onde as revistas de acesso pela internet iniciam nesse ano de 2009.

Política	extinção de licença para ocupar outros cargos e disputar eleições; redução do número de senadores e deputados federais; fim da reeleição; mandato de 5 anos; mudança de voto direto para voto distrital misto; verticalização das coligações; financiamento de campanha privado; regulamentação do lobby; eleições primárias; fim de cotas para mulheres e proposição de cotas para candidatas que não tenham ocupado cargos públicos eletivos anteriormente.	
-----------------	---	--

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos Reforma Tributária, Reforma Política, PMF 2012, e a Revista Líder Capital, todos disponíveis no site www.acif.org.br

Dentre os projetos nacionais estão o Projeto de Reforma Tributária e o Projeto de Reforma Eleitoral, e projetos a níveis municipais, mas não menos importantes, estão o PMF 2012, o Plano Diretor de Florianópolis e a transformação/privatização da Casan.

O projeto de Reforma Tributária é realizado em parceria com a FACISC, mas redigido por diretores e associados da ACIF. O documento faz uma revisão sobre muitos impostos pagos pelos empresários, e faz algumas proposições que tendem a diminuir os encargos tributários do empresariado. Segundo Luiz Carlos Furtado Neves, Presidente da FACISC, em 2008, 70% das receitas de tributos no Brasil são gerenciados pelo Governo Federal, e a Proposta de Reforma Tributária pretende mudar essa situação, “pondo um paradeiro no crescimento das receitas, limitá-las em 30% ou menos” (Proposta de um Novo Sistema Tributário, p.07). Além disso, pela proposição de eliminação dos encargos sociais das empresas, ele comenta:

Ao propor o IMF³¹ para isentar as Pessoas Físicas até 100 mil reais, eliminar os Encargos Sociais de 20% para as médias a grandes empresas e a extinção do Simples Nacional leva o leitor a uma profunda reflexão, revela uma alternativa inteligente, que deve ser examinada com muito interesse por todos aqueles que se interessam por um sistema mais eficiente. Vale ressaltar que a classe média brasileira recuperaria seu poder de renda sem que houvesse aumentos de

³¹ Imposto sobre Movimentações Financeiras (IMF).

salários. As empresas poderiam reduzir substancialmente seus custos na ordem de 20%. Estaria criando um círculo virtuoso, de mais renda, produtos mais baratos, mais compras, mais produção, mais impostos e mais empregos. (ACIF. Proposta de um novo Sistema Tributário, p.07)

Podemos observar em seu discurso, que o presidente da FACISC, exalta a dimensão social, política e principalmente econômica que tal proposta pode trazer, no caso específico sendo pensado em benefício dos empresários e de setores da classe média assalariada que veria sua renda aumentada. Na análise do empresariado não se especifica em que medida as reduções propostas afetariam os diversos programas e segmentos populacionais beneficiados pelos recursos destinados à Seguridade Social.

O projeto PMF 2012 tem 107 páginas, formulado pela ACIF e com participação da ESAG Jr, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Não fazemos uma análise detalhada do documento, mas destacamos alguns pontos. O documento propõe uma nova organização e estruturação da Prefeitura de Florianópolis, indicando algumas soluções para problemas da cidade e buscando meios de participação da sociedade civil através de conselhos da cidade. Como destaca Dilvo Vicente Tirloni, - presidente da ACIF na época (2008): “Qual a forma institucional da população participar? Através dos conselhos municipais, sem dúvida. São 25 conselhos existentes, muitos desativados. Não se sabe se por desinteresse das populações ou por esperteza política, a verdade é que estes conselhos não funcionam.” (PMF 2012, 2008. p.5). Além disso, Dilvo Tirloni ressalta a dimensão do documento:

O presente documento não se encerra em si mesmo, é um instrumento de ajuda, de contribuição, ao futuro governante e sua equipe. Por exemplo, estão oferecidas as informações básicas para se resolver o futuro de Florianópolis na questão Saneamento Básico e Habitação. As leis citadas dão todas as condições de resolver a questão. Não faltam recursos financeiros basta apenas uma determinação política de buscar a solução. O transporte urbano de massa depende de um trabalho conjunto das cidades conurbadas. A tarifa

única metropolitana se impõe. Alternativas auxiliares ao ônibus, como teleféricos e o transporte marítimo são investimentos que a iniciativa privada quer realizar. Em outras áreas depende-se de uma boa gestão administrativa. A segurança, por exemplo, deve ser assumida pelo município. O Secretário de Defesa do Cidadão deveria ser a autoridade máxima na cidade para encaminhar as soluções nessa área. Deveria ser o ‘xerife’ a comandar as ações de forças tarefas, compreendendo os demais órgãos envolvidos, estaduais e federais. (ACIF. PMF 2012, 2008. p.5)

Em entrevista Doreni Caramori Júnior, presidente da Associação (2009-2013), falou que este documento foi entregue ao último prefeito (Dário Berger), e segundo sua avaliação, algumas das medidas propostas foram realizadas pela Prefeitura. Na mesma entrevista, Doreni Caramori Jr. considera que o principal problema da cidade de Florianópolis é a “falta de planejamento e gestão de baixa eficiência.” E agrega: “Vou escolher mais um, a falta de canais legítimos de diálogo com a comunidade, pra mim os principais problemas da cidade são essas três coisas.” Segundo ele, “se essas três coisas tiverem organizadas, o resto é resolvido dentro delas. Saúde, educação, segurança, planejamento urbano, transporte coletivo. Todos os outros problemas são discutidos aí dentro, se você tiver esse tripé.” E resume: “canal legítimo de diálogo com a comunidade, conselho da cidade, que é nossa proposta, gestão eficiente, e planejamento.” (Entrevista ao autor, Florianópolis 19/06/2012)

A transformação/privatização da Casan não é exatamente um projeto redigido pela ACIF, mas faz parte das bandeiras defendidas pela associação que se faz presente em constantes divulgações midiáticas³² de críticas ao sistema Casan que se diz exaurido, e propõe-se uma parceria público-privada para resolução dos problemas. Um dos integrantes da ACIF que mais defende esta bandeira é o ex-presidente e atual integrante do Conselho Superior, Dilvo Vicente Tirloni, conforme demonstra em entrevista ao Jornal do Felipe:

Nossa posição é clara, o modelo CASAN se exauriu.
Prestou relevantes serviços até alguns anos atrás, mas

³² Revista Líder Capital, Clic RBS, Jornal do Felipe.

hoje, o Estado de SC e particularmente Florianópolis, tem um dos piores índices de saneamento do País. A culpa é do modelo. Não adianta insistir em algo que já está ultrapassado. Apresentamos um modelo de água e saneamento que consiste no seguinte: O poder concedente que é a Prefeitura, conta de um lado com o Conselho Municipal do Saneamento e de outro uma Agência Reguladora, todos órgãos públicos. Abaixo destes três entes públicos esta a operadora, que pode ser da iniciativa privada. A Prefeitura terá que primeiramente, licitar os projetos técnicos para os 13 distritos, depois licitar as obras. Há muitos recursos financeiros na mão da iniciativa privada prontas para ser aplicados nestes projetos, só os neófitos não enxergam isto. Florianópolis precisa de 250 milhões e a Região metropolitana mais 250 milhões. A CASAN não tem estes recursos. De outro lado recursos a fundo perdido não existem, só financiamentos junto da CEF ou Banco do Brasil. Não precisamos endividar o Estado ou o Município, a iniciativa privada pode fazer com mais competência e menor custo. Em 05 anos nossos problemas seriam resolvidos. (TIRLONI, Dilvo, Entrevista publicada no Jornal do Felipe, pelo site <http://www.jornaldafelipe.net>, pesquisado em 8 de junho de 2011)

Essa declaração de Dilvo Tirloni é feita quando ainda é presidente da ACIF, apesar de não ser datada tal reportagem, percebe-se pelo seu discurso que ele se posiciona enquanto associação. O que podemos perceber pela fala do então presidente com a proposição de parceria público-privada, uma possível privatização da Casan, com indícios de um posicionamento ainda ligado à ideologia neoliberal. Em novembro de 2011, a Revista Líder Capital anuncia que foi aprovada a venda de 49% das ações da Casan.

O Plano Diretor de Florianópolis foi mais um projeto no qual a ACIF participou ativamente, segundo sua própria avaliação, fazendo uma proposta com alguns pontos que considera importante como: crítica a inserção da Câmara de Vereadores no Sistema de Gestão; necessidade de novos parâmetros da paisagem urbana, limites geográficos dos mapas e os aspectos construtivos, entre outros. Participaram do projeto representantes da ACIF, como Dilvo Vicente Tirloni (conselheiro), Jane

Pilotto (Diretora de Meio Ambiente), Helena Muller Hintz e Rejane Varella (Regional Canasvieiras), Paulo Henrique Spinelli (Regional Inlgeses), João Jurandi Syrozinski (Regional Continental)³³. O presidente Doreni Caramori Jr, destaca a participação da ACIF na constituição do projeto:

A associação lidera o debate desde os primeiros trabalhos e está presente com mais de um representante nas reuniões em que o projeto avança. O empresário interessado em se informar e em contribuir pode e deve fazê-lo através da nossa associação³⁴. (Revista Líder Capital, n°25. p. 8)

A proposta de Reforma Política foi redigida por dois diretores da ACIF (André Porto Prade, diretor de Assuntos Legislativos, e Bernardo Meyer, diretor de Assuntos Governamentais) além de um associado (Flávio Kauling). O documento é composto por 19 pontos alicerçados em seis princípios: “o aumento da legitimidade dos políticos; o aumento da representatividade dos eleitos; o aumento da produtividade dos políticos; a despersonalização da política; a transparência do processo e o fortalecimento da democracia como um todo” (ACIF. Projeto de Reforma Tributária, 2011. p. 12).

Os diretores envolvidos na redação do Projeto (André Porto Prade e Bernardo Meyer) são filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e percebemos alguns pontos em comum com as propostas do partido “(...) defendem uma reforma que priorize pontos como o fim das coligações nas eleições proporcionais, maior transparência em relação ao financiamento de campanha, reforço da fidelidade partidária e adoção do voto distrital misto”³⁵. Contamos apenas nessa comparação quatro pontos em comum que foram citados, alguns percebidos de forma mais direta, como a adoção do voto distrital misto e reforço da fidelidade partidária, outros nos dando indícios de defenderem a mesma proposta em essência, como o financiamento de campanha, que o partido diz que busca maior transparência, mas ainda defende o financiamento de campanha privado. Outro ponto é o das

³³ Revista Líder Capital, n°25. p.8.

³⁴ Revista Líder Capital, n°25. p. 8.

³⁵ Fonte: 31/ 08/ 2011, disponível em: <http://www.psd.org.br/psdb-vai-consolidar-proposta-de-reforma-politica/>.

coligações, o partido propõe o fim das coligações em eleições proporcionais, ou seja, que as coligações atendam ao nível federal (verticalização das coligações).

Merecem destaque também pontos do Projeto de Reforma Política como fim da reeleição e mandatos de cinco anos, complementando com as cotas para candidatos que ainda não tenham ocupado cargos eletivos, tais proposições demonstram a preocupação na “renovação” dos políticos. Outro destaque é o fim de cotas para mulheres, sob a argumentação de que tendo uma mulher presidente essas cotas não fariam mais sentido. No entanto, se observarmos outros tantos cargos eletivos como prefeitos, deputados, senadores, entre outros, veremos que a cena política ainda é um campo essencialmente masculino.

Alguns pontos ainda são ressaltados pelo presidente Doreni Caramori Jr., pela sua “inovação”, “pode ser considerado inovadores para a legislação brasileira, só são atualmente levantados pela ACIF. Falo da legalização e da fiscalização pública da atividade do lobby e do chamado recal.” (ACIF. Projeto de Reforma Política 2011. p.7).

Outra proposta que ainda se encontra em “gestação” na Associação é um projeto para mudanças na legislação trabalhista. Segundo Bernardo Meyer, Diretor de Assuntos Governamentais, o objetivo da entidade é apresentar um projeto de reforma trabalhista:

Nosso objetivo agora é atuar sobre esse trâmite legislativo, e a gente quer propor também uma reforma trabalhista, (...) uma reforma trabalhista que esta sendo gestado aqui na ACIF e em breve quando tiver pronto a gente também vai ter que levar pra Brasília e apresentar para os parlamentares competentes. **É um projeto de reforma trabalhista da ACIF.** Se propõe uma mudança no Código Trabalhista Brasileiro, que diz ser muito antigo e ultrapassado. Então a ACIF está propondo um novo modelo, uma mudança nas leis. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012, grifo meu.)

Por meio das propostas e bandeiras da ACIF podemos perceber o quão articulado essa instituição se encontra, debatendo assuntos em âmbitos municipais, estaduais e também federais. Propostas que possuem muitos impactos sociais além de econômicos, interferindo em

diversos setores da sociedade, em diversas instâncias, o que faz da ACIF um ator político atuante no âmbito do Estado e também da sociedade civil.

3.1.2. Diretoria de Relações Governamentais

Essa diretoria foi criada em 2008 quando Doreni Caramori Júnior assume a presidência da ACIF, sendo que desde então o diretor é Bernardo Meyer. Em entrevista com este, percebemos que a relação e o trabalho conjunto de Doreni e Bernardo já vêm antes da ACIF, e de mais longa data. Bernardo Meyer conta que conheceu o presidente da ACIF por meio de um amigo, quando Doreni era presidente da Conaje.

Desde a época da Conaje, exatamente. Nós tínhamos amigos em comum aqui em Florianópolis, na época eu trabalhava com negócios internacionais, e tinha voltado do Paraguai. Fiz mestrado nos Estados Unidos, voltei pra cá, no tempo que morava no Paraguai, em Assunção, eu retornei pra cá, quando retornei o meu amigo me ligou, disse ‘o Bernardo tenho um amigo chamado Doreni que quer conversar contigo’, aí a gente conversou um dia e estreitamos nossa relação e o Doreni me convidou pra ser coordenador de assuntos internacionais. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Percebemos a importância que possui a rede de relações sociais nesse exemplo, algo que se estende também em outras situações, como podemos ver mais a frente.

A função de um diretor de Relações Governamentais seria basicamente cuidar das relações com atores públicos. Segundo Bernardo Meyer, sua atuação se dá mais no âmbito municipal, tratando de assuntos com a Câmara de Vereadores de Florianópolis, mas também interage com atores nos âmbitos estaduais e federais.

Isso, quando nós identificamos que tem alguma coisa que entrou em tramitação, e que ao nosso ver não é interessante para a cidade. E então a gente vai lá, as

vezes convida o vereador para vir aqui expor o projeto, conversa com ele, e nos expõe o que ele tem a fazer e a seguir a gente se posiciona. Esse posicionamento, não é um posicionamento que depende só de uma pessoa, mas formamos uma comissão e depois formula um posicionamento formal. Tem também um projeto que nos interessa e a gente acha que pode ser melhorado, a gente também contribui com algum projeto de lei no intuito de o tornar um projeto que seja melhor acabado para cidade. Posso até te citar alguns exemplos. O projeto de lei que impede que se fume dentro de restaurante, isso foi algo que a ACIF trabalhou pesadamente em cima, no intuito de garantir que fosse proibido que se fume dentro de restaurantes, casas noturnas, bares e boates. Esse sempre foi o nosso posicionamento. O vereador Gean que propôs o projeto de lei, ele nos procurou e pediu para que a gente conseguisse desarmar essa resistência que havia dentro do setor privado. Que é uma questão boa pra população né, e tinha alguns setores ligados principalmente a bares a hotéis que era resistentes, principalmente pessoas mais velhas(...) Uma outra coisa que a gente faz no Legislativo, é tudo que tenha votação do orçamento, então tudo a gente se submete as nossas prioridades que a gente considera importante para a sociedade. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Por meio desta fala do diretor, fica um pouco mais claro a sua atuação e seu trabalho com os vereadores de Florianópolis. Percebemos que seu trabalho se dá nas duas pontas, da articulação dos empresários com os políticos e dos políticos com os empresários, por hora levando as reivindicações dos empresários para os vereadores e em outros momentos, buscando apoio dos empresários para aprovar algum projeto de lei de algum vereador.

Percebemos que a articulação do Diretor de Relações Governamentais está bastante pautada no Legislativo Municipal, seguindo uma tendência do empresariado nacional que começa na década de 90, com a valorização do legislativo.

Reforça-se a tendência à valorização do Legislativo como espaço de interlocução e como lócus legítimo para o exercício da influência e do poder de negociação dos grupos empresariais. A centralidade alcançada pela arena congressual revela-se através de inúmeras iniciativas do empresariado no sentido de modernizar e adaptar sua estrutura de representação de interesses às mudanças do perfil institucional do país. (DINIZ & BOSCHI, 2004 *apud* DINIZ, 2010. p.111).

A forma de relacionamento com os políticos, também se destaca as relações pessoais por meio da rede de relações dos atores envolvidos, como podemos perceber na fala do diretor, quando perguntado sobre os meios de articulação com os atores políticos:

De duas formas, primeiro se tem relacionamentos pessoais, por exemplo, vereadores, secretários do estado, secretários do município, que tem relações pessoais comigo ou com outros diretores da ACIF. Então por exemplo, eu preciso falar com alguém, se é meu amigo eu passo a mão no telefone e ligo pra ele, e se for uma pessoa que tem relações com outros diretores, pede pra essa outra pessoa da diretoria para fazer a intervenção. E se for uma pessoa que eu não tenho contato e ninguém tem, a gente faz um contato institucional, pede pra marcar uma audiência ou pra vir aqui pra gente tratar do assunto que tiver que conversar. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

A circulação de políticos na associação, por diversos motivos não é muito incomum, alguns comparecem às reuniões da diretoria, para discussão de algum assunto ou algum projeto de lei, participação de algum evento promovido pela ACIF, para ter mais contato com seus empresários e suas reivindicações, realização de algum trabalho conjunto ou com apoio da associação, dando entrevista para a Revista Líder Capital, ou então, como em 2010, que foi um ano eleitoral e a ACIF chamou os candidatos a governador para uma conversa com seus associados, entregando aos políticos uma proposta de algumas questões que são relevantes ao empresariado, fazendo com que os candidatos se

comprometessem com a pauta da associação. Segue abaixo, o quadro 10 com a participação de alguns políticos no período 2009 a 2011.

Quadro 10 - ACIF - Relações com políticos. Período 2009-2010

Ano	Nome	Partido	Tipo
2009	Jorge Boeira	PT	Trabalhos
	Gean Loureiro	PMDB	Trabalhos
	Jorge Konder Bornhausen	DEM	Reuniões
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Reuniões
	Ideli Salvati	PT	Reuniões
	Raimundo Colombo	DEM	Reuniões
	Neuto de Conto	PMDB	Reuniões
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Reuniões
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Entrevista LC
	Ideli Salvati	PT	Reuniões
Leonel Pavan	PSDB	Palestra/evento	
2010	Gean Loureiro	PMDB	Reuniões
	Renato Hinning	PMDB	Reuniões
	Thiago Silva	PT	Reuniões
	Ricardo Vieira	PCdoB	Reuniões
	Márcio de Souza	PT	Reuniões
	Leonel Arcângelo Pavan	PSDB	Reuniões
	Esperidião Amin	PP	Encontro
	Angela Albino	PCdoB	Reuniões
	Ricardo Vieira	PCdoB	Reuniões
	Raimundo Colombo	DEM	Encontro
Ideli Salvati	PT	Encontro	
2011	Cláudio Vignati	PT	Reuniões
	Raimundo Colombo	DEM	Entrevista LC
	Ideli Salvati	PT	Entrevista LC
	Edson Benz	PMDB	Reuniões
	Esperidião Amin	PP	Reuniões
	Jorginho Melo	PMDB	Reuniões
	Mauro Marian	PMDB	Reuniões
	Onofre Agustini	DEM	Reuniões
	Luiz Carlos Haully	PMDB	Entrevista LC
	Casildo Luis Maldaner	PMDB	Entrevista LC
	Luiz Henrique da Silveira	PMDB	Entrevista LC
	Paulo Bauer	PSDB	Entrevista LC
	Angela Albino	PCdoB	Entrevista LC
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Palestra/evento	
Raimundo Colombo	DEM	Trabalhos	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital e ACIF, Balanço de Gestão 2009/2011.

Verificando o quadro acima, podemos fazer algumas observações, como uma certa diversidade de partidos: PT, DEM, PMDB, PSDB, PP e PCdoB. No entanto, há alguns que se destacam por maior participação em todos os anos, como é o caso do PMDB, principalmente em 2011, e também o PT e o DEM, apesar de menor frequência. Além disso, podemos observar que há alguns políticos que possuem maior participação, como o Luiz Henrique da Silveira, Raimundo Colombo e Ideli Salvati.

Além desse trabalho de articulação com os políticos locais, a Diretoria de Relações Governamentais também desenvolve alguns projetos, com destaque para o “Conexão Brasília” que consiste na formação de algum projeto ou alguma temática defendida pela ACIF e que é levada a Brasília por alguns empresários, sendo entregue para políticos que representam Santa Catarina no Congresso Nacional.

Foi o seguinte, a gente começou a perceber que alguns problemas que a gente tinha em Florianópolis eram problemas que transcendiam a nossa cidade. Dependia do dinheiro de Brasília, eram problemas que estavam esperando uma assinatura, de um convênio em Brasília. Sempre tinha alguma coisa com Brasília. Então eu comecei a chegar a conclusão de que não adiantava ficarmos aqui em Florianópolis, a gente tinha que ir lá, pressionar as pessoas. E fomos uma primeira vez. É que aqui pra você encontrar em deputado federal ou senador, ‘a ele está no interior do estado’, você não consegue. E lá em Brasília a coisa mais fácil que tem é falar com eles. Primeiro, tu já pega eles no vôo, de manhã junto com eles. No aeroporto tu já senta no avião do lado do cara, e aí você encontra e já fala com ele. Então chega lá em Brasília e eles estão lá, é um dia corrido, mas eles têm tempo pra te atender, e aí você tem tempo pra conversar com ele. Nós já fizemos almoço com os parlamentares, visitamos autoridades catarinenses. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Por meio deste projeto fica evidente que a atuação da ACIF vai muito além do âmbito municipal, pois há uma movimentação do empresariado até Brasília com a finalidade de entregar propostas da associação e pressionar os políticos para aprovação de projetos que lhes beneficiam. Esse deslocamento a Brasília se dá de forma bimestral, orientados por uma pauta idealizada na associação e levada aos políticos. Segundo o Diretor de Relações Governamentais, em média vão de 4, 5 a 6 empresários a cada viagem, sendo que são todos convidados e vai quem quiser e puder pagar pela sua passagem.

Bernardo Meyer, relata que dentre as pautas do Conexão Brasília, o primeiro foi o prestígio da posse do deputado federal Jean Loureiro, o segundo foi levando a proposta de Reforma Política entregue a alguns políticos que representam o estado no Congresso, a terceira foi no intuito de pressionar o Ministro do Turismo para liberalização de recursos que faltavam para a construção do Pie de embarcação no norte da ilha. Dentre os resultados já conseguidos por meio deste projeto, destaca-se:

Tem coisa, em relação a reforma política, que foi uma semente que gente plantou, proposta que entregamos ao deputado Jorge Melo e uma das nossas propostas pra reforma política, e ele pegou uma parte do nosso projeto de reforma política e transformou aquilo num projeto de lei e submeteu, não me lembro exatamente qual, mas se não me engano era sobre o voto distrital. E colocou algo bem semelhante ao que a gente propunha ali, isso foi uma coisa importante. A gente teve também em Brasília com o Ministro do Turismo, que foi importante porque a gente descobriu qual era o problema que estava emperrando. Ao contrário do que se dizia aqui no governo do estado, o problema não era em Brasília, o problema estava aqui, é importante que a gente acaba descobrindo as coisas e acaba interagindo com os parlamentares e acaba dando informações pra ele, recebendo informações e tudo isso é muito importante. Então isso acho, sobretudo que é o grande vantagem, e principalmente pelo fato da ACIF circular, ser vista, defendendo seus interesses, e isso é extremamente importante pra democracia e também pra colocação aí dos nossos interesses.

(MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Os resultados então não são apenas a aprovação de tal projeto ou proposta da ACIF, os objetivos deste projeto vão muito além, como maior interação com os parlamentares e também troca de informações entre os empresários e os políticos. Além da “circulação” da associação, que se torna cada vez mais conhecida e reconhecida pela sua atuação, buscando dessa forma, também maior legitimidade de representação dos interesses empresariais.

Por meio da entrevista, também ficamos sabendo de projetos que estão sendo desenvolvidos nesse sentido pelo Diretor de Relações Governamentais:

Tem sim, o nosso próximo passo é criar uma estrutura de acompanhamento de projetos de lei dentro do Poder Legislativo Municipal. Então eu quero poder acompanhar o projeto de lei desde a sua entrada até sua votação, todos os projetos que sejam do nosso interesse no Executivo municipal. Eu não quero, que muitas vezes eu preciso agir de forma reativa, se sou surpreendido quando tem o projeto com uma comissão, eu não quero mais que isso aconteça. Eu quero já localizar aquele projeto no seu nascedouro pra atacá-lo ou pra poder agir sobre ele, na entrada dele, e não lá na frente, porque isso me dá tempo pra poder trabalhar em cima do projeto. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Verificamos então, que a atuação dessa diretoria com o Estado se dá de diversas formas, por meio de diversos projetos, com a finalidade de atingir diversas instâncias do poder público. Pois, segundo Bernardo Meyer, o Estado é e deveria ser um ambiente democrático e plural, onde os atores expressam seus interesses, e a ACIF é um ator dessa sociedade plural.

3.1.3. Participação em conselhos e colegiados

A ACIF busca uma participação dos conselhos e colegiados municipais, estaduais e federais. Segundo informações do próprio site da instituição: “A entidade tem assento em 25 conselhos, comissões e câmaras, entre eles, os conselhos municipais de Saneamento, Defesa do Meio Ambiente, de Contribuintes, de Turismo e do Zoneamento Costeiro, além da Câmara Setorial de Tecnologia da Informação³⁶”. A preocupação da associação com os conselhos da cidade é sentida também por meio do pronunciamento de Dilvo Vicente Tirloni, no documento PMF 2012, redigido em 2008 (ver tópico 3.1.1).

Para se compreender a importância de tal dado, é necessário saber o que são conselhos e/ou colegiados e qual a sua função.

Os conselhos são novos arranjos institucionais definidos na legislação ordinária para concretizar a participação e controle social preconizados na Constituição Federal de 88. São organismos que articulam participação, deliberação e controle do Estado. Suas características e atribuições são definidas na legislação ordinária (...) são instituições cujo sentido é a partilha do poder decisório e a garantia de controle social das ações e políticas com fins da garantia de direitos conquistados. Portanto, conselhos são espaços deliberativos e de controle social da coisa pública. No entanto, nem todas as legislações ordinárias consideraram este aspecto ao definirem a criação e as competências dos conselhos dos direitos. Além disso, devem ser órgãos colegiados, paritários e deliberativos, com autonomia decisória. (Conselhos dos Direitos no Brasil, módulo II. Direitos Humanos na Internet, disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/caracterizacao.htm>)

Conselhos são, portanto, formuladores, promotores de políticas públicas, defensores de direitos, controladores das ações públicas governamentais e não-governamentais, tendo uma importância fundamental de participação civil no Estado. A composição dos conselhos deve ser por meio de indicação de seus membros, de modo que este deve refletir o dispositivo constitucional da participação indireta da população, sendo assim, cabe ao governo escolher os representantes do Executivo e a sociedade civil de escolher seus representantes em fóruns representativos do segmento respectivo. “A escolha dos representantes da sociedade civil normalmente ocorre entre

³⁶ <http://acif.org.br/institucional/representatividade-acif>.

os organismos ou entidades sociais, ou dos movimentos comunitários, organizados como pessoas jurídicas, com atuação expressiva na defesa dos direitos e de políticas específicas³⁷.

Não temos por objetivo aqui verificar o funcionamento dos conselhos, tanto municipais, estaduais e federais, tarefa que demandaria uma pesquisa e análise mais aprofundadas para verificar se todos os conselhos existentes realmente funcionam e qual é a participação efetiva da ACIF nos mesmos. A ideia aqui é indicar a existência de um espaço de representação formal reservado para a ACIF nessas instâncias, e indicar a importância que estes assumem para a associação. O ex-presidente da ACIF, Dilvo Vicente Tirloni, em seu blog na internet, faz uma crítica ao funcionamento dos conselhos municipais e expõe uma lista dos conselhos existentes em Florianópolis (ver quadro 22 anexo).

Os Conselhos deveriam ser vistos como um colegiado integrante da estrutura básica do Município tendo por finalidade a proposição de políticas públicas para a formulação ou alteração de planos municipais nas diferentes áreas de atuação. Não é o que se vê. Seja por esperteza política ou por desconhecimento da sociedade a atuação dos Conselhos, salvo as honrosas exceções, são uma lástima. Suas estruturas não respeitam as normas do Ministério das Cidades, que determina que um Conselho deveria ser composto por 40% (quarenta por cento) de órgãos públicos municipais e por 60% (sessenta por cento) de pessoas físicas de renomado saber e de membros da sociedade civil organizada com seus respectivos titulares e suplentes e ainda, até 20% do total do Conselho, por observadores técnicos. Frequentemente, os Conselhos Municipais são formados por Entidades que não representam o município – por exemplo UFSC, Hospitais Federais, Estaduais, IBAMA, entre outros e o que é pior, nem comparecem. De outro lado participam ONGs que não tem representatividade, são formadas ao arrepio da lei, diria, clandestinas, em muitos casos, com membros oportunistas. Alguns Conselhos têm atrelado Fundos Municipais com expressivas somas de recursos como é o caso do

³⁷ <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/caracterizacao.htm>.

Conselho Municipal da Saúde. Urge que a gestão municipal seja transparente com os Conselhos, que os aprimorem para que consigam prestar sua contribuição ao bem comum dos segmentos em que operam. (Blog do Tirloni, 28 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.blogdotirloni.com.br/conselhos-municipais/conselhos-municipais>)

No quadro 11 está a relação de todos os conselhos e colegiados nos quais a ACIF participou na gestão 2009/2011.

Quadro 11 - ACIF- Representação em Conselhos e Colegiados. Período 2009 - 2011

Siglas	Conselhos e Colegiados
CSTI Desenvesc	Câmara Setorial de Tecnologia da Informação do DESENVESC
BE	Banco do Empreendedor
CMIXFpolis	Comissão “Mix do Mercado Público” de Florianópolis
CT-SOL	Comitê do Trabalho- Travel Mart Latin América Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL)
Condema	Conselho Municipal de Saneamento Básico
Conseca	ESEC Carijós
CCFpolis	Conselho da Comunidade de Florianópolis
CCUDESC	Conselho Consultivo UDESC
CCPAERVE	Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho PAERVE
CCPMLP	Conselho Consultivo do Parque Municipal da Lagoa do Peri
CCPUMC	Conselho Consultivo do Parque urbano do Morro da Cruz
CCESAG	Conselho Consultivo ESAG
Condecon	Conselho de Defesa do Consumidor
CEZECFpolis	Conselho dos Estudos do Zoneamento Econômico-Ecológico da Costa de Florianópolis
CETE- SC	Conselho Estadual de Trabalho e Emprego
CGREP	Conselho Gestor Responsável pelos Espaços Públicos
CGPCC	Conselho Gestor do Projeto Corredor Cultural
CMC	Conselho Municipal dos Contribuintes
CMPORN	Conselho Municipal para Promoção do Ordenamento do Uso dos Recursos Naturais e da Ocupação dos Espaços Costeiros do Município de Florianópolis
CMT	Conselho Municipal de Turismo

CSISFES	Conselho Superior de Integração Social da Faculdade Estácio de Sá
DEINFRA	Departamento Estadual de Infraestrutura- Comissão Técnica
DMA	Defesa do Meio Ambiente
INFRAERO	Comissão de Segurança Aeroportuária
FETI- SC	Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil de Santa Catarina
FUNREBOM	Fundo de Reequipamento Corpo de Bombeiros
GG- FCIC	Fórum Criatividade e Imagem da Cidade
PECEFMS	Projeto Esporte Cidadão Escolinha de Futsal Mont Serrat
SINDILOJAS	Comissão de Medicina do Trabalho
SENAC	Conselho Consultivo da Faculdade de Tecnologia

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Balanço de Gestão 2009/2011. P.38-39.

No sociograma 1 estão representados os diversos conselhos e colegiados onde a ACIF tem participação. Através do sociograma 1, podemos verificar que há uma centralização da ocupação de conselhos pelo presidente Doreni Caramori Jr. e pelo ex-presidente, Dilvo Vicente Tirloni. Sendo que o primeiro participa em 10 conselhos, e o segundo participa de 9 conselhos simultaneamente, dentre estes, quatro conselhos ocupados pelos dois: o Conselho CESUSC- comissão técnica, do Conselho Gestor do Projeto Corredor Cultural, do Conselho Municipal para Promoção do Ordenamento do Uso de Recursos Naturais e da Ocupação dos Estados Costeiros do Município de Florianópolis, e o DEINFRA- comissão técnica. Esses quatro conselhos representam diferentes esferas públicas, desde a educação, promoção da cultura, ocupação de espaços costeiros e utilização de recursos naturais, até a instância que define as obras de estradas e infraestrutura de Florianópolis.

Observado outros conselhos, percebemos que há um certo padrão dividido por certos integrantes, como é o caso de Dilvo Vicente Tirloni, ocupando conselhos na área de educação e qualificação técnica: CESUSC; ESAG; Faculdade Estácio de Sá; SENAC. Jane Pilotto, Diretora do Meio Ambiente da ACIF em 2009- 2001 e também na gestão atual 2011- 2013, ocupando conselhos referentes ao meio ambiente e ocupação de espaços costeiros: CONDEMA- Conselho Municipal de Saneamento Básico; Conselho dos Estudos do Zoneamento Econômico- ecológico da Costa de Florianópolis; Conselho

Gestor Responsável pelos Espaços Públicos; Defesa do Meio Ambiente. Já o presidente Doreni Caramori Jr, possui uma representação em conselhos mais variados, além dos quatro já apresentados acima, temos: o Comitê de Trabalho- Travel Mart Latin América- Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL); Conselho Comunitário da UDESC; CONDECOM - Conselho de Defesa do Consumidor; Conselho Municipal de Turismo; INFRAERO- Comissão de Segurança Aeroportuária; FUNREBOM- Fundo de Reequipamento Corpo de Bombeiros. Além disso, outra preocupação da ACIF representando conselhos de parques e espaços da cidade: PAERVE- Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Vermelho; Conselho Consultivo do Parque Municipal da Lagoa do Peri; Conselho Consultivo do Parque Urbano do Morro da Cruz. Merecem destaque também outros conselhos, como: Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil de Santa Catarina; CONSECA- ESEC Carijós; Fórum Criatividade e Imagem da Cidade; Conselho Municipal de Contribuintes; CETE- SC - Conselho Estadual de Trabalho e Emprego; DESENVESC, Câmara Setorial de Tecnologia da Informação.

A concentração da representação dos conselhos em torno de alguns sujeitos, como visto no sociograma 1, nos dá indícios de que estes façam parte da elite orgânica da ACIF. Dilvo Vicente Tirloni, Jane Pilotto, Doreni Caramori Jr são as figuras centrais do sociograma, estão presente em diversos conselhos simultaneamente, buscando articular os interesses da associação. “Parafrazeando Gramsci, podemos dizer que se não são todos os empresários, tecno- empresários, intelectuais, burocratas e militares, ‘pelo menos uma elite entre eles’ deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade” (DREIFUSS, 1986. p.24), se constituindo uma elite orgânica, entendida aqui como: “agentes coletivos político- ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe” (Idem.p.24).

Portanto, a representação em conselhos municipais, estaduais e federais representa outro espaço de articulação da ACIF para inferência em políticas públicas e questões de desenvolvimento da cidade e espaços públicos, também sua articulação para espaços culturais. Percebemos a partir disso, a dimensão da atuação da associação, não se restringindo apenas as empresas, mas também a cidade em geral de seu entorno. Mas seria necessária fazer uma pesquisa mais aprofundada da participação da associação em todos esses conselhos, verificando se essa representação realiza uma influência efetiva ou se é apenas de forma formal. Pelo menos em seu discurso, de seus representantes (presidente e vice-presidente) e no seu site, a ACIF se coloca como atuante ator político e social por meio dos conselhos e/ou colegiados.

3.1.4. Relações político- partidárias

A filiação partidária é outra forma de articulação do empresariado da ACIF com os processos políticos e com o Estado, isso se dá pelas relações sociais que o partido oferece, como também dentro do próprio partido, de articulação com os políticos influentes e como partido atuante no Estado.

A facilidade de acesso aos parlamentares pelos partidos, aumentando assim a rede social dos empresários é confirmada pelo Diretor de Assuntos Governamentais, Bernardo Meyer:

Eu convivendo dentro de um partido acabo tendo relações sociais dentro do partido, então eu acabo

conhecendo um deputado, um vereador, um deputado federal, então algumas vezes quando a gente vai a Brasília, chegamos em Brasília a gente é bem recebido no gabinete do senador Paulo Bauher, a gente pega carona com ele pra ir pro aeroporto com ele no final do dia. Então isso acaba nos criando uma relação maior, ele nos trata bem, não só ele, estou dando o exemplo dele porque foi uma pessoa que sempre nos recebeu muito bem. Mas outros parlamentares também acabam nos atendendo bem pelo fato de eu ter uma relação pessoal. Bem como, alguns diretores tem alguma relação dentro de outros partidos né, o que igualmente abre portas. Tem uma diretora por exemplo que o marido dela é assessor do Casildo Maldaner e Paulo Bauer, então cada vez que a gente vai pra Brasília o Casildo nos recebe super bem, e são pessoas que acabam abrindo portas. E acho que essa é a grande beleza da ACIF. Você tem uma multiplicidade de pessoas aqui, muitas delas de partidos diferentes, e elas acabam abrindo portas de vários partidos. (...) Isso ajuda bastante, ajuda de mais. Então por isso que eu digo, se tivermos na ACIF várias pessoas filiadas a partidos diferentes e coloca tudo na rede de relações, faria a nossa estrutura de relações muito grande e muito forte. (MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012)

Devido a isso, torna-se importante saber quais os partidos que são influentes na ACIF, tomando como indicador a filiação partidária dos membros da diretoria, portanto aqueles que se encontram a frente da instituição, responsáveis maiores pelas decisões da entidade. Tomou-se como referência a filiação a partidos políticos por parte dos membros da diretoria da ACIF da gestão de 2011/2013. Os dados foram levantamentos no site do Tribunal Superior Eleitoral com a triagem dos partidos mais fortes e mais atuantes no Brasil e também em Florianópolis, principalmente os que possuem uma bandeira de maior apoio ao empresariado. Dentre eles, o Democratas (DEM), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Republicado (PR), Partido Democrático Brasileiro (PDT) .

Analisando toda a gestão de 2011/2013, incluindo a diretoria interna e externa (quadro 12), o Conselho Fiscal (quadro 13) e o Conselho Superior (quadro 14), obteve-se um número de filiados, sendo o DEM com maior filiação, com 18 filiados, após vem o PSDB e o PP com 5 filiados em cada partido, o PMDB e o PR com dois filiados em cada um, o PDT com um filiado. Nenhum membro da gestão é filiado ao PT.

Quadro 12 - ACIF- Filiação partidária da diretoria. Gestão 2011/2013

Cargo	Nome	Filiação
Presidente	Doreni Caramori Jr.	DEM
1° Vice-presidente	Juliano Richter Pires	
2° Vice presidente	Silvia Hoepcke da Silva	
Dir. administrativo e secretário	Rodrigo Duarte da Silva	DEM
1° Dir. Financeiro	Jaime Luiz Ziliotto	
2° Dir. Financeiro	Jose Luiz da Silva	PSDB
Dir. Patrimônio	Cristiane Martins Reitz	
Dir. de Assuntos Mercadológicos	Luciano Rossi Pinheiro	DEM
Dir. de Assuntos Organizacionais	Marcelo Guaraldi Bohrer	DEM
Dir. Jurídico	Rodrigo Berthier da Silva	
Dir. de Comunicação	Juliana Pamplona	PMDB
Dir. de Eventos Promocionais	Sanderlúcio Fabiano de Mira	
Dir. de Treinamento Empresarial	Adriana Maria Loch	
Dir. Geral Regional Lagoa da Conceição	Gabriel Mazzolli Damiani	
Dir. Geral Regional Canasvieiras	Milton Weber Filho	
Dir. Geral Regional Ingleses	Thiago Francisco Lewis	
Dir. Geral Regional Continental	Maurício Justino	
Dir. Geral Regional Sul	Julio Cesar Trindade Ferreira	
Dir. de marketing e Soluções	Alexandre Bastos Moreira Lima	
Coordenadora Câmara da	Fátima Adriano Caponi	

Mulher		
Coordenador da ACIF Jovem	Liandra Nazário	
Coordenador do Conselho de Núcleos	Marcelo Bohrer de Almeida	DEM
Dir. de Relações Governamentais	Bernardo Meyer	PSDB
Dir. de Assuntos Tributários	Klaus da Silva Raupp	
Dir. do Meio Ambiente	Jane Pilotto Martins de Carvalho	DEM
Dir. de Relações com os Empresários	Rodrigo Estrázulas Rossoni	DEM
Dir. de Integração	Maria Cecília Amorim Medeiros Gondran	
Coordenação do Programa ReÓleo	Luiz Antonio Falcão de Moura	
Coordenação do Programa Reciclatec	Thiago Freitas	
Dir. de Assuntos Econômicos	Felipe Marcondes de Mattos	
Dir. de Tecnologia e Inovação	Guido Ademar Garcia Dellagnelo	
Dir. de Assuntos Legislativos	André Porto Prade	
Dir. de Assuntos Sociais	Patrícia Moschen	
Dir. de Intercâmbio Empresarial	Clotildes Fernandes Campregher	DEM
Dir. de Turismo	Ernesto de Oliveira São Thiago neto	DEM

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br>)

Apesar da variedade dos partidos presentes na gestão (2011/2013), na diretoria ela se restringe a três, DEM, PSDB e PMDB. Dentre os 18 filiados ao DEM, 9 deles estão da diretoria. Os outros dois partidos apresentam um número de filiados bem menor, PSDB (3) e PMDB (1).

Quadro 13 - ACIF- Filiação partidária do Conselho Fiscal. Gestão 2011/2013

CONSELHO FISCAL ACIF 2011/2013	Partido
---------------------------------------	----------------

Carlos Jofre do Amaral Neto	DEM
Rogério Bravo	PP
Sergio Faraco	
André Porto Prade	PSDB
Adailto José Buchner	
Eduardo Abreu Alves Barbosa	PDT

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br>)

No Conselho Fiscal não há um partido predominante, tendo apenas um filiado do DEM, PSDB, PP e PDT. Dos seis integrantes do conselho, quatro deles são filiados a algum partido, ou seja, mais da metade.

Quadro 14 - ACIF- Filiação partidária do Conselho Superior. Gestão 2011/2013

CONSELHO SUPERIOR ACIF 2011/2013	Partido
Alaor Francisco Tissot	
Alberto de Souza Vieira	
Andréia Pereira Druck de Oliveira	PR
Aníbal Dib Mussi	DEM
Antônio Estanislau Puccini Vieira	
Armando Luiz Gonzaga	PSDB
Bernardo Meyer	PSDB
Daniel de Oliveira Silva	
Daniel Dimas da Silva	
Dilvo Vicente Tirloni	DEM
Diogo Karan Kleinubing	
Édio Assis Fächter	
Eduardo Smith	
Everton Gubert	DEM

Ezio Librizzi	
Fernando Amorin Willrich	
Fernando César Demetri	
Francisco Xavier Lemos	
Gerson Appel	
Giovanni Guerra Gobbi	DEM
Glauco José Côrte Filho	
Guido Ademar Garcia Dellagnelo	
Guilherme da Silva Grillo	PSDB
Guilherme Domingos Ferla	
João Batista Lohn	PP
João Batista Rodrigues	DEM
José Carlos da Silva	PR
João Nilson Zunino	
José Mendes Damian	PP
Klaus da Silva Raupp	
Luciano Flávio Andriani	DEM
Luciano Moura Pereira e Oliveira	
Luis Carlos Martinhago Schlichting	
Luiz Carlos Sempre Bom	DEM
Luiz Ernes Bordin	
Marcelo Brognoli	
Marcelo Consoni Gomes	
Marcelo Corrêa Petrelli	
Marcelo Peixoto Amin	
Maria Carolina Jorge de Linhares	
Maria Teresa Carvalho Duhá Schutz	
Mauro Spezia Poy	

Neiva Suzete Dreger Kieling	PP
Nelson Füchter Filho	
Neri Schütz	
Ody Varella	
Oswaldo Goeldner Moritz	DEM
Rodrigo Estrázulas Rossoni	DEM
Ronaldo Furtado Koerich	
Sandro Yuri Pinheiro	
Silvio Rogerio de Souza	PP
Tadeu Emilio Vieira	
Valter José da Luz	
Vinicius Lummertz da Silva	PMDB

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do site do Tribunal Superior Eleitoral (<http://www.tse.jus.br>)

Já no Conselho Superior, há um maior número de integrantes, como também de filiados e maior diversidade de partidos, sendo o DEM (9 filiados), PSDB (3), PMDB (1), PR (2) e PP (4).

Destacamos a maioria do DEM na diretoria e também no Conselho Superior. Essa maioria filiada ao DEM pode ser compreendida pela fala do Diretor de Relações Governamentais:

“Então quando o presidente da ACIF decidiu por se filiar ao partido dos Democratas, ele tomou essa decisão, e muitas pessoas foram junto, ele me convidou pra ir pro Democratas, eu disse ‘olha a ACIF ganha mais eu ficando no PSDB’, nunca pensei em sair do PSDB.”(MEYER, Bernardo. Entrevista à Autora, Florianópolis. 19/06/2012).

Doreni Caramori Jr. se filia ao Democratas para concorrer à prefeitura de Florianópolis nas eleições de 2012, e com isso, convida mais pessoas da ACIF para se filiarem, talvez este seja um fator pelo número considerável de filiados a este partido. Doreni Caramori Jr. foi

pré-candidato à Prefeitura pelo partido, mas acabou retirando a candidatura, para “(...) a concentração de esforços para a eleição do ‘maior número possível de vereadores’. Ele será o responsável pela coordenação das campanhas eleitorais em alguns municípios considerados ‘estratégicos’ para o partido”³⁸. A legenda ainda buscou figurar como vice na chapa de outros dois candidatos (Gean Loureiro-PMDB ou César Souza Júnior- PSD), mas não se tornou possível tal aliança. O ex-presidente da ACIF Dilvo Tirloni foi candidato a vereador pelo mesmo partido (DEM), mas não se elegeu, recebendo 0,37% do total de votos³⁹.

O autor Armando Boito Jr. faz uma análise dos partidos e de sua transição ao longo dos anos 90, relacionando com o empresariado.

A ala majoritária do PSDB, vanguarda eleitoral do neoliberalismo no Brasil, representa o grande capital financeiro internacional e os interesses dos empresários e banqueiros brasileiros estreitamente ligados a esse capital. O PT, nascido como partido social- democrata de esquerda e vinculado ao movimentos sindical, desde meados da década de 1990, quando o então Campo Majoritário iniciou o processo de reformulação pragmática e organizacional do Partido, vem realizando um movimento em direção à grande burguesia interna. Em sintonia com essa fração burguesa, o PT procura conter ou reverter apenas as medidas de política econômica que prejudicam essa fração da burguesia, como elevados juros e a abertura comercial, mantendo aquelas que a favorecem mesmo que em detrimento do bem- estar dos trabalhadores- reforma da previdência, flexibilização do contrato de trabalho no setor público, reforma trabalhista, etc. O antigo Partido de Frente Liberal (PFL), atuais Democratas, também representa os interesses financeiros internacionais, mas parece, que dentre todos os grandes partidos, o mais vinculado aos interesses da nova burguesia de serviços. O Partido

³⁸ Fonte: Notícias Terra, 8 de junho de 2012. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2012/noticias/0,,OI5865691-EI19136,00-DEM+retira+candidatura+a+prefeitura+de+Florianopolis.html>.

³⁹ <http://www.eleicoes2012.info/candidatos-vereador-florianopolis-sc/4/>.

do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) possui basicamente três alas: uma governista, outra mais próxima dos interesses financeiros internacionais e uma terceira ainda ligada à média burguesia e à antiga burguesia de Estado. Mas convém repetir, como regime político reduziu muito a função governista dos partidos, correspondentemente a sua função representativa também ficou minada. Os diferentes setores sociais percebem que o partido não é um instrumento importante de poder e dirigem suas lutas e pressão diretamente para a burocracia do Estado. O resultado disso é que o vínculo representativo entre o partido e a sociedade fica debilitado. (BOITO Jr., 2007. p.69)

De acordo com os dados obtidos na nossa pesquisa podemos sinalizar que aquela tendência indicada por Boito Jr. (2007) em nível macro (nacional), também estaria se verificando no espaço local (municipal), pois ocorre uma predominância de associados da ACIF vinculados ao setor de serviços e a maioria das filiações também ao partido Democratas.

3.2. Rede de Relações dos Presidentes ACIF

As relações sociais dos presidentes e diretores da ACIF são fundamentais para a atuação e articulação política da associação (ver trecho da entrevista do Diretor de Relações Governamentais tópico 3.1.2 e 3.1.4). Devido a isso, traçar uma rede dessas relações torna-se importante para ter uma visão mais ampla das empresas e entidades envolvidas com a associação.

Rede social é o conjunto das relações estabelecidas com base em vínculos de afinidade pessoal, identidade intelectual e convivência profissional. Esses vínculos são distintos mas não excludentes, ou seja, relações de amizade podem sobrepor-se às relações baseadas na convivência profissional ou na colaboração acadêmica(...) estes vínculos tendem a sobrepor-se,

refletindo a grande circulação dos profissionais.
(OLIVIERI, 2007, p.150)

É um levantamento parcial de tais relações sociais, restringindo-se apenas aos presidentes da ACIF desde 1991 a 2013, pois a inclusão de todos os diretores, mesmo da atual gestão (2011-2013), torna-se muito difícil pela quantidade de pessoas e relações a serem analisadas. A pesquisa foi colocada em termos mais amplos, fazendo um levantamento das relações encontradas. Seria necessária uma análise mais aprofundada sobre os tipos de vínculos criados, e qual sua relevância nas negociações da ACIF. Devido a falta de precisão de alguns dados quanto ao período da atuação, não classificamos os dados numa ordem cronológica, se estes ocorreram antes, durante e após a presidência na ACIF, podendo esta ter influenciado ou não em tal vínculo.

De 1991 a 2013, passam pela associação seis presidentes diferentes. Fernando César Demetri (1991-1995) formou-se no Colégio Catarinense, foi tesoureiro da Associação Profissional da Indústria da Marcenaria de Florianópolis no momento de sua formação em 1987, foi diretor da Formaplas, presidente da ONG Instituto Negócios da Juventude do Brasil⁴⁰.

Armando Luiz Gonzaga (1995-1997), formou-se no Colégio Catarinense em 1947, foi tesoureiro do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina- SINDIMÓVEIS/ SC, no momento de sua formação em 1969, sócio fundador da empresa Ilhatur Empresa de Turismo, participa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sócio fundador do Lagoa Iate Club- LIC⁴¹.

Vinicius Lummertz Silva (1997-2001), formou-se em Ciências Políticas Universidade Americana de Paris, cursou Política e Governo e Economia no D’Overbroeck’s College – Oxford, Inglaterra, com pós-

⁴⁰ Fontes: <http://www.tribuneindia.com/2004/20040128/biz.htm>;
http://www.formaplas.net/index_empr.php?pg=ver_hist;
<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/sindicato/simgf/info/historia>.

⁴¹ Fontes: <http://www.sindimoveis-sc.org.br/index.php?cmd=historico>;
<http://www.fecomercio-sc.com.br/atualidade/noticia.html?id=383>;
<http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-2011-008.htm>;
<http://webserver2.colegiocatarinense.g12.br/intranet/acervo/acervo.do?action=ver&key=164&publico=true>;
<http://www.lic.org.br/docs/Estatuto%20Social%20LIC.pdf>.

graduação na John F. Kennedy School of Government - Harvard University, no IMD em Lausanne, Suíça, e na Amana-Key, em São Paulo. De 2004 até 2006, ele foi CEO da SC Parcerias, empresa parceria público-privada do Estado de Santa Catarina. Fundador da Federação Catarinense das Associações de Micro e Pequenas Empresas. Dirigiu o Ceag/SC e o Sebrae/SC. Foi diretor-técnico do Sebrae Nacional. Integrou os Conselhos Nacionais do Instituto Euvaldo Lodi e da Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro. É conselheiro do Conselho Consultivo para a América Latina da HP, em Palo Alto, Califórnia, EUA. Diretor do Campus da Unisul em Florianópolis e da Unisul Business School, e chairman da ONG Negócios da Juventude e YBI – Youth Business International no Brasil, iniciativa internacional do Príncipe de Gales. Faz parte da equipe técnico consultivo do Instituto Ethos. Fez parte da pasta de Qualidade e Produtividade do governo Amin -12/98. Nomeado Secretário do Planejamento de Santa Catarina- 10/2010. Foi Secretário do Turismo de Florianópolis de 07/2011 até 2012. Secretário de Relações Internacionais do Estado de Santa Catarina. Foi filiado ao Partido Popular Socialista (PPS) e presidente do diretório municipal em 2005, já em 2010 é filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ⁴².

Alaor Francisco Tissot (1987- 1991/ 2001- 2005), foi vice-presidente da FACISC em 1995- 1997, eleito presidente da FACISC em 2009- 2011 e reeleito para a gestão 2011- 2013. Presidente da Imperatriz Participações e Eventos, e atua como investidor nos ramos hotelereiro, imobiliário e reflorestamentos. É voluntário em diversas instituições: Irmandade Senhor Jesus dos Passos (Hospital de Caridade), Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente de Santa Catarina, presidente do Conselho da ONG Floripa Amanhã, diretor do Albergue Noturno Manuel Gaudilho Vieira de Florianópolis, membro do Lions Clube Florianópolis Norte. Participou de diversos conselhos: fez parte do Conselho de Administração da Celesc (2006), Conselho de Administração da Previ, Conselho Deliberativo da ADVB/ SC, pela

⁴² Fontes: <http://www.uniethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3411&Alias=uniethos&Lang=pt-BR>; <http://www.milkeninstitute.org/events/gcprogram.taf?EventID=GC08&SPID=3298&function=bio>; <http://portal.pps.org.br/portal/showData/42681>; http://www.dicasdebrasil.com.br/078/07807015.asp?ttCD_CHAVE=13642; http://www.cdlflorianopolis.org.br/index.php?opcao=ver_noticia&id_noticia=248.

FACISC (2011), Conselho Fiscal da Confederação Maçônica do Brasil (COMAB), Conselho Deliberativo Estadual SEBRAE. Também atuou como tesoureiro do Sindicato das Empresas de Transportes e Cargas e da Federação das Empresas de Transporte e Cargas de SC (Fentrancesc). Foi presidente da SC Parcerias de janeiro de 2007 a julho de 2008, convidado pelo ex- governador Luiz Henrique da Silveira⁴³.

Dilvo Vicente Tirloni (2005-2009), formado em história pela UFSC; fez Administração na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), mestrado na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, professor titular UDESC/ESAG atuando na área de Administração Financeira e Mercado de Capitais. Técnico em Desenvolvimento Econômico do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), especialista em projetos de financiamentos e investimentos, executivo fundador do antigo CEAG/SC, hoje, SEBRAE, Consultor de atividades empresariais. Participação em diversos conselhos: Conselho Sapiens Park, Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Saneamento Básico. Filiado ao Partido Democratas (DEM)⁴⁴.

Doreni Caramori Júnior (2009- 2013), diplomado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie, fez pós-graduação em Matemática Aplicada em Finanças na Universidade de São Paulo (USP). Atua em diferentes empresas: sócio da Alliance Eventos, da Locus (*Business Center*), e da Blue Ticket (de comércio eletrônico), e sócio do Grupo All Entretenimento. Foi presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje). Foi primeiro diretor financeiro da FACISC, em 2009. Participou de diversas entidades e conselhos: foi membro do comitê de serviço da Câmara de Comércio Brasil/EUA-Amcham (1999 -2000); presidente do comitê de serviços da Câmara de Comércio Brasil/Espanha-Ecco (2000-2001); membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Governo Federal (2005-2007); membro do Conselho Deliberativo do Programa Primeiro Emprego do Conselho Nacional da Juventude (2005-2007); membro do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa (2006-2007), e

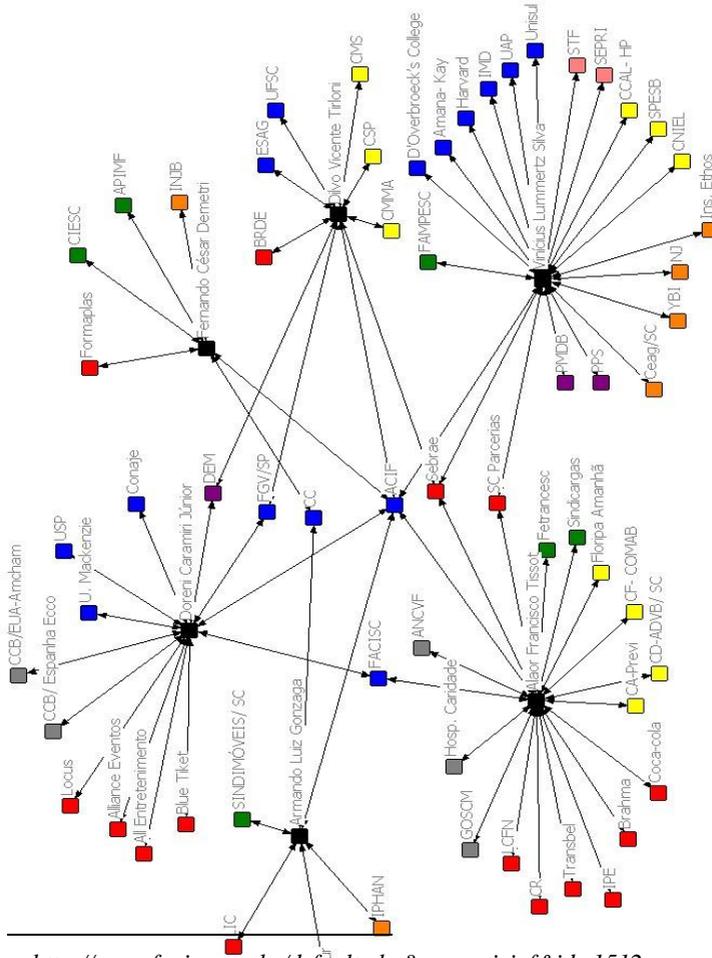
⁴³ Fontes: <http://www.facisc.org.br/default.php?pg=noticiaf&id=1512>; <http://www.sebrae.com.br/uf/santa-catarina/sebrae-sc/conheca/conselho-deliberativo-estadual>; http://goms.org.br/?conteudo=canal&id=180&canal_id=16.

⁴⁴ Fontes: <http://www.blogdotirloni.com.br/autor/dilvo/>; <http://floripamanha.org/?s=dilvo>.

membro do Conselho da CNI (2007). Filiado ao partido Democratas (DEM) desde 2011⁴⁵.

No Sociograma 2 temos uma representação dessas relações. Em anexo há uma lista com as siglas das relações dos presidentes de 1991-2013.

Sociograma 2 - Relações dos presidentes da ACIF de 1991 a 2012



⁴⁵ Fontes: <http://www.facisc.org.br/default.php?pg=noticia&id=1512>; <http://www.allpresscom.com.br/doreni-caramori-junior-reconduzido-a-presidencia-da-acif/>; <http://marcelotolentino.blogspot.com/2009/04/doreni-caramori-junior-e-o-novo.html>.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis na internet e utilização do Programa Ucinet 6 e visualização gráfica do Programa Netdraw

Legenda: Preto- presidentes; Vermelho- empresas; Azul- universidades; Verde- associações e sindicatos; Amarelo- conselhos; Laranja- Institutos e ONGs; Roxo- partidos; Rosa- cargos públicos; Cinza- Outros.

Aparentemente esses presidentes não possuem muitos vínculos em comum com as mesmas instituições. Uma das exceções é um vínculo de três presidentes ao Sebrae, ao qual estiveram ou estão vinculados de forma diferenciada e em tempos diferentes: Alaor Francisco Tissot faz parte (2011-2013) do Conselho Consultivo pela FACISC, Dilvo Vicente Tirloni, executivo fundador CEAG/SC, atual Sebrae, e Vinícius da Silva foi diretor do Sebrae Nacional. Dois presidentes: Alaor Francisco Tissot e Doreni Caramori Jr têm relações com a FACISC, o primeiro é o atual presidente, e o segundo foi 1º Diretor Financeiro em 2009 e atual tesoureiro. Dois presidentes possuem sua formação básica no Colégio Catarinense (Armando Luiz Gonzaga e Fernando César Demetri), e outros dois sua formação de ensino superior na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (Dilvo Vicente Tirloni e Doreni Caramori Junior), os últimos ainda são filiados ao partido político Democratas. Dois presidentes, Vinicius Lummertz da Silva e Alaor Francisco Tissot apresentam um vínculo comum, com a empresa SC Parcerias

Percebemos que a formação e as relações dos presidentes são bastante diversificadas, não obtendo necessariamente um padrão da presidência ACIF nesse período de 1991 a 2012, mas podemos destacar que essa variedade de relações pode ser a “riqueza” da ACIF, como havia colocado o Diretor de Relações Governamentais (ver tópico 4.2.4). Outro fator que chama atenção é de alguns presidentes (Vinicius Lummertz Silva e Doreni Caramori Júnior), terem uma intensa participação em órgãos públicos, e relações com instituições internacionais, sendo por meio de sua formação em universidades ou por câmaras de comércio de outros países.

3.3. Relações com a mídia

A mídia e a relação com a mesma, possui uma conotação muito importante dentro da ACIF, sendo elemento indispensável para divulgar suas demandas e propostas, como também manter uma unidade de classe por meio da difusão de suas bandeiras.

Divulgar ações e ser uma fonte confiável de informações são elementos indispensáveis para a construção ou fortalecimento da imagem de uma instituição. Por isso, manter o bom relacionamento da

ACIF com os envolvidos neste processo, entre eles os profissionais de imprensa, tem sido a principal meta da Diretoria de Comunicação da entidade. E é por meio deste processo contínuo de comunicação que uma entidade como a ACIF alcança representatividade e reconhecimento do público. O bom relacionamento da entidade com os formadores de opinião tem sido primordial para levar à sociedade o posicionamento da instituição e todos os projetos em que está à frente. (ACIF. Balanço de Gestão 2009/2011. p. 58)

O “bom relacionamento” da entidade com a mídia se dá de diversas formas, uma delas é por meio de parcerias, como por exemplo, com a Associação de Imprensa do Estado –ACI⁴⁶, e com Notícias do Dia, do Grupo RIC, com a “finalidade de divulgar regularmente as atividades da ACIF, uma coluna periódica assinada pela entidade e descontos no jornal para associados”⁴⁷.

A meta proposta no Mapa Estratégico para a gestão de 2009/2011 para ser citado pelos “formadores de opinião”, era ter no mínimo 4 artigos mensais em periódicos de interesse da associação; ter pelo menos 45 citações mensais na mídia; fazer pelo menos 6 eventos no ano de relacionamento com jornalistas e *trade* de comunicação; ter citação em 80% das edições de todos os jornais regionalizados ou setorializados com periodicidade semanal ou superior; fazer pelo menos 4 eventos ou projetos especiais por ano em parceria com veículos de comunicação; desenvolver 4 campanhas institucionais anuais. Essas ações de relacionamento com a mídia e exposição da ACIF, tinha por justificativa: “Consolidar a representatividade e legitimidade da ACIF perante a comunidade empresarial da cidade, através da exposição de suas idéias e ações na mídia catarinense, tornando a ACIF referência de pauta na área empresarial e nas áreas dos projetos em que atua” (Mapa Estratégico ACIF, gestão 2009/2011.p. 27). Os objetivos são bastante audaciosos e busca uma exposição considerável nos meios midiáticos. Não sabemos se todas as metas foram cumpridas, no entanto, percebemos uma inserção considerável nessa gestão, conforme o gráfico abaixo.

⁴⁶ Revista Líder Capital, N° 18 Agosto de 2009.

⁴⁷ Revista Líder Capital, n°41, julho de 2011. p. 32.

Gráfico 10 - ACIF- Inserções na mídia. Período agosto de 2009 a setembro de 2010

Inserções na Mídia

Artigos, notas, entrevistas e citações de agosto de 2009 a setembro de 2010



Fonte: Balanço de Gestão 2009/2011. p. 59

Outra forma de relação e estímulo à mídia para manter uma “boa relação”, é o Prêmio ACIF de Jornalismo, lançado em 2010. Trata-se de uma premiação para integrantes da mídia local, de escolha dos melhores trabalhos, avaliados sob os critérios como: “contribuição ao modelo empresarial e ao setor produtivo de Florianópolis; relevância do tema, abordagem, profundidade e qualidade (técnica, precisão, clareza, didatismo, linguagem, correção e criatividade)”⁴⁸. Esta premiação teve duas edições, a de 2010 e de 2011, e seus ganhadores estão relacionados abaixo, como também a mídia e o título da matéria ganhadora.

Quadro 15 - ACIF- Vencedores do Prêmio ACIF de Jornalismo

Categoria	Ano	Vencedor	Veículo	Matéria
Telejornalismo	2010	Alexandre Mendonça	RIC	“Herécilio Luz-resistência histórica”
	2011	Adriana Krauss	RBS TV	“Empreendendo com sucesso”

⁴⁸ Revista Lider Capital, n° 33, p.32.

Radiojornalismo	2010	Marco Aurélio Gomes	Rede de Notícias Acaert	“Florianópolis completa 285 anos com grandes desafios”
	2011	n.d.	n.d.	n.d.
Jornalismo impresso	2010	Alessandra Ogeda	Diário Catarinense	“Santa Catarina tem a capital com mais gente na classe C”
	2011	Alessandra Ogeda	Diário Catarinense	“Cérebros estrangeiros- SC importa profissionais qualificados”
Webjornalismo	2010	Diego Souza	Portal Economia SC	“Setores do comércio em extinção driblam dificuldades”
	2011	Diego Souza	Portal Economia SC	“Segundo avaliação dos catarinenses, primeiro semestre de 2012 deve ser difícil”
Mídia regional	2010	Maria Aparecida Nery	Jornal Ilha Capital	“Ministério Público no divã”
	2011	Maria Aparecida Nery	Jornal Ilha Capital	“Especial Ponta do Coral- os comunistas são contra”
Prêmio especial do júri	2010	Rômulo Balbinotti	CBN Diário	“Mercado informal”
	2011	Rafaela Arns; Rodrigo Cardoso; Edivaldo Dondossola	RIC	“Desafios do verão”

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital e do site www.acif.org.br

De acordo com o quadro, verificamos que nessas duas edições, em três categorias: jornalismo impresso; webjornalismo; e Mídia regional são os mesmos ganhadores nos dois anos seguidos. Além disso, há a presença de importantes empresas midiáticas nas gratificações da ACIF, tais como a RBS TV, o Jornal Diário Catarinense, que também pertence ao Grupo RBS, e o Grupo RIC.

Além desse estímulo à mídia local, a ACIF possui ainda os seus próprios meios de comunicação como: portal ACIF; Youtube; Twitter;

Facebook; Orkut; Flickr e a Revista Líder Capital. “Com três anos de circulação, a Revista Líder Capital se consolidou como um dos principais canais de comunicação da ACIF não só com seus associados, mas toda a sociedade de Florianópolis”⁴⁹. A revista é composta pelas seguintes sessões: Nossas Bandeiras, Destaque, Bate-papo, A Metrópole, Pense Verde, Vitrine, Institucional, Acontece, Entre Sócios e Artigo.

Todos esses meios de comunicação são fundamentais para a divulgação das ações da ACIF e de suas bandeiras, uma forma de buscar uma melhor articulação do empresariado que compõe essa associação, de manter a sua unidade de classe. Segundo Thompson (1989), a informação e sua divulgação é essencial para se criar uma consciência de classe, e através disso, uma maior unidade dentro dela. A divulgação da informação por meio de jornais e outras publicações é uma forma para “instruir” uma classe, fazendo com que esta se veja como tal, que se perceba como tal através de sua experiência, e com isso, lute por seus objetivos.

A ACIF encontra por meio da mídia uma forma de articulação do empresariado, buscando maior interação da classe, e a divulgação e legitimidade de suas ideias e ações perante o Estado e a sociedade.

Sendo então a disseminação da informação uma forma de poder, fazendo parte dos formadores de opinião da sociedade por meio de publicação em jornais da cidade.

Neste capítulo, observamos a forma de atuação da ACIF na defesa de seus objetivos, assumindo uma dimensão política, social e cultural. Sua dimensão política é percebida pelas suas propostas e discussões feitas dentro da associação, e levadas ao poder público, interagindo com os políticos para defesa de seus projetos nos legislativos municipais e federais. Além disso, alguns integrantes da diretoria são filiados a partidos políticos, trazendo nesse âmbito, além de uma atuação política uma atuação social, por meio de suas relações sociais que tais partidos proporcionam com os poderes públicos. Sua atuação social é percebida entre outros, por meio de representação em conselhos da cidade, embora não se saiba sua participação efetiva, alguns membros da ACIF possuem assentos em importantes conselhos e colegiados, ocupando espaços da organização civil, com objetivos de inferência na máquina pública. A atuação cultural pode ser percebida também por meio dos conselhos, mas principalmente por meio da mídia,

⁴⁹ Balanço de Gestão 2009/2011. p.62.

buscando além de divulgar suas bandeiras, uma disseminação de certa cultura empresarial, de prioridades para a cidade para seu “desenvolvimento” sob uma ótica empresarial. Em suma, sua dimensão política, social e cultural é percebida em diversos momentos, em diversas ações da associação, estando essas dimensões interligadas e conectadas em busca de defesa de seus objetivos e ao mesmo tempo, conseguindo maior legitimidade junto à sociedade e o poder público.

Conclusões

Este trabalho de estudo de caso de uma associação de representação de classe surge no intuito de compreender a forma de organização do empresariado florianopolitano, e sua articulação com o poder público. Apesar de ser um estudo com conclusões parciais, estes visam trazer contribuições para a sociologia política sobre o empresariado de Florianópolis.

A organização e estruturação da ACIF, bem como sua hierarquia interna, passaram por algumas mudanças nos últimos anos, especialmente desde 2005. A estrutura tornou-se mais complexa e descentralizada, sendo que além da matriz existem mais cinco regionais espalhadas pela cidade, que detêm suas próprias demandas, levadas nas reuniões da diretoria. Além disso, há uma estrutura de direção interna, voltada para questões da própria associação, e diretorias externas, voltadas para o relacionamento da ACIF com o entorno, a sociedade e o poder público. No levantamento feito da estrutura interna e dos empresários que participam mais ativamente da associação, assumindo cargos da direção, mais especificamente desde 2005, verificamos uma repetição de nomes, ou seja, os atores envolvidos na tomada de decisão da ACIF continuam praticamente os mesmos há oito anos, o período que possuímos mais informações.

Os associados ACIF são de diversos setores e ramos, mas com uma clara predominância de serviços e Cia. Nesse sentido, não há exatamente uma única classe social sendo representada pela ACIF, pensando classe social no sentido de Thompson, onde esta se percebe por meio da experiência comum, de suas dificuldades, e então se une para defesa de seus interesses comuns. Com empresas de setores e segmentos tão diversos e tamanhos de empresas variados, as experiências não são comuns a todos, e as necessidades provavelmente também não. Podemos ter, nesse sentido uma aglutinação de diversas frações de classe, e como tal, pode haver divergências entre os associados, quanto às prioridades e quanto a atuação política. Talvez um caminho encontrado pela ACIF nesse sentido, sejam os núcleos e câmaras setoriais, onde se organizam e juntam-se empresários do mesmo setor e com interesses comuns, tendo maior participação por meio da associação.

Outra forma que pode ser usada pela associação para amenizar os conflitos internos e onde percebemos uma intensa atuação política, é por meio de engajamento de propostas mais amplas, onde todos os empresários sejam beneficiados ou tenham um amplo interesse comum, como é o caso da Reforma Tributária e da Reforma Política, que são dois projetos a níveis federais, mas são bastante defendidos, sendo inclusive entregues a políticos no Congresso Nacional a fim de pressionar os parlamentares a aderir a pauta da associação. Projetos para uma melhor infraestrutura da cidade (rodovias, portos) para escoamento dos produtos, e busca de valorização da cidade, sendo esta movida economicamente em grande parte pelo turismo. Além disso, há demandas das mais diversas, divulgadas pela Revista Lider Capital, e também discutidas nas reuniões da diretoria, onde por vezes é chamado algum político para atender a tal demanda.

Ao longo da pesquisa, podemos constatar que a ACIF encontra-se bastante ativa, tendo diversas maneiras de se relacionar com o Estado e buscar interferir nas políticas públicas. Nesse sentido, a associação possui diversas formas de atuação, como: a Diretoria de Relações Governamentais, que possui como principal função a articulação com atores públicos, levando as demandas dos empresários aos políticos e por vezes buscando apoio do empresariado para aprovação de determinada lei. Além disso, verifica os projetos de lei que entram em tramitação na Câmara de Vereadores e busca um “aperfeiçoamento” de determinado projeto junto ao vereador para que melhor beneficie aos empresários. Ainda o diretor de Relações Governamentais atua sobre os políticos do Congresso Nacional, a fim de pressionar a aprovação de suas propostas. Outra forma de atuação política é por meio dos conselhos da cidade, onde apenas em uma gestão de dois anos, há muitos associados e principalmente o presidente, ex-presidente e alguns diretores ocupando conselhos importantes da cidade, tais como os de planejamento e ocupação de espaços da cidade. Há também os partidos políticos, sendo muitos representantes da associação filiada a partidos (com a maioria filiada ao Democratas), tornando este um importante campo de articulação com políticos por meio dos partidos e pelas relações sociais que este proporciona. As relações sociais compostas pela rede de relações tornam-se uma forma eficiente de articulação política, pois estabelecem elos importantes com os atores do poder público, a fim de discussão de ideias e proposição de políticas públicas.

Outro fator que chama atenção pela atuação da ACIF é a valorização do legislativo, tendo uma atenção toda voltada para a

Câmara de Vereadores de Florianópolis e do Congresso Nacional, acompanhando uma tendência nacional do empresariado, fazendo pressão aos legisladores para aprovação de políticas de seus interesses.

No entanto, algo que aparentemente é novo na associação, é sua articulação com câmaras de comércio norte- americanos, retirando a ACIF do seu nível municipal e buscar apoio em negociações internacionais. Tal articulação nos dá indícios de que a associação ainda se mantém no modelo de ideologia neoliberal, realizando alianças com instituições dos Estados Unidos e com o capital estrangeiro. A hipótese de ideologia neoliberal se reforça por algumas demandas e propostas da associação como a privatização da Casan, numa sugestão de iniciativa público- privada.

A mídia é um importante canal de “diálogo” com seus associados e a sociedade em geral, sendo bastante explorada pela ACIF, através de parcerias com a imprensa local e produzir estímulos para produção de artigos sobre o empresariado e divulgação da associação. Por meio da mídia que a ACIF busca a divulgação de suas bandeiras e também apoio da população para essas, uma forma de legitimação de suas demandas e suas ações. A Revista Líder Capital, distribuída gratuitamente aos associados, pode ser um destaque nessa função, sendo uma forma de manter também a unidade de classe da associação em torno das demandas que se dizem importantes para a cidade e, portanto, necessárias para o desenvolvimento da região e das empresas. A mídia assume nesse sentido uma forma de articulação também cultural, na divulgação de prioridades para a cidade e seu desenvolvimento de acordo com uma visão empresarial.

Em análise dos dados, na composição da diretoria, na participação dos conselhos da cidade, pela filiação política, e articulação com a mídia, percebemos alguns indivíduos que aparentemente são mais atuantes dentro da associação (Presidente Doreni Caramori Júnior (2009-2013), ex- presidente Dilvo Vicente Tirloni (2005- 2009), e alguns diretores, como Jane Pilotto e Bernardo Meyer, podendo estes fazer parte da “elite orgânica” da associação. A elite orgânica, no sentido exposto por Dreifus, atua em nível nacional de articulação de uma classe social, no entanto, estes integrantes da ACIF podem fazer parte de uma elite orgânica local, sendo responsável por pensar projetos políticos que atendam os empresários de diferentes segmentos das burguesias locais.

Devido a todas essas demandas, estruturação da associação, pelo número de associados (com mais de três mil), pela atuação política

descrita acima, podemos pensar que tal associação encontra-se bastante engajada e com relativa unidade de classe, embora exista uma declarada dificuldade para motivar grande parte dos empresários associados a uma maior participação, sendo os benefícios oferecidos pela ACIF (como plano de saúde), grandes motivadores para associar-se na entidade de classe. Mas apesar disso, uma associação da dimensão da ACIF, possui bastante legitimidade para representar o empresariado. Ocupa espaços muito importantes política e economicamente para Florianópolis, espaços da participação civil, espaços ocupados por um pequeno grupo de empresários com interesses bem definidos e que respondem por interesses de um grupo bem maior e mais heterogêneo. Mas será que todos os interesses desse empresariado estão representados e são atendidos? Em que medida, em contextos econômicos e políticos específicos, uma elite empresarial articula objetivos próprios na própria construção da legitimidade alcançada por uma organização do tamanho da ACIF? São questões que este trabalho traz a tona e seriam necessários estudos mais aprofundados para respondê-las.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS . **Estatuto**. Social. Florianópolis, abril 2012. Disponível em: <http://acif.org.br/institucional/estatuto>
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Balço de Gestão 2009- 2011**. Florianópolis.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Mapa Estratégico: gestão 2009- 2011**. Florianópolis, jul/ago 2009.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **PMF 2012: refundação orgânica para uma cidade feliz**. Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://acif.org.br/projetos/internos>
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto de Reforma Política**. Florianópolis. 2011. Disponível: <http://acif.org.br/projetos/internos>
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto Reforma Tributária**. Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://acif.org.br/projetos/internos>
- BIANCHI, Álvaro. Empresários e ação coletiva: notas para enfoque relacional do associativismo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 117-130, jun. 2007.
- BOITO JR, Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p.57-74, jun. 2007.
- BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G. e FREEMAN, L.C.. Ucinet for Windows: **Software for Social Network Analysis**. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos ; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos estud.** - CEBRAP . n.84, p. 83-99, 2009.
- CADONÁ, Marco André. **A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo durante os anos 1990**. 386 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.

- DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Representação de Interesses e Ação Política: trajetória histórica e novas configurações. **Política e Sociedade**, Florianópolis. v. 9, n. 17. p. 101- 139, 2010.
- DINIZ, Eli. Neoliberalismo e Corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil. In: _____ (org). **Empresários e Modernização econômica: Brasil anos 90**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1993.
- DINIZ, Eli; BOSHI, Renato. Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes. In: Diniz, Eli (org). **Empresários e Modernização econômica: Brasil anos 90**. . Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.
- _____. A Difícil Rota do Desenvolvimento, Empresários e a Agenda Pós-Neoliberal. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ/UCAM,
- _____. Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2004
- DREIFUSS, René Armand. A elite orgânica: recrutamento, estrutura e organização para ação. In: **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes. 1981. p.161-227.
- DREIFUSS, René Armand. Brevíssimas anotações conceituais sobre “Elites orgânicas”. In: **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo. 1986. p. 21- 31
- LINS, Hoyêdo Nunes et al. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de Produção**. Florianópolis: APED. 2002. p. 209- 261
- MANCUSO, Wagner Pralon. O empresário como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 28, p. 131-156, jun. 2007.
- MINELLA, Ary. A luta pela Reforma Bancária no Brasil. In: **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo Ltda. 1988. p. 9- 81.
- MOREIRA, Davi Cordeiro; MANCUSO, Wagner Pralon. Empresariado , Política e Desenvolvimento no Brasil: balanço da literatura recente. In: **VII Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**. Florianópolis, 2010.
- OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

- OLIVIERI, Cecília. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do BCB do Brasil. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, 29, p.147-168, nov. 2007.
- PROCHNOV, Norberto de Jesus. **Panorama do sistema de representação de interesses do empresariado, na micro-região de Florianópolis: enfoque da organização e das demandas (1985-1995)**. 1996. 215f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- SEBRAE. **Associação: série empreendimentos coletivos**. 2009. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)
- SEBRAE. **Cartilha do Empreendedor**. Florianópolis. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F896176A3D895B71832575510075D2DB/\\$File/NT0003DCB6.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/F896176A3D895B71832575510075D2DB/$File/NT0003DCB6.pdf)
- SEBRAE. **Santa Catarina em números: Florianópolis**. 2010. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Florianopolis.pdf>
- THOMPSON, E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987
- Sites:
- www.acif.org.br
- <http://www.tse.jus.br>
- <http://www.ibge.gov.br/home/>

Anexos

Quadro 16 - ACIF- Composição e empresas da Diretoria e dos Conselhos. Gestão 2011/2013

Nome	Cargo	Empresa
Doreni Caramori Junior	Presidente	GBC Eventos Ltda/ Grupo ALL
Juliano Richter Pires	1º Vice-Presidente	Making Consultoria e Sistema Ltda ME
Silvia Hoepcke da Silva	2º Vice-Presidente	Fábrica, Rendas e Bordados Hoepcke AS
Rodrigo Duarte da Silva	Diretor Administrativo e Secretário	Simões de Almeida Repr. Lt Me
Jaime Luiz Ziliotto	1º Diretor Financeiro	J. Ziliotto Com. e Representações
Jose Luiz da Silva	2º Diretor Financeiro	Sertecon Serv. Téc. Cont. Ltda
Cristiane Martins Reitz	Diretor de Patrimônio	Belmmen Propriety Engª Ltda
Luciano Rossi Pinheiro	Diretor de Assuntos Mercadológicos	Lenzi, Pinheiro & Titericz Consultores Associados
Marcelo Guaraldi Bohrer	Diretor de Assuntos Organizacionais	Mar & Letras Restaurante Ltda Me
Rodrigo Berthier da Silva	Diretor Jurídico	Berthier Advogados Associados
Juliana Pamplona	Diretora de Comunicação	Alvo de Comunicação e Assessoria de Imprensa Ltda
Sanderlúcio Fabiano de Mira	Diretor de Eventos Promocionais	Demira & Associados – Assessoria Empresarial S/C
Adriana Maria Loch	Diretor de Treinamento Empresarial	Loch Consultoria Ltda
Gabriel Mazzolli Damiani	Diretor Geral Regional Lagoa da Conceição	Lynx Projeto e Partic. Ltda Me
Milton Weber Filho	Diretor Geral Regional Canasvieiras	Weber Turismo Ltda Me

Thiago Francisco Lewis	Diretor Geral Regional Ingleses	Fiji Sushi Com. de Alimentos Lt
Maurício Justino	Diretor Geral Regional Continental	Leila Cristiane Fernandes Me
Julio Cesar Trindade Ferreira	Diretor Geral Regional Sul	Fort Group Adm e Corret. Seg. Lt
Fátima Adriano Caponi	Coordenadora da Câmara da Mulher	Nouvelle Vie Corret. Seg. Lt
Liandra Nazário	Coordenador da ACIF Jovem	Nazário Advocacia
Marcelo Bohrer de Almeida	Coordenador do Conselho dos Núcleos	Newton Imóveis Ltda

Diretoria Externa ACIF 2011/2013

Nome	Cargo	Empresa
Bernardo Meyer	Diretoria de Relações Governamentais	Instituto de Est. E Proj. de Educ. Sup. Ltda
Klaus da Silva Raupp	Diretoria de Assuntos Tributários	Raupp Advocacia Empresarial S/C
Jane Pilotto Martins de Carvalho	Diretoria de Meio Ambiente	Sandro Portela Martins de Carvalho Me
Clotildes Fernandes Campregher	Diretoria de Intercâmbio Empresarial	Clotildes Fernandes Campregher Me
Rodrigo Estrázulas Rossoni	Diretoria de Relações com os Empresários	Cellmídia Serviços de Informática Ltda Me
Maria Cecília Amorim Medeiros Gondran	Diretoria de Integração	Silva, Santana & Teston Advogados
Ernesto de Oliveira São Thiago neto	Diretoria de Turismo	Ernesto de Oliveira São Thiago Neto
Luiz Antonio Falcão de Moura	Coordenação do Programa Reoleo	Luiz Antonio Falcão de Moura
Thiago Freitas	Coordenação do Programa Reciclatec	BT Locações Ltda Me
Felipe Marcondes de Mattos	Diretoria de Assuntos Econômicos	Costaoville Empreendimentos Imob S/A

Guido Ademar Garcia Dellagnelo	Diretoria de Tecnologia e Inovação	GTT Ind. e Com. de Soluções Tecnológicas S.A.
André Porto Prade	Diretoria de Assuntos Legislativos	Prade e Prade Advogados Associados
Patrícia Moschen	Diretoria de Assuntos Sociais	Estilo Proprio Arquitetos Associados

Conselho Fiscal da ACIF 2011/2013

Titular	Empresa
Carlos Jofre do Amaral Neto	Televisão Lages Ltda
Rogério Bravo	Local do Seguro Corretora de Seguros Ltda
Sergio Faraco	Faracon Serviços Gerais de Contabilidade S/C Ltda

Suplente	Empresa
André Porto Prade	Prade e Prade Advogados Associados
Adailto José Buchner	Buchner & Associados Ltda Me
Eduardo Abreu Alves Barbosa	Best Leilões Ltda

Conselho Superior da ACIF 2011/2013

Nome	Empresa
Alaor Francisco Tissot	Mastercar Com. Imp. Veículos Ltda (EX-PRESIDENTE)
Alberto de Souza Vieira	Laboratório Farmaceutico Elofar Ltda
Andréia Pereira Druck de Oliveira	Habitasul Empreendimentos Imobiliários
Aníbal Dib Mussi	Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE
Antônio Estanislau Puccini Vieira	Desterro equipamentos para Escritório Ltda
Armando Luiz Gonzaga	Sancta Catalina Part. e Emp. Ltda (EX-PRESIDENTE)
Bernardo Meyer	Instituto de Estudos e Projetos de Educação Superior Ltda
Daniel de Oliveira Silva	Quadra Comunicação Ltda
Daniel Dimas da Silva	Dimas Comércio de Automóveis Ltda
Dilvo Vicente Tirloni	San Mathias Auto Center (EX-PRESIDENTE)
Diogo Karan Kleinubing	D2K Tecnologia Ltda
Édio Assis Fächter	Copal Alimentos Ltda
Eduardo Smith	RBS TV Florianópolis S/A

Everton Gubert	Agriness Sistemas e Tec. Inform. Lt Me
Ezio Librizzi	Restaurante Macarronada Italiana Ltda Me
Fernando Amarin Willrich	Regecon Adm. de Condomínios S/S
Fernando César Demetri	Demetri & Cia Ltda (EX-PRESIDENTE)
Francisco Xavier Lemos	Santa Rita Com. E Instalações Ltda
Gerson Appel	Dermus Farmácia Dermatológica e Cosmético
Giovanni Guerra Gobbi	Jornal Visão do Oeste Ltda Me
Glauco José Côrte Filho	MG2 Projetos e Eventos Esportivos Ltda
Guido Ademar Garcia Dellagnelo	GTT Ind. e Com. de Soluções Tecnológicas S.A.
Guilherme da Silva Grillo	Carlos Hoepcke Administração, Participações e Empreendimentos Ltda
Guilherme Domingos Ferla	Knowtec Ltda
João Batista Lohn	Supermercados Imperatriz Ltda
João Batista Rodrigues	Centralarme Equipamentos Eletrônicos Ltda
José Carlos da Silva	Orsitec Assessoria Empresarial S/C Ltda
João Nilson Zunino	Laboratório Médico Santa Luzia Ltda
José Mendes Damian	Pauta Distribuidora
Klaus da Silva Raupp	Raupp Advocacia Empresarial S/C
Luciano Flávio Andriani	Tractebel Energia S/A
Luciano Moura Pereira e Oliveira	Costa Norte Hotelaria Ltda
Luis Carlos Martinhago Schlichting	Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina
Luiz Carlos Sempre Bom	Corrente Sul Comércio e Confecções Ltda
Luiz Ermes Bordin	Ondrepsb Limpeza e Serv. Espec. Ltda
Marcelo Brognoli	Brognoli Imóveis Ltda
Marcelo Consoni Gomes	Primavera Garden Center Ltda
Marcello Corrêa Petrelli	TV O Estado Florianópolis Ltda (RIC)
Marcelo Peixoto Amin	Academia Marcelo Amin Ltda
Maria Carolina Jorge de Linhares	Neo Psicólogas Associadas S/S Ltda
Maria Teresa Carvalho Duhá Schutz	Duha & Schultz Ltda
Mauro Spezia Poy	SIDESC- Sistema Integrado de Desenv. S/C (Grupo

	Connex)
Neiva Suzete Dreger Kieling	ACK Consultoria e Gestão Empresarial Ltda
Nelson Fächter Filho	Le Monde Comércio de Veículo Ltda
Neri Schütz	Neri Schütz
Ody Varella	Ody Varella (EX-PRESIDENTE)
Osvaldo Goeldner Moritz	C.V. Cia Viagens Ltda (EX-PRESIDENTE)
Rodrigo Estrázulas Rossoni	Cellmídia Serviços de Informática Ltda
Ronaldo Furtado Koerich	Eugênio Raulino Koerich S/A Comércio e Indústria
Sandro Yuri Pinheiro	Drogaria e Farmácia Drogavita Ltda
Silvio Rogerio de Souza	Supermercado, Atacado e Importadora Magia Ltda
Tadeu Emilio Vieira	Jóia Combustíveis Ltda
Valter José da Luz	Valter José da Luz
Vinicius Lummertz da Silva	UNISUL

Fonte: dados fornecidos pela ACIF

Quadro 17 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2005- 200750

2005/2007	Empresas	Ramos
Dilvo Vicente Tirloni	San Mathias Auto Center Ltda	Automóveis, motos e Cia
Doreni Caramori Jr.	GBC Eventos Ltda/ Grupo ALL/ Bluetickt	Festas e eventos
Juliano Richter Pires	Making Consultoria e Sistemas Ltda	Informática
Luiz Carlos Sempre Bom	Corrente Sul Comércio de Confecções Ltda ME	Moda e Beleza
Davi Hasse	Hasse – Administradora e Corretora de Seguros Ltda	Serviços e Cia
Pedro Rodrigues Rita	PR Incorporações Ltda	Fábricas e indústrias

⁵⁰ # não consta no site, classificado de acordo com as categorias da associação.

*nome de empresa lançado na busca, aparece outro nome e ramo do mesmo.

Giovanni Guerra Gobbi	GBS Eventos	#Festas e eventos
Rogério Bravo	Local do Seguro Corretora de Seguros Ltda	Serviços e Cia
Fernando Roberto Telini Franco de Paula	Telini Advogados Associados	Serviços e Cia
Juliana Pamplona	Alvo de Comunicação e Assessoria de Imprensa Ltda	Serviços e Cia
João Batista Rodrigues	Centralarme Segurança Eletrônica Ltda	Serviços e Cia
Maria Carolina Jorge de Linhares	Linhares Psicólogas Associadas S/S Ltda	#Serviços e Cia
Juan Alberto Navarrette Garcia	Pousada Bizkaia	#Turismo
Otávio Ferrari Filho	Ferrari Consultores Associados	#Serviços e Cia
Luciano Moura Pereira e Oliveira	Costa Norte Hotelaria Ltda	Turismo
Jaime Luiz Ziliotto	J Ziliotto Comércio de Móveis para Escritório Ltda ME	Casa, Decoração, escritório
Julio César Trindade Ferreira	Doerner Corretora e Agenciamento de Seguros Ltda ME	Serviços e Cia
Lindamar Rocha Couver	Pão em Casa – Casa de Pães e Cafeteria Ltda ME	Alimentos e Bebidas
Sandro Yuri Pinheiro	Drogaria e Farmácia Drogavida Ltda	#Saúde e Higiene
Rodrigo Rossoni	Cellmídia Serviços de Informática Ltda ME	Informática

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ACIF e consulta no site www.acif.org.br

Quadro 18 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2005- 200751

2007/2009	Empresas	Ramos
Dilvo Vicente Tirloni	San Mathias Auto Center Ltda	Automóveis, motos e Cia

⁵¹ # não consta no site, classificado de acordo com as categorias da associação.

*nome de empresa lançado na busca, aparece outro nome e ramo do mesmo.

Doreni Isaías Caramori Júnior	GBC Eventos Ltda/ Grupo ALL/ Bluetickt	Festas e eventos
Juliano Richter Pires	Making Consultoria e Sistemas Ltda	Informática
Luiz Carlos Sempre Bom	Corrente Sul Comércio de Confecções Ltda ME	Moda e Beleza
Davi Hasse	Hasse – Administradora e Corretora de Seguros Ltda	Serviços e Cia
Giovanni Guerra Gobbi	GBS Eventos	#Festas e eventos
Rogério Bravo	Local do Seguro Corretora de Seguros Ltda	Serviços e Cia
Fernando R. T. F. de Paula	Telini Advogados Associados	Serviços e Cia
Juliana Pamplona	Alvo de Comunicação e Assessoria de Imprensa Ltda	Serviços e Cia
João Batista Rodrigues	Centralarme Segurança Eletrônica Ltda	Serviços e Cia
Maria Carolina Jorge de Linhares	Linhares Psicólogas Associadas S/S Ltda	#Seviços e Cia
Juan Alberto Navarrete Garcia	Pousada Bizkaia	#Turismo
Otávio Ferrari Filho	Ferrari Consultores Associados	#Serviços e Cia
Luciano Moura Pereira e Oliveira	Costa Norte Hotelaria Ltda	Turismo
Jaime Luiz Ziliotto	J Ziliotto Comércio de Móveis para Escritório Ltda ME	Casa, Decoração, escritório
Júlio César Trindade Ferreira	Doerner Corretora e Agenciamento de Seguros Ltda ME	Serviços e Cia
Neiva Suzete Dreger Kieling	ACK Consultoria e Gestão Empresarial Ltda	# Serviços e Cia
Sandro Yuri Pinheiro	Drogaria e Farmácia Drogavida Ltda	#Saúde e Higiene
Rodrigo Estrázulas Ronsoni	Cellmídia Serviços de Informática Ltda ME	Informática

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ACIF e consulta no site www.acif.org.br

Quadro 19 - ACIF- Relação das empresas representadas pela diretoria nas gestões 2005- 200752

2009/2011	Empresas	Ramos
Doreni Caramori Jr.	GBC Eventos Ltda/ Grupo ALL/ Bluetickt	festas e eventos
Sílvia Hoepcke da Silva	Fábrica, Rendas e Bordados Hoepcke AS	Fábricas e indústrias
Maria Carolina Jorge de Linhares	Linhares Psicólogas Associadas S/S Ltda	#Serviços e Cia
Juliano Richter Pires	Making Consultoria e Sistema Ltda ME	Informática
Jaime Luiz Ziliotto	J. Ziliotto Com. e Representações	Casa,Decoração, escritório
Giovanni Guerra Gobi	GBS Eventos	#Festas e eventos
Luiz Carlos Sempre Bom	Corrente Sul Comércio de Confeções Ltda ME	Moda e Beleza
Davi Correa de Souza	Sem informação	
Rodrigo Éstrázulas Rossoni	Cellmídia Serviços de Informática Ltda Me	Informática
Rodrigo Duarte da Silva	Simões de Almeida Repr. Lt Me	Serviços e Cia
Juliana Pamplona	Alvo de Comunicação e Assessoria de Imprensa Ltda	Serviços e Cia
Sanderlúcio Fabiano de Mira	Demira & Associados – Assessoria Empresarial S/C	Festas e eventos
Luciano Rossi Pinheiro	Lenzi, Pinheiro & Titericz Consultores Associados	#Serviços e Cia
Eduardo Lucio Campos	Sem informação	
Sílvio Rogério de Souza	Supermercado, Atacado e Importadora Magia Ltda	Alimentos e bebidas
Marcelo Guaraldi Bohrer	Mar & Letras Restaurante Ltda Me	#Alimentos e bebidas
José Luiz da Silva	Sertecon Serv. Téc. Cont. Ltda	Serviços e Cia
João Batista Argenta	Sem informação	

⁵² # não consta no site, classificado de acordo com as categorias da associação.

*nome de empresa lançado na busca, aparece outro nome e ramo do mesmo.

Daniel de Oliveira Silva	Quadra Comunicação Ltda	Serviços e Cia
Maria Cecília A. M. Gondran	Silva, Santana & Teston Advogados	Serviços e Cia
Thiago Rocha Pereira	Sem informação	
Gerson Apple	Dermus Farmácia Dermatológica e Cosmético	Saúde e Higiene
Bernardo Meyer	Instituto de Est. E Proj. de Educ. Sup. Ltda	Sem informação
Klaus da Silva Raupp	Raupp Advocacia Empresarial S/C	Serviços e Cia
Jane Pilotto	Sandro Portela Martins de Carvalho Me	Serviços e Cia
Luiz Marca	Sem informação	
Clotildes Fernandes Campregher	Clotildes Fernandes Campregher Me	*Crepes Mania/ alimentos e bebidas
Ernesto de Oliveira São Thiago neto	Ernesto de Oliveira São Thiago Neto	Pessoa física
Neiva Dreger Kielin	ACK Consultoria e Gestão Empresarial Ltda	# Serviços e Cia
Sandro Yuri Pinheiro	Drogaria e Farmácia Drogavita Ltda	#Saúde e higiene

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela ACIF e consulta no site www.acif.org.br

Quadro 20 - ACIF- Cursos realizados de janeiro a junho de 2011

Curso	Data	Local	Apoio
Curso de Manipulação de Alimentos	20 de janeiro a 2 de março de 2011	ACIF Regionais	
Workshop Empretec	14 a 19 de fevereiro de 2011	ACIF Regional Continental	Realização: ACIF e Senac Apoio: Sebrae
Curso de Manipulação de alimentos	21 de abril a 29 de abril de 2011	ACIF Regional Sul	
Desenvolvimento Gerencial	14 de março a 19 de maio de 2011	ACIF	Realização ACIF
Fluxo de Caixa Operacional	16 a 19 de maio de 2011	ACIF	Capital: Contabilidade e

			Acessoria Empresarial
Palestra Mecânica para mulheres	18 de maio de 2011	ACIF	Porto Seguro; Câmara Mulher Empresária; Câmara Social de Oficinas Mecânicas e Automotivas.
Workshop Empretec Regional Lagoa	23 a 28 de maio de 2011	ACIF Regional Lagoa	Sebrae
Legislação Imobiliária no dia a dia do corretor	02 de junho de 2011	ACF Regional Canasvieiras	Núcleo setorial de imobiliárias; União das Imobiliárias da Capital.
Curso de Manipulação de Alimentos	13 e 14/ 02 e 03/ 27 e 28/ 06 e 07/ 20 e 21 de junho de 2011.	Regionais ACIF	Realização ACIF
Desenvolvimento gerencial	01/08 a 29/09 de 2011		Senac
Administração de pequenos negócios: a arte de gerenciar com facilidade	27 a 29 de junho de 2011		Sebrae

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do site www.acif.org.br

Quadro 21 - ACIF- Principais discussões, propostas e demandas – 2009-2012 - Revista Líder Capital

Ano	Principais discussões, propostas e demandas
2009	Busca de representação de empresas de tecnologia
	Incentivo a maricultura
	Age sobre a Lei do Tabaco
	Mobilidade urbana: metrô, ciclovias
	Busca de assento nos debates sobre turismo
	Propõe um novo modelo de gestão de água e esgoto
	Propõe um novo organograma para a gestão pública municipal

	Infraestrutura para o verão: segurança; aeroporto; Celesc; trânsito; Casan
	Busca de atratividade de parques tecnológicos para investimentos público-privado
	Plano de gerenciamento costeiro
	Reforma Tributária
	Defesa do Aeroporto Hercílio Luz, problemas de licitação
	Metrô na Superfície
	Mobilidade urbana: sugere obras como o trevo da Seta
	Investimento no turismo religioso
2010	Mobilidade
	Contra poluição visual em Florianópolis
	Discussão sobre educação pública; diferenças em relação às escolas particulares
	Apoio a projetos no Legislativo, Câmara em Ação e Câmara Cidadã
	Discussão da redução da jornada de trabalho, em discussão no Congresso-diminuição de empregos
	Segurança pública
	A favor do estaleiro de Eike Batista
	Crítica à Casan
	Defesa da Lei do Menor Aprendiz
	Lança campanha pelo voto regional nas Eleições de 2010
	Reforma Eleitoral
	Candidatos da região apontam propostas para setores que ACIF considera prioritários
	Comércio varejista cria frente parlamentar para diálogo com setor público
	Reivindicações ACIF para os políticos eleitos: reforma tributária infraestrutura; segurança pública; educação, saneamento básico
	Defesa do Plano Municipal de Saneamento Básico, em busca da parceria privada
2011	Rodoanel
	A favor do transporte marítimo
	Discussão da votação dos MPs, (Medidas Provisórias) mudanças para as micro e pequenas empresas
	Contra ambulantes, vendedores irregulares nas ruas
	Discussão do teto Simples Nacional, mudanças para pequenas empresas

	Discussão sobre licenças ambientais, criticam desistência de Eike Batista
	Desenvolvimento do setor de construção, geração de empregos
	Discussão sobre educação, defende educação infantil
	Defende novo sistema eleitoral
	Mobilidade urbana
	Defesa Plano Brasil Maior, indústria nacional, pacotes não atendidos
	Sistema tributário
	Projeto da Arena em Canasvieiras
	Defesa de um shopping no Centro Histórico de Florianópolis
	Segurança pública
	Projeto Vita Et Otiun, redesenha o litoral catarinense
	Turismo de eventos
	Discussão sobre corrupção em empresas, associativismo como solução
	Lança plano de previdência para pessoas físicas e empresas
	Defende mais um ponte para ligação ilha-continente
2012	Discussão sobre o Código Florestal
	Crítica a licenças ambientais, construção de hotel de luxo na Ponta do Coral
	Discussão do Código de Postura
	Discussão da tecnologia usada para educação
	Discussão sobre Proposta de Emenda da Constituição, remédios sem impostos
	Crítica as obras da BR- 101

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Revista Líder Capital

Quadro 22 – Conselhos da Cidade de Florianópolis

N	Conselho – Assunto
1	CONSELHO MUNICIPAL TRANSPORTES Lei Ordinária nº 3627 de 08/10/1991DISPÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES
2	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO Lei Ordinária nº 1110 de 03/10/1972CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, REVOGA LEI Nº 788/66 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Lei Ordinária nº 2516 de 18/12/1986 ALTERA A ESTRUTURA, O FUNCIONAMENTO E A COMPETÊNCIA

	DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Revogada pela lei 5300/98 que prevalece até hoje.
3	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO RURAL Lei Ordinária nº 4100 de 30/07/1993 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
4	CONSELHO MUNICIPAL TRABALHO E EMPREGO Lei Ordinária nº 4907 de 17/06/1996 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
5	CONSELHO MUNICIPAL CONDIÇÃO FEMININA Lei Ordinária nº 2598 de 16/06/1987 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONDIÇÃO FEMININA “CMCF” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
6	CONSELHO MUNICIPAL IDOSO. Lei Ordinária nº 5371 de 24/09/1998 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DO IDOSO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
7	CONSELHO MUNICIPAL PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS Lei Ordinária nº 3713 de 17/01/1992 CRIA O CONSELHO E SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Na estrutura atual consta como Entorpecentes
8	CONSELHO MUNICIPAL PROMOÇÃO IGUALDADE RACIAL Lei 7507/2007 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – COMPIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
9	CONSELHOS TUTELARES (ECA – Continente e Ilha) Lei Ordinária nº 4283 de 29/12/1993 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
10	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE Lei Ordinária nº 7213 de 28/11/2006 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, COMPOSIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
11	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTÊNCIA SOCIAL Lei Ordinária nº 4958 de 19/07/1996 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
12	CONSELHO MUNICIPAL DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Lei Nº 6565, de 16 de dezembro de 2004. ALTERA A LEI Nº 3794/92 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Art.12º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto, paritariamente, por 14 (catorze) membros, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) representantes da Sociedade Civil,
13	CONSELHO MUNICIPAL ACOMPANHAMENTO DO FUNDEF Lei Ordinária nº 5639 de 04/02/2000 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO

	CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO – FUNDEF.
14	CONSELHO MUNICIPAL ALIMENTAÇÃO ESCOLAR_Lei Ordinária nº 4760 de 26/10/1995CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
15	CONSELHO MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS Lei Ordinária nº 3651 de 11/11/1991CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS
16	CONSELHO MUNICIPAL CONTRIBUINTECAPÍTULO III 07/97 Código Tributário MunicipalDO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTESE Art. 140 Os processos contenciosos serão julgados em instância única pelo Conselho Municipal de Contribuintes que será composto de 9 (nove) membros, sendo 8 (oito) Conselheiros e um Presidente.
17	CONSELHO MUNICIPAL DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMALei Ordinária nº 4117 de 11/08/1993CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
18	CONSELHO MUNICIPAL CULTURA_Lei Ordinária nº 2639 de 13/07/1987CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANÓPOLIS
19	CONSELHO MUNICIPAL CINEMA
20	CONSELHO MUNICIPAL ESPORTES Lei Ordinária nº 1420 de 20/04/1976CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES
21	CONSELHO MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO URBANOLei Ordinária nº 5300 de 08/06/1998CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU), órgão de integração e aconselhamento do sistema de planejamento do Município de Florianópolis COMCIDADE
22	CONSELHO MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDORLEI COMP Nº 189, de 11 de outubro de 2005. DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (SMDC), INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON), A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO (CMPN), O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON), O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR (FMPDC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
23	CONSELHO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICOLEI Nº 7474, de 19 de novembro de 2007.DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE

	SANEAMENTO, AUTORIZA CONVÊNIO COM A CASAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NOVO
24	CONSELHO MUNICIPAL SAÚDE Lei Ordinária nº 3291 de 01/11/1989 CRIA E DEFINE ATRIBUIÇÕES AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
25	CONSELHO MUNICIPAL TURISMO Lei Ordinária nº 3741 de 22/04/1992 DEFINE A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fonte: Blog do Tirloni. Disponível em:
<http://www.blogdotirloni.com.br/conselhos-municipais/conselhos-municipais/>

Siglas das instituições e organizações mencionadas nas relações dos presidentes da ACIF. Período 1991-2013.

- ACIF- Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
 ANCVF- Albergue Noturno Manoel Caudilho Vieira de Florianópolis
 APIMF- Associação Profissional da Indústria da Marcenaria de Florianópolis
 BRDE- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
 CA-Previ- Conselho de Administração Caixa da Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
 CC- Colégio Catarinense
 CCAL- HP- Conselho Consultivo para a América Latina da HP
 CCB/ Espanha Ecco- Câmara de Comércio Brasil/Espanha-Ecco
 CCB/EUA-Amcham- Câmara de Comércio Brasil/EUA-Amcham
 CD-ADVB/ SC- Conselho Deliberativo da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil
 CF- COMAB- Conselho Fiscal da Confederação Maçônica do Brasil
 CIESC- Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina
 CMMA- Conselho Municipal do Meio Ambiente
 CMS- Conselho Municipal de Saneamento
 CNIEL- Conselhos Nacionais do Instituto Euvaldo Lodi
 Conaje- Confederação Nacional de Jovens empresários
 CR- Catarinense Refrigerantes
 CSP- Conselho Sapiens Park
 DEM- Democratas
 ESAG- Escola Superior de Administração e Gerência
 FACISC- Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina
 FAMPESC- Federação Catarinense das Associações de Micro e Pequenas Empresas
 Fetrancesc- Federação das Empresas de Transporte e cargas de SC
 FGV/SP- Fundação Getúlio Vargas SP
 GOSCM- Grande Oriente Santa Catarina Maçonaria
 INJB- Instituto Negócios da Juventude do Brasil
 IPE- Imperatriz Participações e Eventos
 IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 LCFN- Lions Clube Florianópolis Norte

LIC- Lagoa Iate Club

NJ- Negócios da Juventude

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPS- Partido Popular Socialista

SEPRI- Secretaria de Estado do Planejamento e Relações

Internacionais

Sindicargas- Sindicato das Empresas de Transportes e Cargas

SPESB- Sociedade para Promoção da Excelência do Software

Brasileiro

STF- Secretaria de Turismo de Florianópolis

UAP- Universidade Americana de Paris

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

USP- Universidade de São Paulo

YBI- Youth Business International